



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2013

**Diana Guedes da Silva
Ramos**

**ÁGUEDA E AS CAC: CONTRIBUTOS DE CRIANÇAS
DE VALONGO DO VOUGA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Área de Especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Lúcia Madeira, Professora auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Professora Doutora Paula Ângela Coelho Henriques dos Santos
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Fernando Ilídio Silva Ferreira
Professor associado do Instituto de Educação da Universidade do Minho

Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira
Professora auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

agradecimentos

À Professora Doutora Rosa Madeira, por me ter iniciado nesta caminhada e pela forma com que nos envolve nas questões da Infância;

Às Crianças Investigadoras pela participação e pela forma como me acolheram;

À Direcção da CPVV, pela confiança e flexibilidade, que foram cruciais para o desenvolvimento deste projecto;

Às “meninas” do ATL, e em especial à Marta, pela sua disponibilidade e colaboração;

Às minhas colegas da CPVV e, em especial, da Creche M^a Sintz Baptista, pela motivação e pela tolerância que demonstraram durante toda esta etapa;

À Fabiana, à Rita e à Luísa por tudo aquilo em que a sua amizade se traduz dia a dia, independentemente das circunstâncias;

À minha família, pelas ausências e por terem acreditado sempre. Um agradecimento especial aos meus pais, pelo amor que me dedicam e reconhecimento nas mais diversas formas, e à minha irmã, pela ajuda, paciência e por tudo o que não me é possível descrever e agradecer convenientemente;

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste projecto.

palavras-chave

Convenção dos Direitos das Crianças, Cidade Amiga das Crianças, Direitos das Crianças, Participação, Crianças

resumo

No presente ano de 2013, a Câmara Municipal de Águeda procura (re)descobrir e (re)criar o bem estar das crianças, coloca em curso um plano para a implementação das Cidades Amigas das Crianças. Impulsionando um investimento em projetos que visam promover o (auto) conhecimento e reconhecimento das crianças, assiste-se a uma redefinição da sua condição, enquanto sujeitos de direito e atores sociais a respeitar e valorizar. No sentido de uma mudança social significativa, foram levados a cabo projetos de investigação-ação participativa, contando com a opinião das próprias crianças enquanto investigadoras. Neste projeto, estabelecemos como objetivos: (i) compreender a perceção das crianças relativamente aos seus direitos com base nos seus conhecimentos e reflexões; (ii) explorar formas de (auto)organização das crianças como sujeito coletivo a ser ouvido na cidade; e (iii) favorecer a inserção da voz das crianças na dinâmica das CAC como forma de participação ativa.

Os dados deste projeto foram gerados através de encontros semanais com sete crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos, no serviço de ATL da Casa do Povo de Valongo do Vouga, recorrendo a um tempo residual e, onde o papel das crianças é pouco definido.

As três etapas que integraram este projeto de intervenção social assinalaram os diferentes momentos do percurso deste trabalho, criando ocasiões em que as crianças puderam participar, exercendo os seus direitos enquanto cidadãos. Com a emergência desta nova mentalidade de protagonismo infantil e no sentido de dar visibilidade à participação das crianças, aceitámos o convite para nos deslocarmos e procedermos a uma reflexão, junto com os representantes da Câmara Municipal de Águeda. Este encontro encorajou a criação de um jornal, pelos investigadores, com vista à partilha, das opiniões e reflexões emergentes da sua participação.

keywords

Convention on the rights of the Child, Children Friendly Cities, Children Rights, Participation, Children

abstract

This year, 2013, the City Hall of Águeda searches to discover and recreate children's well-being, it puts into practice the implementation plan of the Child Friendly Cities. Promoting an investment in projects aiming the (self) recognition and recognition of children, it is witnessed a redefinition of their condition, as subjects with rights and social actors that we must respect and value.

Towards a significant social change, projects of participatory action research were carried out, being the children themselves the researchers and giving their opinions. In this way, the aim of this essay is to: (i) understand children's perception on their rights, based on their knowledge and reflections, (ii) explore ways of children's (self) organization as a collective subject to be listened to in the city, and (iii) promote the integration of children's voices in the dynamics of the Child Friendly Cities as an active participation.

The information from this project was gathered through weekly meetings, with seven children from 10 to 12 years old, attending the services of after-school recreation centers in the "Casa do Povo de Valongo do Vouga". Here, where the role of the children is poorly defined, we used a residual time.

This project of social intervention took place in three stages, which marked different moments in the course of this essay and provided the occasions for children's participation, in order to exercise their rights as citizens.

With this emerging mentality about children's role and in order to stand out children's participation, we accepted the invitation to proceed a reflection, along with representatives of the Municipality of Águeda. This meeting encouraged the creation of a newspaper, which will allow sharing the investigators' opinions and reflections.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	6
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
Introdução	7
Capítulo I – A Convenção dos Direitos da Criança	7
1. Convenção dos Direitos da Criança em Portugal	8
Capítulo II – A Cidade como Cenário Social	9
1. O Desafio da Cidade Amiga das Crianças	11
Capítulo III – A Cidadania, Participação e Protagonismo na Infância	12
PARTE II – OPÇÕES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
Introdução	18
1. A Investigação Ação como Processo de Produção de Conhecimento	18
2. A Investigação Participativa com Crianças	19
2.1 Modelos de Investigação na Infância	21
3. Desenvolvimento de Técnicas Participativas	22
PARTE III – A CONSTRUÇÃO DO PROJETO: AS CRIANÇAS DA CPVV À DESCOBERTA DAS CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS	25
Introdução	25
Capítulo I – A Investigação Ação Participativa como Percurso	25
1. Águeda, Contexto de Inserção Social das Crianças	25
2. A CM de Águeda e o Plano de Implementação da CAC	28
3. <i>O Movimento de Águeda</i>	30
3.1. <i>Do Movimento de Águeda ao ATL de Valongo do Vouga</i>	31
4. O Grupo de investigadores	33

PARTE IV – OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO:	35
(RE)CONHECIMENTO ALCANÇADO	
Introdução	35
Capítulo I – A Produção de Conhecimento Desenhada por Etapas e Dinâmicas de Ação-reflexão	35
1. Primeira Etapa;	36
2. Segunda Etapa;	40
3. Terceira Etapa	46
Capítulo II – As Crianças e os Direitos: (re)significação pela experiência	48
1. Tempo para Participar? – Entraves ao Exercício da Cidadania Infantil	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
BIBLIOGRAFIA	54

ÍNDICE DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Mecanismos e características do protagonismo infantil	15
Tabela 2 – Modelos de investigação da infância	21
Gráfico 1: Opinião dos participantes acerca das sessões	45

NOMENCLATURA

ATL	Atividades de Tempos Livres
CAC	Cidade Amiga das Crianças
CMA	Câmara Municipal de Águeda
CPVV	Casa do Povo de Valongo do Vouga
ESIC	Educação Social e Intervenção Comunitária
IAP	Investigação-Ação Participativa
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund)

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A – Proposta de Implementação do Plano para a CAC: Relatório

ANEXO B – Cronograma CAC

ANEXO C – Relato da Educadora Isabel Santiago

ANEXO D – Caracterização do grupo de investigadores

ANEXO E – Resumo das sessões

ANEXO F – Notas de Campo

ANEXO G – Pedido de Consentimento Informado

ANEXO H – Cartão de Investigador

ANEXO I – Uma Aventura na Terra dos Direitos

ANEXO J – Registo fotográfico do parque

ANEXO K – Avaliação das sessões

ANEXO L – Apresentação á Câmara Municipal de Águeda

ANEXO M – Testemunho para o jornal

ANEXO N – Horário de ATL

ANEXO O – Tabela do Mapa de Valongo do Vouga

INTRODUÇÃO

Ao longo da licenciatura foram recorrentes as vezes que me vi envolvida em iniciativas ligadas aos direitos das criança, quer se tratassem de comemorações do aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças ou de iniciativas de instituições de Aveiro relacionadas com as Cidades Amigas das Crianças.

Se esta a participação, inicialmente, poderia ser entendida como trabalho académico, rapidamente se transformou quase que numa questão de militância, sentimento que levou a enveredar, poucos anos depois, por este mestrado.

Quando, prestes a iniciar esta minha nova etapa, fui convidada a participar nas reuniões da Câmara Municipal de Águeda para integrar o grupo de pessoas e profissionais impulsionadores do Plano de Implementação Cidades Amigas das Crianças, rapidamente percebi que deveria ser este o caminho pelo qual deveria guiar o meu projeto de investigação.

Despojando-nos, passo a passo, dos nossos papéis enquanto educadora de infância e alunos, fomos construindo e reconstruindo a nossa identidade enquanto investigadores, empenhados em fazer deste local um contexto de maior participação e respeito pelos direitos das crianças, propósito que resultou no presente trabalho, estruturalmente dividido em quatro partes fundamentais.

Na primeira parte é feito o “enquadramento teórico”, onde são apresentados os principais referentes teóricos que sustentaram a conceção e desenvolvimento do projecto.

Na segunda parte, “opões e procedimentos metodológicos” é feita a justificação da metodologia e dos procedimentos técnicos adotados tendo em consideração os contornos que envolveram este trabalho.

Já na terceira parte encontra-se retratado o contexto, as suas dinâmicas e importância enquanto ponto de partida e referência para a constituição do grupo de investigação e construção de um projecto de âmbito social.

Por fim, e na quarta parte, debruçamo-nos sobre os processos de ação-reflexão que resultaram do trabalho de investigação levado acabo pelo grupo de crianças, durante as suas diferentes etapas, refletindo também sobre o impacto que o mesmo teve para os participantes e quais os obstáculos e desafios que se colocam a este projeto social, que não acaba, mas se reconstrói.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Introdução

A revisitação de alguns dos principais referentes teóricos e o cruzamento das suas diferentes perspectivas, remetem-nos para a (re)estruturação do nosso próprio conhecimento. Assim, selecionei e coloquei em evidência, teorias, autores e acontecimentos, cujos contributos fundamentaram as acções e reflexões que integraram a génese deste trabalho.

Capítulo I – A Convenção dos Direitos da Criança

O conceito de infância sofreu, ao longo da história, algumas transformações que se traduzem numa evolução de significados, ações e formas de legislar. Durante muitos séculos foi perceptível uma desvalorização relativamente à promoção do crescimento saudável das crianças, aos seus direitos básicos e, concomitantemente, à sua participação enquanto cidadãos, sendo recente o estabelecimento dos seus direitos. O século XX é marcado por uma sociedade que, pela primeira vez, encarou a criança como um ser titular de direitos e liberdades fundamentais e muito tem sido feito em nome da sua salvaguarda.

Em 1989 foi criado por um grupo estabelecido pela Comissão dos Direitos Humanos o mais completo e importante documento sobre os direitos das crianças, a Convenção dos Direitos da Criança. Este tratado procurou agrupar os diferentes instrumentos internacionais de proteção da criança e, aceite por unanimidade, ganhou força de lei. Substituiu a Declaração dos Direitos das Crianças e foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que viu neste documento um maior ajustamento à realidade social. Pela primeira vez foi considerado o respeito pela opinião, participação e a voz ativa da criança na tomada de decisão relativamente aos assuntos que lhe dizem respeito. Não obstante, a infância tem ocupado uma posição secundária no debate social, caindo sobre a família em que está inserida toda a participação social e política.

Nesta conjuntura, a Convenção assenta em quatro pilares fundamentais: a *não discriminação*, que assegura a todas as crianças a possibilidade de desenvolverem o seu

potencial, em todas as circunstâncias, em qualquer parte do mundo e em qualquer momento; o *interesse superior da criança*, que deve ser a prioridade em todas as ações e decisões que lhe digam respeito; a *sobrevivência e o desenvolvimento*, enfatizando a importância do acesso a serviços básicos e a igualdade de oportunidades para o seu desenvolvimento pleno e a *opinião da criança*, segundo o qual deve ser dada à criança a possibilidade de ser ouvida em todos os assuntos que digam respeito aos seus direitos.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), órgão que promove a defesa dos direitos das crianças, rege a sua ação por esta convenção, agrupando os 54 artigos em quatro categorias de direitos: 1) direitos à sobrevivência; 2) direitos relativos ao desenvolvimento; 3) direitos relativos à proteção; e 4) direitos de participação.

No entanto, autores como Hammarberg (1990) referem uma tendência para agrupar os direitos em três categorias (*cit. in* Fernandes, 2005):

Os *direitos de provisão*, que garantem os direitos sociais (saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura);

Os *direitos de proteção*, que consideram um conjunto de direitos acrescidos às crianças que, por situações específicas como discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito, se encontrem privadas ou limitadas no exercício dos seus direitos; e

Os *direitos de participação*, que consideram o ponto de vista das crianças em ações públicas, através da sua audição, acesso à informação e liberdade de expressão.

Segundo Fernandes (2005), estes últimos têm um peso mais ténue, deparando-se com alguns obstáculos que têm como base as perspetivas clássicas de que as crianças não detêm ainda a razão e autonomia necessárias à compreensão do alcance, abrangência e efeitos das suas ações. Soares e Tomás (2004) referem ainda como obstáculo a ambiguidade presente nestes artigos.

1. Convenção dos Direitos da Criança em Portugal

A Convenção foi ratificada por Portugal, através do Decreto do Presidente da República N° 49/90, em 12 de setembro de 1990, assumindo a fomentação das capacidades das crianças e a salvaguarda de um desenvolvimento sem fome, pobreza, violência ou qualquer tipo de injustiça/dificuldade. Ao tornar-se internacionalmente responsável pela aplicação da

convenção, Portugal assumiu publicamente o respeito pelos direitos civis, económicos, sociais e políticos das crianças, o que ia ao encontro da Constituição da República Portuguesa.

Após a ratificação do documento, Portugal ficou incumbido da elaboração de um relatório periódico, sujeito às apreciações e recomendações do Comité das Nações Unidas para os Direitos da Criança. O relatório inicial foi submetido a 16 de setembro de 1994 e discutido a 9 e 10 de novembro de 1995. O segundo relatório foi entregue a 8 de outubro de 1998 e discutido no dia 1 de outubro de 2001, revelando preocupações de vários níveis, nomeadamente, as lacunas na informação acerca dos direitos e várias áreas associadas às crianças e jovens (aborto, negligência, abusos, álcool, tabagismo, entre outros); a ausência de estratégias nacionais e de uma estrutura de coordenação nacional para a implementação da Convenção; a discriminação de zonas rurais ou urbanas pouco desenvolvidas; a institucionalização; a saúde e o desporto; o ensino e a necessidade de integração de crianças com deficiência; a segurança; a justiça, abordando os mecanismos legais de proteção dos menores; e outras questões, como o estatuto de refugiados a menores e o número de crianças de rua.

Neste contexto, a Declaração marca uma viragem positiva na atitude e postura da sociedade face à criança, enquanto titular de direitos, capacitado para a participação na cidadania (Sarmiento, Fernandes & Tomás 2007).

Capítulo II – A Cidade como Cenário Social

“As pessoas já não vivem as cidades como outrora, agora temos menos tempo para apreciar pequenos momentos, para apreciar toda a vivência que se faz nas cidades, agora todos estamos muito atarefados com o nosso bulício, passamos pelas coisas e já não nos dizem nada, vivemos numa cidade anónima onde todos os acontecimentos que nos rodeiam são todos banais e vulgares” (Silva, 2010: 100).

Refletindo sobre as cidades de hoje, Tonucci (2009) alerta-nos para o facto de estas terem perdido o seu papel enquanto lugares de encontro, passando agora a serem vistas como espaços de *separação e especialização* onde os munícipes são apenas transeuntes que passam apressados, sem se considerarem como parte destes mesmos locais.

Castro (*cit in* Pérez, Póvoa, Monteiro & Castro, 2008: 182) crítica esta realidade que se vive e afirma que *“a cidade é apresentada às crianças, como um produto já dado, pronto, desprovido de uma história da sua participação”*. Para uma percepção mais objectiva desta (não) posição e (não) reconhecimento das crianças enquanto elementos fundamentais deste contexto, este mesmo autor tenta ilustrar esta situação através do exemplo das aulas de geografia que compõem os programas escolares, e onde o espaço urbano é apresentado aos alunos como o resultado de uma ação levada a cabo por adultos e como tal, distante do seu quotidiano e do seu tempo.

Actualmente, assiste-se simultaneamente a um fenómeno em que as pessoas estão a perder a identidade local, ignorando (ou até desconhecendo), que com isso estão, inevitavelmente, a desconstruir a sua identidade enquanto pessoas pois, tal como afirma Lynch (1981: 128) *“a afirmação «eu estou aqui» suporta a afirmação «eu sou».*”

O conceito de *sentido* na cidade, é introduzido por Lynch em “A boa forma da cidade”, para se referir à relação que as pessoas estabelecem com a mesma e para abordar a forma como as pessoas “sentem” a sua cidade. Neste âmbito, afirma que *“a percepção é um acto criativo e não uma recepção passiva”* (Lynch, 1981: 127) e que, como tal, o espaço urbano deve ser refletido tendo em consideração a interação que as pessoas estabelecem com o local, não esquecendo que crianças e adultos são munícipes *“sujeitos aos efeitos dos acontecimentos e das mudanças ocorridas no espaço urbano, assim como podem ser agentes desses efeitos, pela sua existência e circulação nesse espaço”* (Castro et tal., 2008: 182). Desta forma, o sentido que cada indivíduo atribui ao espaço resulta das suas experiências quotidianas e da sua participação direta na vida da cidade e que se traduzem, muitas vezes, em lembranças e os até sentimentos dos seus habitantes.

Numa era marcada por fortes transformações sociais, Sarmiento (2005: 263) enfatiza a ideia de que *“as transformações na forma espacial ocorrem a par das mudanças das imagens geográficas da cidade, e assim no seu próprio significado”*, perspectiva complementar com a de Lynch ao referir que *“os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim uma parte ativa dele, participando com os outros num mesmo palco”* (Lynch, 2009: 9).

1. O Desafio da Cidade Amiga das Crianças

El niño es un indicador ambiental formidable!

(Prisco, 2010; *Encuentro La Ciudad de los Niños*)

De acordo com o relatório publicado pela Unicef “A Situação Mundial da Infância: Celebrando 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança”, uma «cidade amiga da criança» é definida como “*qualquer sistema local de governança – urbano ou rural, amplo ou restrito – comprometido com a realização dos direitos da criança nos termos da Convenção.*” (UNICEF, 2009: 31)

A iniciativa internacional Cidades Amigas da Criança foi lançada em 1996 para promover a resolução aprovada na segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, que transforma as cidades em locais habitáveis por todos. Esta reflete a crescente urbanização das sociedades globais, em que 50% da população mundial vive em centros urbanos, aumentando a responsabilidade dos municípios, nomeadamente ao nível das decisões políticas que afetam os direitos das suas crianças (UNICEF, 2009).

Segundo a UNICEF (2009) uma Cidade Amiga das Crianças deverá ter como principais objetivos: i) *garantir que sejam respeitados os direitos da criança a serviços essenciais de saúde, educação, abrigo, água limpa e instalações sanitárias decentes, e proteção contra violência, abusos e exploração; ii) aumentar o poder de cidadãos jovens para que possam tomar parte nas decisões sobre sua cidade, expressar sua opinião sobre a cidade em que desejam viver e participar da vida familiar, comunitária e social; iii) promover os direitos da criança a andar sozinha nas ruas com segurança, encontrar amigos e brincar, viver em um ambiente não poluído, com espaços verdes, participar de eventos culturais e sociais e exercer sua cidadania em condições de igualdade em sua cidade, com acesso a todos os serviços, sem sofrer qualquer tipo de discriminação.*

O processo de estabelecer as CAC envolve os nove pilares que promovem os direitos da criança: i) *participação nas tomadas de decisão; ii) uma estrutura jurídica amiga da criança; iii) uma estratégia de direitos da criança que englobe a cidade como um todo; iv) uma unidade de direitos da criança ou mecanismos de coordenação desses direitos; v) avaliação e análise de impactos sobre a criança; vi) um orçamento direcionado às*

questões da criança; vii) um relatório regular sobre a Situação da Infância na Cidade; viii) defesa dos direitos da criança; ix) um sistema independente de defesa para a criança.

Nas últimas décadas muitas foram as cidades que quiserem implementar-se enquanto Cidades Amigas das Crianças. Reconhecendo que ainda muito se encontra por fazer, a UNICEF (2009) refere que *“mesmo assim, constitui um grande passo rumo à participação mais plena e mais significativa da criança nas decisões comunitárias que a afetam”* (p.31).

Para Tonucci (2009), estas iniciativas visam o posicionamento da voz das crianças como eixo central da ação. Desta forma, poderão ser reconhecidas como mais do que destinatários das políticas públicas, mas atores da sua construção. Por outras palavras, as crianças deverão poder falar sobre a forma como a cidade afeta as suas vidas, manifestando a sua opinião face às consequências que lhes estão inerentes.

Desta forma, as crianças são consideradas como sujeitos impulsionadores do desenvolvimento local, uma vez que as necessidades expressas pelas mesmas são, quase sempre, as que beneficiam toda a comunidade e que, como tal, devem integrar as preocupações das políticas públicas. Como assinala Tonucci (2009), é necessário assumir as crianças como *“indicadores ambientais”* para avaliar a qualidade de vida de uma cidade: *se uma cidade é vivível, segura e respeitosa das crianças, será para todos os cidadãos.*

Capítulo III – A Cidadania, Participação e Protagonismo na Infância

Ao longo do século XX foram apresentadas diversas imagens da criança enquanto sujeito de direitos, perspetivas fortemente influenciadas pelos constantes esforços legislativos na defesa dos direitos da criança, concretizados em documentos como a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989).

Até então, a imagem das crianças vinha sendo fortemente marcada pela negatividade (Sarmiento, 2004) incutida nas representações das crianças enquanto grupo social, conceções assentes na subordinação e manipulação das mesmas.

No entanto, novas perspetivas se afirmam na defesa de que o próprio conceito de cidadania deverá ser repensado, uma vez que os antigos princípios o sustentavam foram perdendo a

sua legitimidade. Novas formas de organização social e alterações ao nível da estrutura das desigualdades sociais implicam uma redefinição de novos papéis, espaços e vozes no exercício da cidadania.

Assim, a questão da cidadania necessita ser colocada no domínio do exercício real da *participação social*: esta nova conceção deve uma alternativa crítica e ativa, que conceba as crianças enquanto agentes sociais imprescindíveis e participativos na sociedade, dotados de competências interventivas, em todas as esferas da vida social (Hutchby & Moran-Ellis *cit. in* Fernandes, 2005). Uma das prioridades é, então, o alargamento dos direitos das crianças: porque não criar instituições que não sejam para mas, também, das crianças?

Para o exercício da cidadania das crianças é importante priorizar a satisfação das necessidades básicas e salvaguardar os direitos de proteção e provisão que, sendo antes de mais nada direitos sociais, são extensíveis a toda a sociedade. Esta tem, porém, contextos de emergência (creches, escolas, ateliers, etc...) que até então têm sido espaços regulados pelos adultos, ora como espaços de subordinação, ora como espaços de expressão autónoma das crianças.

Assim, para uma verdadeira construção dos *direitos participativos* das crianças nos seus contextos de ação, impõe-se o reconhecimento da sua competência social, ouvindo as crianças no seio das instituições, não apenas como um princípio metodológico, mas como condição política, em que há diálogo e partilha de poderes. “*A cidadania da infância (política, organizacional e íntima) é, em suma, a possibilidade de uma utopia coletivamente construída, na qual se resgataria a intensidade do olhar da infância (...) para com ele se reconstruir uma visão renovada da sociedade*” (Sarmiento, *et. al.*, 2006).

Tomás (2007) concorda com esta nova tendência ao afirmar que, “*só recentemente surgiu o paradigma da participação cidadã e da participação das crianças, que defende que a criança tem e pode expressar diferentes conceções, necessidades e aspirações relativamente aos adultos.*” Para este mesmo autor “*participar significa influir diretamente nas decisões e no processo em que a negociação entre adultos e crianças é fundamental, um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objetivos pretendidos e que resultam num processo híbrido.*” (Tomás: 2007: 47)

A CDC, apesar das suas limitações, através do seu artigo 12º veio reforçar esta ideia, afirmando a capacidade das crianças para serem titulares de direitos e reconhecendo a sua participação como um princípio básico dos seus próprios direitos.

Um dos principais teóricos da participação infantil, Roger Hart (1992), identifica vários níveis de não participação das crianças. Num primeiro nível, a *manipulação*, que ocorre em situações onde as crianças são utilizadas em determinadas iniciativas não tendo sido informadas sobre as mesmas; o segundo nível refere-se à *decoração*, na qual as crianças continuam a ser usadas, tal como no degrau anterior, para realçar as causas dos adultos de uma forma relativamente indireta. O que distingue este degrau do anterior é o facto de os adultos não apresentarem as crianças como dinamizadoras, mas sim como meras figuras decorativas; o terceiro nível, da não participação, *tokenism*, refere-se a políticas ou práticas de inclusão limitadas que criam uma falsa aparência de práticas inclusivas. Corresponde a iniciativas em que as crianças aparentemente têm voz no processo, mas, na realidade, a sua autonomia é praticamente inexistente.

Os restantes cinco níveis ou degraus ilustram posições crescentes em participação infantil: o primeiro – *delegação com informação* – diz respeito a uma fase do processo, em que a criança está informada delegando a sua participação noutros, acabando por ter um papel significativo mas não muito interventivo; o segundo nível – *consulta e informação* – acontece quando as crianças são consultadas e informadas acerca de um projeto, que apesar de ser desenhado e dirigido por adultos, é também um processo em que as suas opiniões são tratadas seriamente; o terceiro – *iniciativa adulta com partilha de decisões com a criança* – identifica o momento em que o adulto inicia o projeto, mas partilha decisões com a criança, acabando as duas partes por ter um papel ativo no desenvolvimento do processo; o quarto – *iniciado e dirigido pelas crianças* – retrata o projeto iniciado e dirigido por crianças, sem qualquer intervenção do adulto, não existindo portanto qualquer parceria entre eles; e o quinto nível – *iniciado e dirigido pelas crianças com decisões partilhadas com os adultos* – onde há uma partilha de decisões.

Ao longo da subida da escada, vai aumentando a implicação e envolvimento das crianças em processos de mobilização e participação que, apesar de permitir compreender a intensidade da participação infantil, não deve ser, de acordo com Hart (1992), considerada como um barómetro de qualidade de qualquer projeto, uma vez que não há crianças iguais

e, por isso, é possível que diferentes crianças, em diferentes momentos e em diferentes contextos, prefiram desempenhar graus variados de participação ou envolvimento.

Associado ao conceito de participação surge também, muitas vezes, um outro: o de protagonismo infantil que, segundo Gaitán (*cit. in* Fernandes, 2005: 122) é um processo social *“mediante o qual se pretende que crianças e adolescentes desempenhem um papel principal no seu desenvolvimento e no da sua comunidade para alcançar a realização plena dos seus direitos atendendo ao seu interesse superior. É tornar real a visão da criança como sujeito de direitos e portanto, deve dar-se uma redefinição de papéis nos diferentes sectores da sociedade: infância e juventude, autoridades, família, sectores não organizados, sociedade civil, entidades, etc.”*

Na tabela que se segue, encontram-se sintetizados os mecanismos e características do protagonismo infantil, segundo a perspectiva desta mesma autora.

Tabela1: Mecanismos e características do protagonismo infantil (Gaitán, cit. In Fernandes & Tomás, 2004)

Protagonismo Infantil	
Mecanismos	Características
Organização Infantil	Processo que visa a articulação das crianças, quer individualmente, quer em grupo, com a finalidade de promover o exercício e o respeito pelos seus próprios direitos. Esta organização deve ser lúdica, flexível, mas também funcional, regulamentada e democrática.
Participação Infantil	Tem como objetivo garantir a legitimidade e incidência social do protagonismo infantil. Para tal não é suficiente o incentivo das atividades da criança dentro do grupo, é também fundamental facilitar a abertura de espaços onde as suas opiniões e iniciativas tenham margem de aceitação, de negociação e obviamente adquiram visibilidade.
Expressão Infantil	A manifestação do ser, pensar e sentir das crianças como sujeitos numa sociedade, isto de acordo com os seus interesses, mas também dependente das influências externas dos adultos que interagem com elas e que irão sem dúvida influenciar o grau de autenticidade de tais manifestações.

Cussiánovich e Márquez (*cit in* Fernandes & Tomás, 2004) defendem que não pode haver protagonismo sem participação, mas relembram nem toda a participação é protagónica. Para estes, *“o paradigma conceptual do protagonismo constitui o enfoque privilegiado para enriquecer a participação das crianças, porque contribui para o fortalecimento da*

identidade pessoal e social, reforça as possibilidades de defesa das crianças e as suas competências para cumprir acordos criando-se de tal forma uma base social que privilegie os direitos humanos e finalmente, porque dessa maneira o discurso que defende as crianças como sujeitos de direitos adquire credibilidade.

Conceber o protagonismo como um aspeto habitual do quotidiano infantil, implica considerá-lo como um tempo e espaço onde as crianças participam com critério, decidem, intervêm e influenciam as relações, as decisões que dizem respeito aos seus quotidianos” (Cussiánovich e Márquez, cit in Fernandes & Tomás, 2004).

Então e para terminar, importa desmistificar muito do que se têm dito acerca da infância, reafirmando a posição de Sarmiento (2005): *a infância não é a idade da não-fala: todas as crianças, desde bebés, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) por que se expressam. A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrumental, hegemónica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações entre crianças, com a incorporação de afetos, da fantasia e da vinculação ao real. A infância não é a idade do não-trabalho: todas as crianças trabalham, nas múltiplas tarefas que preenchem os seus quotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas, também nos campos, nas oficinas ou na rua. A infância não vive a idade da não-infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continuamente preenche* (p.25).

Para este autor, a infância deve então ser vista na sua dupla vertente: a de categoria social e a de um grupo de sujeitos ativos que, atribuem significado e agem sobre o mundo, fazendo emergir padrões culturais que se constituem como aspetos de diferenciação da infância.

Desde dos tempos mais remotos, a imagem da infância encontra-se intimamente ligada às circunstâncias (sociais, históricas, culturais...) que a contextualizam. O documento da CDC surge como um dos principais impulsionadores destas mudanças sociais, que significou uma viragem na concepção da criança e na afirmação e defesa pelos seus direitos.

Numa altura de crescente urbanização são retomadas algumas das principais preocupações em torno da efectivação de alguns dos direitos fundamentais das crianças, que reclamam o seu lugar de protagonistas nestes mesmos espaços.

A Cidade Amiga das Crianças, iniciativa levada a cabo pela UNICEF, surge neste âmbito, assumindo-se como “palco” para o exercício da cidadania infantil, ao criar espaços e oportunidades de efectiva participação, um direito ainda “oculto” para muitos.

PARTE II – OPÇÕES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Introdução

Nesta parte do trabalho, serão apresentados os objectivos que foram sendo reconstruídos ao longo de todo este processo. Farei também a apresentação de alguns dos referenciais teóricos que suportaram as minhas escolhas e decisões, assim como as preocupações metodológicas e éticas presentes nas intervenções.

O projecto desenvolvido com o grupo de crianças pretendia **promover o (auto) conhecimento e reconhecimento das crianças, enquanto sujeitos de direito e atores sociais a respeitar e valorizar**. Assim, e num local cuja génese se traduziu num espaço de encontro dinamizado pelas próprias crianças, enquanto agentes mobilizadores e dinamizadores dos grupos comunitários, delimitamos como **objetivos** mais específicos: (i) compreender a perceção das crianças relativamente aos seus direitos, com base nos seus conhecimentos e reflexões; (ii) explorar formas de (auto)organização das crianças como sujeito colectivo a ser ouvido na cidade; e (iii) favorecer a inserção da voz das crianças na dinâmica das CAC, como forma de participação ativa.

1. A Investigação-Ação como Processo de Produção de Conhecimento

A investigação ação-participativa foi a metodologia utilizada como referência por alicerçar-se em preocupações ao nível do desenvolvimento social e por apoiar a realização de iniciativas que perseguem a mudança social. Ora, num projeto centrado na perspectiva das crianças enquanto sujeitos de direitos e às quais se pretende dar voz, nomeadamente acerca da sua própria cidade, parece fazer todo o sentido que os princípios que guiam este trabalho sejam os da investigação-ação participativa.

A IAP ao encarar os sujeitos como participantes ativos na produção do conhecimento, na identificação e na solução de problemas das comunidades, permite que o processo de construção de conhecimento seja democrático e que se baseie na ação-reflexão conjunta, admitindo a adaptação das estratégias de ação ao contexto e dos objetivos da investigação. Pressupõe então que *“todos os seres humanos possuem e podem produzir conhecimentos*

úteis; que as realidades que nos tocam são um bom ponto de partida para a aprendizagem; e que a participação na análise e na tomada de decisões favorece a responsabilização e o empenhamento na sua concretização” (Lima, 2003: 319).

Neste contexto, Soares (2006: 149) afirma que *“a ação dos participantes envolvidos no processo de investigação insere-se em dinâmicas democráticas, recíprocas e criativas, e tem de ser entendida como um processo ativo e afetivo revelador das diversas intersubjectividades.”*

Esta abordagem metodológica permite que o investigador se envolva ativamente no processo, conjuntamente com os outros intervenientes, numa lógica de dinamismo, do qual resulta a construção de conhecimento, gerando alterações no próprio sistema social. Assim, pode considerar-se que esta metodologia é fortemente marcada por um cariz prático e como tal, *“usada como uma modalidade de investigação qualitativa, não é entendida pelos tradicionalistas como «verdadeira» investigação, uma vez que está ao serviço de uma causa, a de «promover mudanças sociais»”* (Chagas, cit in Soares, 2006: 73).

2. A Investigação Participativa com Crianças

Soares (2006), refere que até ao séc. XX, e apesar de existir a tradição de realizar investigação sobre crianças, esta *“enviesava o conhecimento acerca da infância, uma vez que se considerava que ao estudar a escola ou a família, principais contextos de socialização da criança, se estava a estudar a criança, aparecendo, no entanto, esta no seu papel de aluna ou filha, mas sem ser considerada enquanto objeto de investigação por si só”* (p. 26).

Soares (2006) refere que novas formas de perspetivar a investigação emergem com sociólogos como James e Prout e Qvortrup e cujo contributo pretende essencialmente resgatar a voz e ação das crianças, as quais tinham ficado invisíveis nas investigações que sobre elas tinham vindo a ser desenvolvidas ao longo de todo o século XX.

Este enfoque nas crianças enquanto participantes efetivos é também aquele que é defendido pela referida autora ao afirmar que *“a investigação com crianças, para ser genuína e efetiva terá que se organizar de forma a permitir que as crianças tenham oportunidade de serem atores no processo de investigação, aspeto que está mais dependente das competências dos adultos, relativamente à organização de estratégias de*

investigação que permitam tal, do que das competências das próprias crianças” (Soares, 2006: 152).

Desta forma, os adultos devem encarar as crianças como parceiras, baseando a sua ação na escuta das mesmas, contrariando as perspectivas tradicionais da investigação. Alderson refere que *“reconhecer as crianças como sujeitos e não como objetos de investigação significa aceitar que as crianças podem falar “de direito próprio” e relatar opiniões e experiências válidas” (Alderson in Christensen & James, 2005: 263).*

As metodologias participativas propõem *“por um lado, um desafio à imaginação metodológica, à sua criatividade, para a definição de ferramentas metodológicas polifônicas e cromáticas; por outro lado, (...) um desafio à redefinição da sua identidade enquanto investigadores, que têm de se descentrar do tradicional papel de gestor de todo o processo, para encarnar o papel de parceiro que fará a gestão da sua intervenção com a consideração da voz e ação dos outros intervenientes – as crianças.” (Soares, 2006: 153)*

Segundo Sarmiento (2004: 19) a investigação-ação participativa com crianças funciona como um mecanismo para a construção de espaços de cidadania pois considera que *“ (...) estas reconfigurações fazem das crianças construtoras ativas do seu próprio lugar na sociedade contemporânea, esse ponto no mapa, afinal, que é também a mesma encruzilhada em que todos nós nos situamos; lugar que com elas partilhamos, ainda que com responsabilidades (e culpas...) distintas: cidadãos implicados na construção da (so)ci(e)dade.”*

De acordo com Landsdown (*cit in* Fernandes, 2005: 153) para criar estas dinâmicas é necessário considerar: *“a necessidade de as crianças compreenderem qual é o projeto ou processo, qual a sua finalidade e o seu papel em tal dinâmica; as relações de poder e as estruturas de tomada de decisão precisam de ser transparentes; o envolvimento das crianças desde as etapas iniciais de qualquer processo; o tratamento igual de todas as crianças, independentemente da sua idade, situação, etnia, competências ou qualquer outro fator de discriminação.”* Desta só será possível estabelecer uma relação em que se promova genuinamente a voz da criança em relação aos seus interesses e necessidades, se tivermos em conta estes princípios básicos.

2.1. Modelos de Investigação na Infância

Refletindo sobre o papel das crianças enquanto investigadoras, Gaitán (2011) refere que apesar dos investigadores adultos considerarem as mesmas enquanto “*peritos da sua própria causa*” (Gaitán, 2011:172) continuam a ser-lhes atribuídos papéis muito restritos. Sendo que mesmo as perspetivas de investigação que se autointitulam de participativas muitas vezes só as envolvem de forma parcial.

Tabela2: Modelos de investigação da infância (Gaitán, 2011: 173)

Investigação sobre Crianças	Crianças como objectos	Perspetiva dos adultos
Investigação com Crianças	Crianças como Informantes	Perspetiva dos adultos
	Crianças como co investigadoras	Perspetiva das crianças e dos adultos
Investigação Dirigida por Crianças	Adultos como co investigadoras	Perspetiva das crianças
	Adultos como assessor	Perspetiva das crianças

Na tabela 2, a autora sintetiza três modelos de investigação na infância, advertindo que nem sempre é possível distinguir claramente a investigação com crianças da investigação dirigida pelas mesmas, uma vez que “*na prática estas duas perspetivas podem cruzar-se e complementar-se*” (Gaitán, 2011: 173).

Também é salientado o facto de, na investigação dirigida por crianças, os adultos poderem assumir tarefas importantes comparativamente com outras perspetivas, contudo o seu papel deverá ser é o de apoio, e não de decisão ou direção, podendo estes situar-se enquanto co investigadores ou assessores, dependendo do grau d intervenção.

Neste âmbito, no projeto desenvolvido com o grupo de crianças, procurei que a investigação fosse dirigida pelas mesmas. Contudo, constrangimentos associados à curta duração das sessões, a inseguranças relativamente ao meu papel enquanto investigadora e a alguma relutância evidenciada, inicialmente, por parte das crianças (aspetos a explorar posteriormente), a parte inicial do processo situou-se entre este modelo e o da investigação com crianças, numa perspetiva de complementaridade.

3. Desenvolvimento de Técnicas Participativas

Um dos grandes desafios das metodologias participativas, em especial com crianças, prende-se com a escolha das técnicas utilizadas. Estas não devem ser escolhidas aleatoriamente: é necessário adaptá-las em função dos interesses do grupo de crianças e dotá-las de muita criatividade, para que este desafio resulte em espaços/tempos agradáveis de construção de conhecimento para o grupo de crianças envolvidas, uma vez que a sua implicação é também um factor decisivo neste processo.

Neste seguimento, Soares (2006) realça que *“há ainda a considerar uma outra diversidade de aspetos que conferem identidade à investigação, relacionados nomeadamente com a natureza e questões levantadas pela investigação, o contexto onde a mesma decorre e com a diversidade que caracteriza o grupo social da infância, expressa em termos sociais, económicos, culturais, mas também etários e de género”* (p.36).

Também de acordo com Theis (*cit in* Christensen & James, 2005:145), *“o uso bem sucedido de técnicas participativas requer um compromisso de processos progressivos de partilha de informação, diálogo, reflexão e acção”* e é facilitado, por exemplo, pelo recurso a jogos e imagens, uma vez que estes envolvem as crianças e promovem a sua participação de uma forma lúdica, ao mesmo tempo que ajudam na transformação das relações de poder entre adulto(s) e crianças.

Ao longo das sessões, e através das técnicas participativas foi então possível aceder várias opiniões das crianças, que assim me permitiram entrar no seu mundo.

Através da *observação participante*, e numa perspetiva que assume as crianças como actores sociais, foi possível um melhor conhecimento e integração no grupo. Segundo Berry Mayall, (*in* Christensen & James, 2005) para obter dados de qualidade, as crianças devem perceber que as questões de poder entre crianças e adultos podem ser diluídas de tal forma que o investigador seja visto como mais um elemento do seu grupo. Para tal, procurei sempre a integração (gradual) nas conversas e brincadeiras das crianças, que também me possibilitaram uma melhor percepção dos seus contextos.

As *notas de campo* *“essa descrição densa, faz mais do que registar o que uma pessoa está a fazer. Ela vai além dos meros factos e das aparências superficiais, apresentando*

detalhes, contexto, emoção e as redes de relações sociais que unem pessoas umas às outras. (...) Nesta descrição ouvem-se as vozes, os sentimentos, as acções e os significados dos indivíduos em interacção” (Graue, cit in Moreira, 2010: 42).

Por conseguinte, estas assumiram um papel fundamental neste trabalho: a cada sessão correspondeu uma nota de campo, cujas transcrições e reflexões são, muitas vezes enunciadas neste projecto, pela autenticidade que conferem na narrativa do vivido e pela importância que continuam assumir numa perspectiva de fazer “mais e melhor”.

Privilegiei também o *focus group*, por considerar que é uma técnica que permite uma maior flexibilidade de estruturação, ao mesmo tempo que deixar perceber algumas das reacções e interações, às quais não teria acesso num ambiente mais rígido. Para Galego e Gomes (2005: 177) esta “*é uma técnica qualitativa que visa o controlo da discussão de um grupo de pessoas, inspirada em entrevistas não diretivas. Privilegia a observação e o registo de experiências e reacções dos indivíduos participantes do grupo, que não seriam possíveis de captar por outros métodos*”.

É importante referir também que a informação obtida em contextos de grupo, pode ser diferente da que decorre de encontros individuais, mesmo quando os participantes envolvidos são os mesmos. Como tal, poderá ser uma técnica bastante útil para perceber o contexto cultural em que o grupo de crianças investigadoras está inserido, mas não para captar detalhes mais subjetivos e pessoais.

Neste projecto em particular, o *focus group* permitiu que obtivesse a perceção do que as crianças consideravam ser os seus direitos e de como deveria ser a sua freguesia para ser um lugar mais amigo das crianças.

Durante o desenvolvimento deste processo investigativo, a *conversa com as crianças* foi também um dos meios mais explorados. Através destas foi possível perceber quais as circunstâncias que envolvem o seu dia-a-dia, como por exemplo, as questões relacionadas com a gestão do seu tempo. Segundo Christensen e James (2005), através das conversas trocadas, as crianças fortalecem o seu conhecimento e aprendem mais sobre aspetos dos contextos que as envolvem. Tomam consciência da variedade de experiências e de opiniões, revelando as suas competências sociais.

Para terminar, importa também referir algumas das *ferramentas que apelam à criatividade das crianças*, como foi o caso dos jogos de imagens, do mapa construído e das fotografias tiradas pelas próprias crianças, integradas no inovador photovoice, um método de intervenção social, que utiliza a fotografia e a voz como um instrumento de empowerment, promovendo a participação e o exercício da cidadania (Correia, 2010). Tal como poderá ser visto mais adiante, estas foram ferramentas fundamentais para que as crianças expressassem as suas opiniões face ao contexto em que se encontram inseridas e que muito contribuíram para que a sua motivação fosse incrementada ao longo do percurso.

Após a revisitação e reflexão acerca das questões metodológicas, podemos afirmar que a IAP é uma metodologia que persegue a mudança social e que reconhece os sujeitos enquanto participantes activos na construção de conhecimento, numa lógica dinâmica de acção- reflexão.

A percepção das crianças enquanto actores sociais e “especialistas das suas próprias vidas” contribui para que novos modelos de investigação sejam adoptados: ao invés das tradicionais investigações sobre crianças, caracterizadas por uma visão paternalista e adultocêntrica, sobressaem as investigações com crianças ou, numa perspectiva mais ambiciosa, dirigidas por crianças, visando a mudança nos seus mundos reais.

PARTE III – A CONSTRUÇÃO DO PROJETO: AS CRIANÇAS DA CPVV À DESCOBERTA DAS CIDADES AMIGAS DAS CRIANÇAS

Introdução

O projecto construído teve como principal ponto de partida a Cidade de Águeda inserida no âmbito das CAC. Contudo, e tal como poderemos ver mais adiante, este contexto foi também um referente durante o desenvolvimento de todo o projecto, uma vez que os aspectos que o caracterizam, influem directamente nas opções tomadas, nomeadamente no que respeita ao local da intervenção e na selecção do grupo de crianças participantes.

Capítulo I – O Contexto: Ponto de Partida e Referência para o Grupo de Investigação

1. Águeda, Contexto de Inserção Social das Crianças

Águeda é um concelho pertencente ao Distrito de Aveiro, Região Centro, e sub-região do Baixo-Vouga. Situa-se numa zona de fronteira entre o Distrito de Aveiro e Viseu, entre o litoral e a Serra do Caramulo. É limitada a norte por Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, a poente por Aveiro e Oliveira do Bairro e a sul por Anadia e Mortágua.

O município é composto pelas freguesias de Agadão, Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Águeda (freguesia sede do concelho), Barrô, Belazaima do Chão, Borralha, Castanheira do Vouga, Espinhel, Fermentelos, Lamas do Vouga, Macieira de Alcôba, Macinhata do Vouga, Óis da Ribeira, Préstimo, Recardães, Segadães, Travassô, Trofa e Valongo do Vouga, num total de 20 freguesias.

Sede de um município com um território de 335,3 Km², Águeda tem 47.817 habitantes, com cerca de 142 hab. /Km². Diminuiu 1224 habitantes na última década, contudo o número de famílias tem vindo a aumentar, sendo em 2011, de 17.501.

A distribuição da população do concelho de Águeda não é homogénea pelo território, possuindo uma zona litoral mais densa e revelando o interior, mais distanciado do centro da cidade, um menor índice de povoação. As freguesias mais populosas são as da zona poente e central do concelho (Águeda, Valongo do Vouga, Aguada de Cima, Macinhata do

Vouga, Recardães, Espinhel e Fermentelos) e as menos populosas, as da zona mais interior do concelho (Macieira de Alcôba, Agadão, Belazaima do Chão).

O crescimento populacional não se tem mostrado linear e contínuo, havendo períodos de crescimento e outros de quase estagnação da população. A mesma descontinuidade se verifica no crescimento entre freguesias: Aguada de Baixo, Aguada de Cima, Borralha, Fermentelos, Macinhata do Vouga e Segadães são freguesias cuja tendência geral é de crescimento populacional, mas onde o crescimento sofre mais oscilações.

A rede viária do concelho que é composta por dois níveis. No primeiro, pela A25, que faz a ligação entre Aveiro e Vilar Formoso e pelo IC2, que atravessa o concelho no sentido norte-sul e estabelece a ligação às principais vias rodoviárias nacionais. A um segundo nível possui ligações interconcelhias asseguradas pelas estradas: ER 230 (com ligação a Aveiro), N 333 (liga Aveiro a Sever do Vouga) ER 336 (liga Águeda a Coimbra) e ER 230 (liga Águeda ao Caramulo).

Se inicialmente a base de desenvolvimento económico de Águeda se centrava na agricultura e pecuária, nas últimas décadas o desenvolvimento do concelho tem-se centrado sobretudo nas atividades do sector secundário. Entre meados da década de 90 e até recentemente, um largo conjunto de pequenas e médias empresas (PME) de raiz aguedense de sectores de especialização (cerâmica, metalurgia e ferragens) absorviam cerca de metade do emprego concelhio. Atualmente, a indústria aguedense encontra-se mais limitada aos padrões tradicionais de produção e condicionada em aspetos como as novas tecnologias, a inovação e transferência de conhecimentos e requalificação adequada dos recursos humanos.

A taxa de desemprego tem vindo a aumentar nos últimos anos. Segundo Censos de 2011, a população ativa do concelho rondava os 20.999 habitantes, dos quais 1.4% se dedicava à agricultura; 49.3% à indústria; e 49.3% aos serviços. Por outro lado, a taxa de desemprego rondava os 10%.

Sob a designação de Ualle Longum, é referido nos primeiros documentos históricos em meados do ano de 900 (Estima, 2003). Caracterizado pela sua zona de planalto (daí o seu nome que significa vale longo/extenso) Valongo do Vouga situa-se a noroeste do concelho, com uma área compreendida entre os 43,7 Kms² a que, de acordo com os censos de 2011, correspondem 4877 habitantes. Ainda que um pouco distanciada das margens, Valongo

bordeja o rio Vouga, que nasce na serra da Lapa e percorre 148 km até desaguar na ria de Aveiro

Apesar de se tratar de uma área pequena, Valongo exhibe algumas assimetrias entre o interior, mais montanhoso e de difícil acesso, e as zonas mais baixas, agricolamente mais férteis e mais populosas. Estas características predizem a existência de um interior mais pobre, rural e agrícola, emergindo nas zonas mais acessíveis e mais próximas da sede de concelhia uma aposta no processo de industrialização.

O desenvolvimento da indústria dos lanifícios e dos têxteis, na qual esta zona foi pioneira, tornou-se um fator decisivo para o desenvolvimento económico da região. Esta aposta atraiu novas populações e estabeleceu a transição de uma economia agrária para uma economia onde o sector transformador emprega já a maior parte da população ativa. Juntamente com estas indústrias, a indústria metalomecânica, a cerâmica, de mobiliário, a indústria de construção e a carpintaria empregavam até há pouco tempo entre 60% a 70% da população, deixando para a agricultura cerca de 20%.

A crise instalada na região e o conseqüente encerramento de algumas unidades industriais levou a uma baixa do número de empregados, levando a população a migrar para outras zonas industriais ou outras atividades. Salienta-se ainda a existência de atividades artesanais e tradicionais da região, que representam algum peso na economia local, como o fabrico artesanal de pão.

Produto das exigências atuais, é possível observar uma crescente acumulação do trabalho dos campos, sob a forma de agricultura de subsistência, e a criação de animais com outras atividades principais, (re)inventando novas fontes de rendimento.

A zona de Valongo pode caracterizar-se por um elevado grau de heterogeneidade sociocultural, com alguns desequilíbrios em termos económicos e sociais. A industrialização, a crise económica e o aumento gradual da escolaridade obrigatória podem ser encarados como os fatores que se encontram na base destas desigualdades. Manifestando-se na crise de valores e conflito intergeracional, estas diferenças acabam por afetar a vida social, profissional, bem como a integração e desempenho escolar dos mais novos. Este efeito torna-se visível na conseqüente discrepância que existe entre a população escolar, ao nível as motivações e as capacidades de aprendizagem.

Urge uma aposta num conjunto de medidas na área da educação, formação e emprego, que se assumem como as bases para as melhoras económicas e sociais. Em Águeda e, mais

especificamente, em Valongo do Vouga, desde sempre foram notórias as iniciativas que visavam uma melhor adaptação às transformações estruturais e conjunturais. Esta ação surgiu não só por parte da autarquia, escolas e instituições de carácter público, mas apoiou-se, muitas vezes, em movimentos de carácter associativo.

De acordo com o site da Casa do Povo de Valongo do Vouga, Valongo foi elevada a vila em 2009. Sendo uma localidade que possui uma grande expressão ao nível do movimento associativo, é aqui que se encontra sedeada a Casa do Povo de Valongo do Vouga (CPVV), Pessoa Coletiva de Utilidade Pública de Base Associativa, que se constitui como organização não-governamental e sem fins lucrativos, com equiparação a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Constituída em 1942, a CPVV teve como mecenas a família Souza Baptista, cujo primeiro intento foi prestar auxílio às famílias mais carenciadas da região. Atualmente, esta instituição representa um importante apoio à sua comunidade disponibilizando os seguintes serviços/valências: elétrica, armazém agrícola, costura, lavandaria, atletismo, andebol, biblioteca e centro de explicações, teatro, rancho folclórico, ginástica, creche, centro de convívio, atividades de enriquecimento curricular e ATL.

2. A CM de Águeda e o Plano de Implementação da CAC

No ano de 2011, e no âmbito da comemoração do 22º aniversário sobre direitos da criança, foi realizado o seminário “Abrir portas onde conversámos entre janelas...pensar os direitos da criança no diálogo entre crianças e adultos”, cujo principal objectivo era promover a comunicação através de um encontro inter-geracional.

Durante o mesmo pude assistir à apresentação de projectos de investigação realizados por crianças, trabalhos realizados em simultâneo com o decorrer das conferências. Um dos grupos de crianças investigadoras pertencia ao concelho de Águeda e como resultado desta participação, foram convidadas pela Dr.^a Elsa Corga (Vereadora da Cultura da CMA, que também se encontrava a participar na comemoração) a participar numa reunião a realizar-se na CMA.

Assim, e após algum trabalho conjunto com este grupo de crianças, a cidade de Águeda, município que se assume como inovador e fortemente marcado pelas iniciativas de âmbito

social, nomeadamente na intervenção contra os processos de desigualdade e exclusão, lançou-se, ainda este ano, na construção de um plano de ação para a sua implementação, enquanto Cidade Amiga das Crianças.

Assim, convidados para a apresentação/discussão da proposta de implementação deste plano projetado pela Câmara Municipal de Águeda, estiveram presentes neste mesmo local, alguns profissionais (educadores, professores, assistentes sociais, alunas do mestrado em ESIC – nas quais me incluo - entre outros) ligados, essencialmente, à educação, por serem considerados agentes mobilizadores, pela proximidade e trabalho diário que realizamos com as crianças.

Após este primeiro contacto com o plano de implementação, observámos que o seu propósito se situa muito próximo do objetivo que norteia a iniciativa CAC: fazer com que “*Águeda seja uma cidade amiga das crianças em 2016, e um exemplo nacional e internacional de construção de uma política de cidade ligada à infância e juventude*” (Proposta de Implementação de Plano – Relatório Preliminar, 2013: 3¹).

Segundo a proposta de implementação de plano apresentada pela Câmara Municipal de Águeda, este plano será participativo no sentido que será edificado com as crianças, à medida que se vai construindo e, previsivelmente, deverá desenvolver-se ao longo de quatro anos, a que corresponderão quatro etapas com uma duração de um ano. A previsão aponta, então, para quatro fases: a primeira para a *Construção do Plano* (no ano de 2013); a segunda para a sua *Implementação* (em 2014), a terceira fase, de *Consolidação do Plano* (projetada para 2015); e, por fim, a quarta fase, de *Monitorização* (em 2014).

No cronograma construído para o efeito², constam algumas das ideias que estão previstas para a 1ª fase deste plano e que apresentamos adiante, por exemplo, a conferência de lançamento da CAC, a criação do logotipo Águeda Amiga das Crianças, o (re)mapear Águeda, o laboratório de ideias, etc.

No entanto, a CMA não adianta qualquer descrição das fases subsequentes, por considerar que estas devem ser construídas com os intervenientes, e devidamente projetadas, após análise e reflexão dos resultados da 1ª fase.

¹ Ver anexo A

² Ver anexo B

Relativamente aos intervenientes, estima-se a participação de alguns elementos-chave do concelho, como os agrupamentos de escolas, as IPSS, a CPCJ, o hospital e centro de Saúde, as associações (de pais, juvenis, culturais e recreativas, empresariais), a universidade de Aveiro / ESTGA, os clubes desportivos, entre outros, que se impõem como apoios essenciais para *“uma cidade melhor e crianças mais felizes!”* (Proposta de Implementação de Plano – Relatório Preliminar, 2013: 9)

Enquanto pessoas empenhadas nesta causa, assumimos então o compromisso de, através de iniciativas distintas, contribuir para que este objetivo comum se concretize. É precisamente neste âmbito que surge o projeto *“As crianças da CPVV à descoberta das Cidades Amigas das Crianças”*.

Enquanto investigadora saliento a importância desta iniciativa, que vem criar espaços e oportunidades para o exercício da cidadania infantil e dar voz às crianças da cidade, rompendo assim com as tradicionais formas de gestão local que mantêm os mais novos à margem das suas políticas públicas.

3. O Movimento de Águeda

A designação Movimento de Águeda refere-se a *“um conjunto de investimentos, que há quase três décadas, vêm sendo assumidos por profissionais, ligados à área da educação, saúde e Ação social, empenhados na crítica e na invenção de contextos e práticas educativas, [geradoras de novas práticas sociais] com potencialidades para influenciar, por dentro, a realidade social”* (Maia, 2004: 76).

Remontando a sua origem à década de setenta, a sua construção resultou de uma série de iniciativas que, aos poucos, foram alargando as suas redes (d’Espiney, 2008) e conquistando novos parceiros nesta luta contra a exclusão social.

Segundo d’Espiney, o combate empreendido *foi “tomando diferentes formas de acordo com as circunstâncias, que também se vão alterando, mas que nunca deixou de se afirmar como tal”* (2008, p.62) e, talvez por esse motivo, se mantenha até aos dias de hoje, ainda que assumindo contornos diferentes aos da sua génese. Pois, se inicialmente este visava a criação de uma resposta apenas dirigida a crianças com deficiência (que acabou por se concretizar na criação de um jardim de infância em que 20% das vagas estavam destinadas

às crianças com deficiência), mais tarde acabou por abranger crianças e famílias em situação de risco.

Alguns anos após o início deste movimento, e segundo Madeira (2009), um grupo de professores solicitou que a equipa de educação especial procedesse à identificação e encaminhamento das situações referenciadas por motivos de insucesso, absentismo e abandono escolar, e é então que, em 1983, emergem os primeiros grupos comunitários, assumindo-se como o meio intervenção deste movimento.

A mesma autora refere que os grupos comunitários resultaram de um envolvimento direto e sistemático das crianças sinalizadas que, se propuseram a identificar e mobilizar outras crianças em situações semelhantes. Desta forma, as crianças foram ganhando uma maior visibilidade enquanto detentoras de uma “*autoridade própria*”, no conhecimento da realidade local e da própria realidade, sendo elas quem geria e organizava os encontros realizados na comunidade.

Um olhar mais atento percebe que, ainda hoje, muitas são as freguesias do concelho de Águeda onde é possível encontrar marcas destes grupos comunitários e do ideário do movimento. Isto foi visível, sobretudo, ao nível das associações locais, que tiveram na sua génese “*militantes*”, pessoas cujas motivações ultrapassavam a esfera profissional, e que muito contribuíram para a sua edificação (d’Espiney, 2008).

A cooperação de pessoas ligadas a esta cultura de partilha de poder, de simetria das relações e participação efectiva possibilitou a emergência de algumas associações e instituições, como foi o caso da valência do ATL da CPVV, assunto que retomarei adiante.

3.1 Do Movimento de Águeda ao ATL de Valongo do Vouga

O contexto escolhido para a realização deste projeto foi a resposta de ATL da Casa do Povo de Valongo do Vouga (CPVV), opção suportada por dois fatores: proximidade física e geográfica e as suas raízes históricas.

A sua proximidade deve-se ao facto de me encontrar a exercer funções nesta mesma instituição (ainda que numa valência diferente), uma situação privilegiada no que se refere ao contacto com as crianças e à utilização dos espaços.

Por outro lado, a fundação da CPVV significou a primeira resposta social à população desta freguesia, entre outras questões, no apoio à infância, mantendo até aos dias de hoje

um cariz social ao assumir como sua missão “*desenvolver atividades de carácter social e cultural, com a participação de pessoas interessadas bem como laborar com o Estado e as Autarquias, no sentido de proporcionar o apoio necessário e justificado, de forma a contribuir para a breve resolução dos problemas emergentes da população e inerentes a cada área*”³.

Neste âmbito, é ainda mais importante referir quais as circunstâncias que envolveram a criação da valência do ATL e que influíram de uma forma mais decisiva nesta escolha. Na inexistência/desconhecimento do paradeiro dos seus registos escritos (apesar dos esforços até dos próprios autores e atores), estas circunstâncias foram-me relatadas, na primeira pessoa por uma das suas principais impulsionadoras, a educadora de infância, Isabel Santiago.

Na década de 80, a educadora em questão fazia parte do grupo de profissionais que integrava o Movimento de Águeda e que constituía a Equipa de Ensino Especial, cujas práticas se baseavam em dinâmicas de intervenção precoce e apoio domiciliário. Esta equipa era “*responsável pelo levantamento/diagnóstico das situações-problema e dinamizador de ações de carácter comunitário, facilitadas pela criação de redes de apoio social nas freguesias do concelho [de Águeda]*” (Maia, 2004: 79).

(...) Fazia o acompanhamento de um menino, o Paulinho, e foi precisamente a mãe dele que sugeriu a criação de um espaço próprio pois, eu dava apoio ao Paulinho na escola e em casa onde, a dada altura, começaram a aparecer outras crianças. (...) Começou a formar-se já um grupinho em casa deste menino, perto da igreja de Valongo.

(...) Foi a partir daí que falámos com a direção da CPVV e que disponibilizou uma sala. Combinámos que, uma vez por semana, em vez de eu fazer apoio individual, formávamos um grupo. Só que, entretanto, para além daqueles meninos vêm todos os outros: porque o amigo do meu amigo, meu amigo é, cria-se a rede e, de facto, foi assim que se formaram os primeiros grupos comunitários.

Sei que a dada altura eram tantos meninos que começámos a trabalhar com a Segurança Social no sentido de se transformar aquele espaço num ATL, para que aquele espaço pudesse funcionar todos os dias, depois das 15h30 e para poder ter técnicos a tempo inteiro.

³ Fonte: <http://www.cpvv.net>

(...) Ainda funcionou nestes moldes durante uns 3 ou 4 anos e depois, quando a Segurança Social finalmente reconheceu que era necessário criar um ATL, veio a Dr.^a Luísa como técnica de serviço social e que ficou responsável pelo ATL. Eu continuei a ir lá dar apoio, em determinados dias da semana, mas o grupo autonomizou-se.⁴

Tal como a própria relata, o surgimento do ATL encontra-se intimamente ligado ao Movimento de Águeda, nomeadamente no que se refere à criação de grupos comunitários que, na década de 80, se encontravam sob a responsabilidade da Equipa de Educação Especial. Estes grupos formalizaram-se com apoios das fundações Gulbenkian e Aga Kan nos anos 90, altura em, segundo a educadora, *o ATL de Valongo já estava autónomo, participava no movimento informal dos grupos comunitários, mas já não dependia do projeto para sobreviver. O que se fez com o grupo de Valongo foi o que se fez, mais tarde, com outros grupos comunitários que foram transformados em ATL's, resposta que o centro regional considerou mais adequada a estes grupos.*

4. O Grupo de Investigadores

Para a concretização dos objectivos que nortearam este trabalho de projeto contei com a colaboração de um grupo de crianças que frequentam o ATL da CPVV, a quem foi lancei o desafio de integrar um grupo de investigadores. Mantendo sempre presentes os princípios éticos, nomeadamente no que respeita aos processos de inclusão e exclusão, optei por dirigir este convite às crianças que se encontram sozinhas no ATL uma vez por semana, por questões de horário escolar. Apesar destas circunstâncias terem facilitado o processo de constituição do grupo, o tempo disponível para as crianças se reunirem enquanto grupo de investigadores, foi um tempo residual: uma hora por semana, à sexta-feira à tarde, significou não só um tempo muito curto para investigar (especialmente em sessões que exigiam um horário mais alargado e consecutivo), revelando-se também, muitas vezes, um esforço acrescido, num dia em que as crianças já ansiavam pelo fim-de-semana.

Assim, o grupo integrava sete crianças (de um universo de trinta e uma crianças que frequentam a valência), sendo que três são raparigas e quatro rapazes, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos de idade. Todas são alunas da escola EB 2/3 de

⁴ Ver anexo C

Valongo do Vouga: uma criança frequenta o 7º ano de escolaridade (turma A), quatro frequentam o 5º ano (duas integram a turma A e duas integram a turma B) e duas frequentam o 6º ano, integrando turmas diferentes (turmas B e D).

Relativamente ao seu local de residência, seis das crianças moram nas zonas imediatas de Valongo do Vouga e apenas uma reside a uma distância mais alargada, nomeadamente no Préstimo (freguesia extinta em 2013).

Ao nível das habilitações académicas dos pais das crianças⁵, podemos constatar que um dos pais possui o 6º ano de escolaridade, doze possuem habilitações entre o 9º e 12º ano e dois são licenciados (em agregados distintos).

Situando este grupo de alunos, no contexto mais alargado do espaço escolar, e segundo a caracterização apresentada pelo agrupamento de escolas de Valongo do Vouga, podemos considerar que as crianças, na sua maioria, são provenientes de um contexto social de baixos recursos.

Através da descrição e análise do contexto e das acções que estão a ser implementadas no âmbito da defesa dos direitos das crianças, podemos considerar que a iniciativa Cidade Amiga das Crianças, veio criar um espaço de participação infantil (embora que em moldes diferentes) muito próximo do que já se verificou durante o tempo em que eram os grupos comunitários, os contextos onde as crianças exerciam esses direitos de uma forma mais autêntica.

Vista como um projecto inovador e interessado em responder aos interesses das crianças, esta iniciativa despoletou, por todo o município, um movimento levado a cabo pelos próprios protagonistas, que vão reclamando o seu estatuto de cidadãos, uma mudança com benefícios sociais muito além dos que as mesmas podem, de momento, antever.

⁵ Ver anexo D

PARTE IV – OS DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO: (RE)CONHECIMENTO ALCANÇADO

Introdução

Iniciar um projeto de investigação ação participativa implica um planeamento responsável, com tomadas de decisão decisivas para a transformação da realidade em questão. O estabelecimento de um plano de ação prévio permitiu uma mais produtiva articulação com as instituições envolvidas (CPVV, Escola EB2/3 de Valongo do Vouga, Bela Vista – Centro de Educação Integrada e Câmara Municipal de Águeda). Com o desenrolar do projeto e a participação das crianças investigadoras, emergiram algumas dimensões merecedoras de destaque e consideração e que apresentamos de seguida: a interpretação das crianças face aos seus direitos, as etapas emergentes do processo de investigação e os obstáculos associados ao tempo de trabalho com estes investigadores.

Capítulo I – A Produção de Conhecimento Desenhada por Etapas e Dinâmicas de Ação-Reflexão

“A investigação, enquanto produção de conhecimento, é uma forma de aprendizagem que integra o quadro teórico de referência, acionado nas decisões e na acção, quadro em aberto, para receber o que as práticas, intimamente assentes no contexto, têm para lhe dizer de conhecimento nelas produzido, e assim o tornar mais denso” (Lima 2003:321). Assim, numa perspetiva mais reflexiva e de conclusão, importa destacar alguns dos aspetos que, de alguma forma, estiveram presentes na prossecução deste projeto.

Inicialmente, a calendarização prevista para este projeto apontava para a realização de dez sessões entre os meses de Fevereiro a Abril de 2013, num horário a combinar com o grupo de crianças. Contudo, com o desenvolvimento da calendarização prevista surgiu a necessidade de alargar o projeto por mais algumas sessões, em virtude de algumas atividades de interesse a desenvolver. Devido a limitações relacionadas com a frequência de atividades extraescolares dos elementos do grupo, apenas foi possível realizar mais dois encontros, além dos acordados inicialmente, que decorreram no mês de maio⁶.

⁶ Ver anexo E

Seguidamente serão apresentadas e descritas as etapas que constituíram o projecto.

1. Primeira Etapa

A primeira etapa abrange as cinco primeiras sessões em que, progressivamente, tentei entrar no grupo, conhecê-lo e dar-me a conhecer. As minhas preocupações iniciais prenderam-se com a criação de um clima de grupo, em que as crianças pudessem aperceber-se do seu papel no seio do mesmo e fossem desenhando os contornos do seu projeto de investigação.

Depois de devidamente ponderada a intenção de realizar um projeto de investigação-ação participativa com crianças, foi dirigido um pedido de autorização à Direção da CPVV para que o pudesse desenvolver com um grupo de crianças do ATL.

Após ter obtido o consentimento da Direção da CPVV, que mostrou abertura e disponibilidade face ao que me propunha, seguiu-se um encontro informal com o grupo de crianças, a fim de perceber quem estaria verdadeiramente interessado em fazer parte deste projeto.

No nosso primeiro encontro⁷, expliquei o propósito deste trabalho. Neste seguimento, dirigi-lhes um convite para participarem neste projeto, apresentando-lhes as especificidades do mesmo, tais como a participação voluntária, a confidencialidade e outras questões pertinentes e do interesse de todos participantes.

Mesmo antes de obter o consentimento informado dos encarregados de educação (que posteriormente autorizaram a participação dos seus educandos⁸) e, numa perspectiva de conformidade com as questões éticas que envolvem este tipo de investigação, obtive então o que Ferreira (*cit in* Fernandes, 2011) denominou de “assentimento”. Segundo o mesmo, quando se estudam crianças pequenas, *“talvez seja mais produtivo falar em assentimento para significar que, enquanto actores sociais, mesmo podendo ter um entendimento lacunar, impreciso e superficial acerca da pesquisa, elas são, apesar disso, capazes de decidir acerca da permissão ou não da sua observabilidade e participação, evidenciando assim a sua agência”* (*cit in* Fernandes, 2011: 10).

⁷ Ver nota de campo I

⁸ Ver anexo G

O local escolhido para a dinamização das sessões, após ponderar os prós e contras com o grupo e com a orientadora deste projeto – Professora Doutora Rosa Madeira –, foi o gabinete do diretor técnico, na Creche Sintz Maria Baptista, um local próximo do ATL. Foi assim possível a preparação de um local digno para as sessões. Se por um lado, o gabinete tinha condições físicas apropriadas, a entrada neste local demarcava também a entrada das crianças num local em que deixavam de ser vistas como alunas, passando a posicionarem-se como investigadoras.

A segunda sessão decorreu já no local selecionado, onde cada criança recebeu um kit de investigador - uma capa, um caderno, uma caneta e um cartão de investigador.

Com o cartão de investigador, em particular, procurou-se que as crianças recriassem a sua identidade no seio do grupo, contrariando o denominado *ofício do aluno* (Sarmiento, 2000), em que existe uma ordem e hierarquização institucional que vigoram e controlam o seu comportamento, favorecendo o conformismo e perspectiva da criança objeto.

Ainda com este intuito, o grupo discutiu se gostaria de manter o seu nome original no seio do grupo ou se gostaria de adotar um nome de investigador, sugestão a que o grupo respondeu com a escolha dos seguintes nomes: Carolina, Ângela, Messi, Fabregas, Piqué, Jack e Rihanna e Maria.

Para mim, era importante que as crianças percebessem que não esperava um resultado em concreto. Mais do que o cumprimento de um número de tarefas, queria dar-lhes voz, tentar perceber as suas opiniões e, em conjunto, explorar formas de participar ativa e diretamente nos assuntos que lhes dizem respeito. Procurei que as sessões fossem um espaço-tempo de mudança, onde as crianças sentissem que faziam a diferença, desempenhavam funções importantes e cujo estatuto, enquanto investigadoras, fosse reconhecido e valorizado.

Nesta mesma sessão, e com a atividade *O que é um investigador e como se parece*, tentei perceber qual a noção que as crianças tinham de um investigador: o que fazia, como era fisicamente e em que se baseavam as suas opiniões.

Rihanna e Carolina: é uma pessoa que investiga. Pode investigar problemas, assaltos, procurar pessoas...

Fabregas: é uma pessoa que investiga algo. Pode investigar factos de um assalto, uma verdade ou justiça...

Piqué: Veste-se como o Sherlock Holmes.

Desta forma, foi possível descodificar a imagem de investigador que habita o imaginário destas crianças se situava muito próxima da ideia de investigação criminal, quer nas suas funções, quer no estereótipo do aspeto físico do investigador, presentes nas séries e desenhos animados a que normalmente assistiam, tal como os próprios referiram. Neste âmbito, abordei ainda o nosso papel enquanto investigadores, contrapondo-o e articulando-o com as ideias previamente apresentadas.

Finalmente, e ainda de uma forma breve, falámos acerca da cidade de Águeda e as Cidades Amigas das Crianças, uma contextualização do projeto para o grupo.

Seguidamente, e tentando perceber que opinião que o grupo teria sobre a sua cidade, coloquei a seguinte questão: seria Águeda uma Cidade Amiga das Crianças?

A maioria do grupo respondeu negativamente e apontou algumas das suas sugestões de melhorias, numa ótica que reflecte a cultura de consumo que impera nos dias de hoje:

Messi: Mais parques de diversões.

Rihanna: Piscinas...

Messi: Mais campos de futebol...

Piqué: Tudo a 0 euros e 0 centimos.

Carolina: Shoppings, fórums...

Rihanna: Mais doces.

Rihanna: Muito dinheiro.

Fabregas: Hospitais.

Uma vez que grupo facilmente transferia os diálogos sobre a temática da cidade de Águeda para a freguesia de Valongo do Vouga em concreto, sentimos a necessidade de partir desta realidade mais imediata. Assim, na terceira sessão⁹ lancei ao grupo o desafio de construir um mapa de Valongo do Vouga averiguando o olhar destas crianças sobre os espaços que o envolvem e contextualizam. Esta atividade despertou desde logo o interesse das crianças, que se apressaram a desenhar as suas casas, antes de qualquer outro elemento.

⁹ Ver nota de campo III

Logo no início da sessão surgiram os primeiros constrangimentos: três elementos do grupo – a Carolina, a Ângela e o Jack – comunicaram a sua decisão de desistir do grupo de investigação. No entanto, e após ter sido feita uma sugestão nesse sentido, as crianças em causa aceitaram participar na presente sessão, sem qualquer compromisso de continuidade. Curiosamente, este foi um dos encontros onde estes se revelaram mais ativos, talvez por influência na natureza da atividade realizada, sendo que no final já não se encontravam certos de querer desistir, tendo-se comprometido a dar uma resposta na sessão seguinte.

Convencer os três elementos a manter-se no projeto durante, pelo menos, mais uma sessão, revelou-se uma estratégia eficaz (nenhuma criança desistiu do grupo de investigação até à última sessão realizada) e constituiu um fator decisivo na definição da identidade de grupo, fomentando uma maior interação e identificação entre os seus elementos.

Na quarta sessão¹⁰, e em virtude dos temas discutidos em sessões anteriores acerca dos fatores impulsionadores para Águeda se tornar uma CAC, recorri a um jogo (adaptado a partir de um jogo proposto pela UNICEF – Todos os Direitos para todos os Meninos e Meninas, 2009) e abordámos a questão dos desejos e necessidades. Através desta atividade, fiquei a conhecer o que o grupo entenderia como sendo essencial e/ou dispensável para a sua qualidade de vida.

Neste contexto, *as escolhas do grupo e suas prioridades surpreenderam-me. Confesso que esperava que o grupo excluísse logo ao início cartões como “guloseimas”, calçado desportivo”, telemóvel... Mas esta minha expectativa “adulta” em nada se assemelhou as escolhas do grupo, cuja realidade é perspetivada de outra forma.*¹¹

Outros cartões excluídos pelo grupo:

[Livros] Não é importante porque temos computadores.

[Escola] Não precisamos, desde que se aprenda.

Com esta atividade também foi possível perceber o “muro” que está ser construído entre a escola e os seus alunos, constatando que as crianças revelam necessidade de chamar a atenção para alguns direitos que não estavam presentes nos cartões como o *direito a pintar, a não ter trabalhos de casa, a ter família*, etc.

¹⁰ Ver nota de campo IV

¹¹ Ver nota de campo IV

Na quinta sessão, após perceber que o grupo não conhecia a Convenção dos Direitos das Crianças, apresentei ao grupo a história “Uma aventura na terra dos direitos”¹² que, por motivação própria, fez uma leitura dramatizada da mesma. Conversando sobre o conteúdo do que havia sido lido, várias foram as opiniões face aos direitos que não são respeitados. No diálogo abaixo pude perceber que as crianças consideram que, o direito ao brincar, por exemplo, é muitas vezes ignorado pelos adultos.

Messi: O direito mais importante é brincar.

Maria: Achas que é respeitado?

Messi: Não, nas aulas...também temos o direito de brincar, às vezes...

Fabregas: Ai, nas aulas?!

Maria: E noutras ocasiões, é respeitado?

Messi: Às vezes, quase nunca.

Maria: E os adultos levam esse direito a sério?

Grupo: Nãoo!

Fabregas: Claramente! Já não são eles que brincam, são os outros.

Messi: Não sabem a importância...¹³

Esta história permitiu uma partilha de opiniões bastante enriquecedora sobre os direitos das crianças, em especial sobre o direito ao brincar e a sua desvalorização por parte dos adultos, ao mesmo tempo que deu a conhecer ao grupo, de uma forma lúdica, um documento tão importante como é a CDC.

2. Segunda Etapa

Após as primeiras cinco sessões considero que houve um “ponto de viragem”: sentia que agora o grupo estava realmente envolvido e motivado e os diálogos trocados revelavam um maior conhecimento da temática em questão, assim como uma atitude mais aberta às trocas de ideias e opiniões.

Desta forma, foram equacionei formas mais interventivas de continuar a desenvolver este projeto tendo em conta os interesses que as crianças iam revelando, postura que o próprio

¹² Ver anexo I

¹³ Ver nota de campo V

grupo vinha reclamando nas sessões anteriores e para a qual se mostrava agora mais preparado.

Durante a sexta e a sétima sessão¹⁴, e após finalizada a construção do mapa, considerei importante debruçarmo-nos sobre o mesmo, com outro olhar: um olhar de quem conhece bem aqueles locais e de quem tem algo a dizer em relação aos mesmos, opinião que até então não havia merecido qualquer atenção, por parte de quem tem o poder de os criar e organizar.

Assim, o grupo assinalou no mapa os locais de que gostavam (a cor verde), os que gostavam mais ou menos (a amarelo) e aqueles de que não gostavam (a vermelho). No verso assinalavam os seus motivos.

Observando a tabela¹⁵ construída com base nas opiniões das crianças, podemos verificar que o grupo identificou os locais que frequentam no seu dia-a-dia: as suas casas, a CPVV e a sua valência de creche, a Junta de Freguesia, a empresa Lanidor, a sua escola, as zonas com caixas multibanco, o campo de futebol do Valonguense, o “quiosque da D. Júlia”, a igreja de Valongo e o parque infantil.

Na maioria das vezes, as crianças apontam um aspeto positivo e outro menos positivo em relação a esses espaços, sendo que os aspetos mais positivos enunciados eram aqueles que influenciam direta e indiretamente a sua qualidade de vida, como por exemplo:

A Igreja - É boa para os idosos rezarem.

A Creche M^a Sintz Baptista - Arranja postos de trabalho.

Os aspetos menos positivos e negativos referem-se quase sempre à degradação dos locais e à impossibilidade de poderem brincar nos mesmos. Aqui, importa referir que o parque infantil foi o único lugar que não mereceu, por parte do grupo, qualquer crítica positiva.

A oitava sessão¹⁶ foi marcada por uma análise do que havia sido feito até à altura, base essencial para delinear o que ainda gostaríamos de fazer e oportunidade que, segundo Formosinho, poderá “contribuir para moldar o próprio processo de investigação e [através do qual as crianças] poderão fazer auto-análise e evoluir durante o próprio processo

¹⁴ Ver notas de campo VI e VII

¹⁵ Ver anexo O

¹⁶ Ver nota de campo VIII

investigativo” (2008:24). Recapitulando o que foi feito ao longo das sessões, o grupo manifestou especial interesse pela quinta sessão (na qual dramatizaram a história: Uma Aventura na Terra dos Direitos) e pelos encontros nos quais fez o mapa de Valongo do Vouga (3ª, 4ª, 6ª e 7ª sessão).

Colocada em discussão a possibilidade de partilharmos o trabalho que realizado e o grupo manifestou a sua intenção de o fazer, apontando algumas sugestões como a apresentação de um *power point* ou a realização de uma peça de teatro, indicando o “público” deveria ser composto por adultos e crianças.

A dezanove de Abril deste ano, encontrávamo-nos na nona sessão¹⁷, e cumpríamos um dos desejos do grupo: fazer uma visita ao parque de Valongo (junto à igreja). Aqui puderam mostrar pessoalmente os motivos do seu descontentamento face ao estado em que se encontra este local.

No próprio local, conversámos não só sobre o parque em questão, mas sobre o brincar, uma vez que este era propósito deste local e que, segundo os próprios, não estava ser cumprido. Referiram ainda os locais alternativos que eram escolhidos ou estabelecidos para o fazerem.

Maria: Onde é que brincam mais aqui em Valongo?

Jack e Fabregas: Em casa.

Maria: Dentro de casa?

Jack: Não...

Fabregas: Cá fora.

Piqué: E na Casa do Povo.

Fabregas: Eu antes brincava aqui.

Messi: Se a piscina estivesse todo o ano aberta... Está aberta só no verão.

Maria: E vocês costumam ver outras crianças a brincar neste parque?

Messi: Não. Mas antes havia muitas. Antes de ir para a missa vinham para cá todas.

Maria: E agora não vêm?

Messi: Está tudo partido. Antes havia baloiços

Ângela: Está tudo estragado.

¹⁷ Ver nota de campo IX

É notório o descontentamento do grupo face ao estado de degradação em que se encontra o parque. Pelos relatos das próprias crianças, o espaço que o circunda é um lugar que lhes é muito familiar, sendo que, semanalmente, estas se reúnem nas imediações para ter catequese e ir à missa. Também é possível perceber que esta não é uma realidade muito antiga. As crianças ainda têm memória do parque ter baloiços e de estar conservado.

Esta saída, possibilitou que as crianças estivessem naquele espaço como se fosse a primeira vez, de uma forma diferente da que estão habituadas e que o vissem de uma outra forma: sob um olhar crítico de especialistas (e não apenas como quem passa), que analisam e refletem sobre uma dada realidade e perspetivam possíveis intervenções, beneficiando da vantagem se conhecer, como muito poucos, aquele parque.

Quando questionadas sobre outros parques, nomeadamente os que se encontram no centro da cidade de Águeda, as crianças dizem que esses estão em bom estado e localizamos parques que conhecem.

Maria: Só há este parque aqui perto?

Messi: Aqui perto, só.

Maria: E em Águeda, que parques é que conhecem?

Messi: Ao pé do rio.

Ângela: Pois, ao pé da festa do AGIT'ÁGUEDA.

Carolina: Ou da Casa do Povo.

Messi: E também quem vai para o Modelo...Não há lá um parque?

Ângela: Isso é bué longe!

Maria: E como é que são os parques que vocês conhecem em Águeda?

Piqué: Estão em bom estado.

Fabregas: Todos?

Ângela: Diz um que não esteja...

Durante esta saída as crianças fizeram também o registo fotográfico do parque¹⁸. Aqui focaram detalhes que na sua perspetiva, definem o abandono e degradação a que este espaço está sujeito, e que é visível não só ao nível dos baloiços (que se encontram

¹⁸ Ver anexo J

destruídos) mas também do descuido para com os jardins que o envolvem e com o tratamento do lixo que para lá é atirado.

Com isto, foi possível verificar de uma forma mais clara, as mudanças que o têm sido produzidas na forma de estar/pensar das crianças participantes: se até então estas não brincavam no parque porque *está todo destruído*, agora tentam mostrar, objetivamente, o que não está bem e quais os pontos para os quais as intervenções devem ser perspetivadas e apontadas.

Depois da participação de algumas das crianças do grupo, na Semana Global pela Educação, na Universidade de Aveiro, e já no décimo encontro, os elementos que estiveram ativamente envolvidos nesta iniciativa partilharam a experiência com o restante grupo.

Os mesmos encararam este convite que lhes foi dirigido como uma consequência de estarem envolvidos neste projeto de investigação e manifestaram o seu agrado perante o projeto que lhes foi apresentado por um outro grupo de crianças.

No final desta etapa o grupo avaliou todo o percurso da investigação. No entanto esta realizou-se através de um registo individual escrito¹⁹, uma vez que a incompatibilidade de horários e de agenda do grupo de crianças, não permitiu a discussão da mesma por parte do grupo.

Com esta avaliação pretendia perceber de que forma este projeto marcou (positiva ou negativamente) o grupo, procurando obter opinião de cada criança. Assim, a identificação (ou não) deste registo foi deixado ao critério do grupo, sendo que as seis crianças que fizeram a devolução do mesmo, optaram pelo anonimato.

¹⁹ Ver anexo K

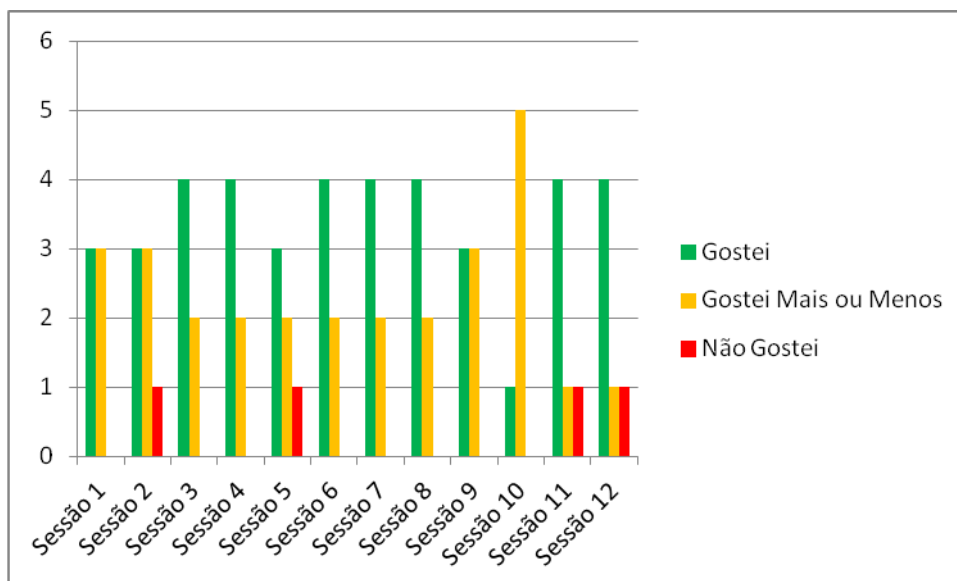


Gráfico 1: Opinião das crianças acerca das atividades

Analisando o gráfico representativo da opinião das crianças relativamente às atividades realizadas ao longo dos encontros, podemos ver que as sessões 3, 4, 6, 7, 8, 10 e 11 foram aquelas de que as crianças gostaram de ter participado, havendo quatro delas a fazer esta referência. Sobressai também a sessão 10, havendo cinco crianças a dizer que gostaram mais ou menos da mesma.

Relativamente às questões abertas, e quando questionadas quanto às sessões mais e menos apreciadas, as respostas divergem não sendo possível registar qualquer tendência. No entanto, é importante referir aspetos como “outras coisas que gostaria de ter feito” onde são feitas duas referências ao desejo de “*investigar mais*” e “*ter feito mais saídas a outros locais*”, podendo também mencionar uma afirmação feita nesta avaliação: “*fazendo parte deste grupo de investigadores descobri que as crianças têm todo o direito de falar.*”

No que se refere à forma como se procedeu a esta avaliação, considero que se tivéssemos a oportunidade de a realizar em conjunto e num momento próprio, o processo de construção de conhecimento sobre o vivido teria sido muito mais enriquecedor para todo o grupo.

3. Terceira Etapa

Esta etapa do projeto diz respeito à partilha do trabalho realizado até então e ao perspetivar de algumas intervenções/ações futuras, num ciclo dinâmico, que não se conclui, mas se reconstrói. Poderá então, ser encarada como a transição (muito ténue) entre o terminar de uma fase e o iniciar de outra, agora fortalecida pelos seus principais atores e autores, cujo trabalho se foi tornando cada vez mais autónomo e especializado.

Nas décima primeira e décima segunda²⁰ sessões, as crianças debruçaram-se sobre preparação da apresentação²¹ a fazer à comunidade educativa. O grupo estava empolgado: discutia as melhores fotografias, qual a informação mais importante, assim como a forma de o transmitir.

Chegada a esta altura, as crianças espantam-se com a rapidez com que decorreu este nosso projeto, fazendo comentários entre si a esse respeito e acerca do que não tiveram tempo de fazer ou, por outro lado, alguns contributos que não foram dados por faltar a algumas sessões.

Entretanto fomos convidados pela Câmara Municipal de Águeda, para fazer a apresentação do nosso projeto. Após tratarmos todas as questões logísticas que esta saída implicava, fomos recebidos pelo Presidente e pela vereadora da cultura da CMA – Gil Nadais e Elsa Corga, num encontro que contou também com a presença de um outro grupo de crianças investigadoras da Escola EB 2/3 de Valongo do Vouga e da Bela Vista – Centro de Educação Integrada.

Esta pequena reunião permitiu que todos os envolvidos conhecessem um pouco melhor o trabalho que cada grupo tinha vindo a desenvolver, possibilitando a troca de experiências e perspectivas. Daqui surgiu também a ideia de, em conjunto, criarmos um jornal, em que as próprias crianças dessem o seu testemunho, enquanto investigadoras e cidadãs ativas, com um papel de destaque na sua cidade, permitindo não só a divulgação deste “movimento” mas também a procura de novos parceiros para a construção de Águeda enquanto Cidade Amiga Das Crianças.

²⁰ Ver nota de campo XI e XII

²¹ Ver anexo L

Neste momento, a construção do jornal está ainda a decorrer, sendo que o nosso grupo de crianças já redigiu o texto que gostaria de ver integrado no referido jornal²².

O convite da CMA significou também um importante reconhecimento para o nosso grupo de investigadores que, apesar da timidez, se revelou muito orgulhoso e disposto para continuar a integrar este grupo de pessoas interessadas na defesa dos direitos das crianças, nomeadamente ao nível da sua participação social.

Apesar do grupo ter também manifestado vontade de apresentar o trabalho aos colegas do ATL e restante comunidade educativa, mais uma vez, as questões relacionadas com a disponibilidade das crianças que o integram, impossibilitaram esta divulgação.

Se por um lado, durante o mês de junho as crianças tinham os horários sobrecarregados pelas aulas (em época de testes e exames), por outro, e com chegada das férias letivas, a maioria não se encontra a frequentar o ATL.

Assim, o grupo sugeriu que esta apresentação fosse feita logo no início do mês de Setembro, como forma de marcar o início de uma nova etapa, esperando, através da partilha da sua experiência, motivar outros colegas a integrarem o grupo de investigação.

As crianças mostraram-se ainda interessadas em colaborar com os colegas da Escola EB 2/3 de Valongo do Vouga, na organização de *workshops* e sessões de sensibilização para a restante comunidade escolar, sugestão apontada pelas próprias durante a reunião conjunta na CMA.

Por forma a evitar os constrangimentos de marcaram o nosso percurso investigativo o grupo considerou que, logo no arranque do próximo ano letivo, deveria estar contemplado no horário do ATL e acordados com os respetivos encarregados de educação, momentos especialmente destinados para as crianças de organizarem e reunirem por forma a dar seguimento ao trabalho realizado, nomeadamente, levar a cabo algumas iniciativas para melhorar o parque, apontando como principal meio a parceria com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga.

²² Ver anexo M

Capítulo II – As Crianças e os Direitos: (Re)Significação pela Experiência

Durante a realização das sessões, o tema dos direitos esteve presente nas várias actividades e iniciativas do grupo. Numa fase inicial, as crianças afirmaram não dominar este assunto, quando na realidade, e como foi possível constatar nos diálogos presentes nas diversas notas de campo, estas apenas não os conseguiam reconhecer objetivamente muito para além dos direitos relacionados com a educação, a segurança e a saúde.

Por outro lado, outros participantes consideravam-nos apenas como desejos, não reconhecendo o seu significado enquanto direito e, como tal, com um cariz de cumprimento obrigatório. Comum a quase todo o grupo era o seu desconhecimento em relação ao que era uma Cidade Amiga das Crianças e em relação ao documento da Convenção dos Direitos das Crianças. Esta foi, sem dúvida, uma das principais conquistas deste processo.

Como poderiam as crianças reivindicar algo a que não sabiam ter direito ou que viam apenas como mais um dos seus desejos, tantas vezes ignorados pelos adultos?

Gradualmente, as crianças foram tomando consciência que esta não era, afinal, uma palavra tão abstrata, nem distante dos seus principais interesses. As oportunidades que foram surgindo (e outras provocadas) no seio do grupo, permitiram que as crianças contactassem, na prática e através de questões que contextualizam as suas vidas, com aquilo em que os seus direitos e traduzem o que constitui os seus quotidianos.

A frase da autoria e de eleição (e por isso muitas vezes proferida) das crianças participantes – *“As crianças têm direito a ter direitos.”* – ilustra, com alguma clareza, esta tomada de consciência.

Assim, questões relativas aos seus direitos, com especial destaque para o direito de participação, foram levantadas durante o desenvolvimento do projecto e apontados os principais obstáculos ao exercício desses mesmos direitos. Conhecer os pontos de vistas das crianças sobre as possíveis soluções para esses problemas, foi também uma forma importante destas verem as suas vozes reconhecidas dentro de um contexto, que até então, não se caracteriza pela participação efectiva dos seus principais intervenientes.

1. Tempo para Participar? Entraves ao Exercício da Cidadania Infantil

Uma das questões que mais influenciou este projeto, e que foi sendo referida enquanto constrangimento ao seu desenvolvimento, foi a falta de tempo das crianças participantes enquanto resultado de uma agenda preenchida por atividades extraescolares dirigidas por adultos.

Apesar das diversas tentativas de marcar novos encontros, propondo a flexibilização de dias e horários, a realidade que se apresenta a este grupo é o espelho do está a acontecer (ou a fazer-se) às restantes crianças da nossa sociedade. Entre trabalhos de casa, explicações, aulas de música e atividades planeadas pelo ATL, as crianças vêm o seu tempo livre (tempo de lazer ocupado em virtude das escolhas das crianças) muito reduzido e, como tal, com pouca margem para a vivência de novas experiências.

Pensando no horário extraescolar destas crianças²³ em concreto, facilmente percebemos que, mesmo depois do horário escolar, quase não existe tempo para vivências que não partam das escolhas dos seus pais e que não sejam elas próprias dirigidas por adultos.

Esta perspetiva encontra-se nitidamente ilustrada por Sarmiento (2004) ao afirmar “*a imagem da criança com um quotidiano superpreenchido, deslocando-se da família para a escola e daqui para as inúmeras atividades de formação complementar, das suas aulas de língua estrangeira ao ballet e do clube de informática às atividades desportivas, ilustra bem uma dependente e vigiada sob controlo do adulto, numa extensão custodial do poder familiar, agora alargado às múltiplas agências de ocupação infantil*” (p.14).

Fortemente influenciado pela rotina dos adultos, o tempo das crianças encontra-se então subjugado às decisões dos mesmos, sujeitando as crianças a “*propostas institucionalizadas, normalizadas, sem a possibilidade de usufruir de espaços onde possam agir e pensar livremente*” (Moreira, 2010: 96)

Segundo Neto (1995) a escolha das atividades para ocupação dos tempos livres dos seus filhos recai, sobretudo, sobre fatores como constituição da família, habilitações académicas, classe social, local de habitação, dificuldades económicas, distância do local de trabalho, horários referentes à prática da atividade e experiências anteriores.

Um dos direitos evocados pelas crianças neste projeto foi precisamente *o direito a não ter trabalho de casa* (ver 4ª sessão²⁴), atividade encarada como parte do trabalho escolar e que,

²³ Ver anexo N

segundo Araújo (2009), *“representa o exato equivalente ao trabalho profissional de vida de um adulto. Mas, enquanto a duração do trabalho profissional exige um grande descanso para a maioria dos adultos, o trabalho escolar é cada vez mais desenvolvido tanto dentro como fora da sala de aula.”*

A autora refere ainda que, apesar de conhecidos os malefícios do excesso de trabalho para as crianças, assunto sobre o qual recaíram inúmeros estudos nas últimas duas décadas, o lazer e o descanso têm sido relegados para segundo plano. Salienta também o facto do excesso de atividades das crianças ser um ato criminalizado pelo Código penal no seu artº152º (Araújo, 2012), o que vem reiterar a importância de respeitar os direitos das crianças.

Analisando a apreciação que as crianças fizeram em relação aos lugares que optaram por representar no mapa, e através de afirmações como *“sentimo-nos bem a jogar”*, *“deveriam melhorar o parque infantil e construir um campo de futebol”*, *“na escola não temos espaço para brincar”*, *“o parque tem a areia suja, é muito infantil e está todo estragado”*, percebe-se a importância que o brincar e os espaços destinados para o lazer, ocupam na vida destas crianças.

Reconhecida a ligação entre a infância e necessidade de brincar como forma privilegiada de apreender o mundo, esta representa uma *“condição de e para a vida da criança e do adulto que dela adirá um dia, valendo tanto pelo fim em que se substantiva como pelos princípios em que se funda”* (Silva, 2010: 1). No entanto, e tal como pudemos ir percebendo, o tempo de que as crianças dispõem para o fazer livremente vai *“minguando com o aumento desmesurado da jornada escolar”* (Silva, 2007:5), circunstâncias que as mesmas reconhecem e reivindicam em vários momentos deste projeto, enquanto entraves ao cumprimento do seu *ofício de criança*.

Referindo, muitas vezes, a sua preferência pelo brincar no exterior, nomeadamente, em atividades que potenciam o seu desenvolvimento motor, as crianças reconheceram que os equipamentos de que dispõem são insuficientes ou até inapropriados. Apresentam-se assim como limitações à aprendizagem motora, enquanto *“processo permanente de alteração do comportamento motor que se realiza em função de fatores ambientais específicos, de oportunidades para a prática, de encorajamento, de instrução e do contexto ecológico ambiental”* (Moreira, 2010: 111).

²⁴ Ver anexo B

A falta de tempo para brincar deverá ser também pensada enquanto facto determinante na qualidade de vida e bem-estar das crianças, levando-nos a equacionar inevitavelmente a forma como se está a comprometer a saúde dos mais novos.

Vivendo numa sociedade cada vez mais consumista, sedentária e competitiva, as crianças são “levadas nesta corrente” pelos adultos, cujo ritmo de vida marcado pelo stress, ansiedade e excesso de trabalho se estende também aos seus filhos, realidade que está a comprometer a qualidade de vida de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das sessões realizadas procurei criar oportunidades de participação efectiva. Contudo, inicialmente, o grupo evidenciou alguma reserva, uma reacção natural, considerando que ainda não estamos na presença de uma cultura de participação infantil, que reconheça as suas capacidades de identificação e resolução de problemas.

Para colmatar esta dificuldade, foi necessário reforçar as várias intenções de participação ao longo das sessões, quer através de conversas trocadas em torno dessas questões quer através do seu registo, tentando sempre dar uma resposta, em fases posteriores, aos interesses revelados.

Progressivamente fui, então, assistindo à criação de um espaço-tempo em que as crianças se foram revelando cada vez mais confiantes e implicadas, pois as questões tratadas “*fazem parte do universo delas, são problemas que vivenciam todos os dias e, muitas vezes, não encontram maneiras de evitá-los ou compartilhá-los*” (Pérez, 2008: 185). Apesar do seu desconhecimento inicial sobre alguns dos direitos das crianças, no que se refere à CDC e às CAC, estas foram construindo conhecimento através dos diálogos trocados, que permitiram o seu desenvolvimento individual, mas sobretudo enquanto grupo capaz de se auto-organizar enquanto cidadãos ativos.

O mapa de Valongo do Vouga, construído pelo grupo, significou um dos marcos mais importantes desta investigação pois, possibilitou que as crianças dessem a conhecer a perspectiva que têm sobre a sua freguesia e a forma como estes a sentem, oportunidade que até à data não lhes havia sido dada.

Afirmando as suas opiniões em relação aos diferentes locais e dando sugestões de melhoria para os mesmos, os investigadores participantes experienciaram o papel munícipes, que ambicionam transformar o ambiente que os rodeia de uma forma mais lúdica.

Através desta nova forma de olhar para os seus problemas, parecem desejar transformar a cidade (que se resume aos espaços que frequentam, quase sempre acompanhados por adultos) e “*adicionar outros elementos ao mundo dos adultos acrescentando algo de novo à ordem estabelecida, questionando as suas formas de organização, e tornando-o um pouco mais prazeroso*” (Pérez, 2008: 105).

Não podendo deixar de referir, uma vez mais, as questões de gestão do tempo do grupo, mais poderiam ter sido as ocasiões em que aprofundassem experiências deste género. No

entanto, é possível verificar que com este projeto as crianças participantes foram assumindo um posicionamento diferente em relação ao espaço que as rodeia: o olhar deixa de ser apenas o olhar de quem passa, tornando-se cada vez mais subjetivo e atento, investido de um papel cada vez mais interiorizado – o de investigador.

Oportunidades como esta permitiram que as crianças experienciassem a alteração de posições e exercício de poder, que tal como refere Madeira (2009), une e separa os adultos e as crianças no seu dia-a-dia. Após o experienciado, e investidos de uma maior prática e conhecimento construído sobre os seus direitos, estes reúnem cada vez mais condições para se organizarem, enquanto grupo, nesta luta pela defesa do seu estatuto, enquanto cidadãos empenhados na edificação de uma cultura de participação.

Gradualmente, as crianças vão afirmando o seu lugar de protagonistas, exemplo que esperamos espelhar-se em outras crianças. Assim, e enquanto agentes de mudança, poderão elas próprias alertar os adultos para estas questões, cativando novos parceiros para a implementação da CAC, condição essencial para a qualidade de vida de todos.

Tendo em consideração os objetivos a que nos propusemos, pensamos ter conseguido alcançá-los, pelo menos na sua essência, através deste projeto inacabado, cuja forma como se desenvolveu (muito para além de possíveis resultados alcançados) significou, por si só, uma grande conquista em prol dos direitos das crianças e aposta na mudança social.

Embora os momentos para explorar as inúmeras questões que iam surgindo se tenham revelado insuficientes, face à motivação para a realização de novas iniciativas (opinião que parece ser consensual a todos os investigadores do grupo), pensamos que a intensidade com que foram vivenciados possa ter despertado o interesse dos participantes e da comunidade envolvente para as questões da participação.

Este despertar revela-se fulcral, especialmente numa altura em que a Câmara Municipal de Águeda - numa tentativa de implementar a iniciativa das CAC - incentiva as várias instituições e pessoas ligadas à infância a criar cada vez mais oportunidades de participação *“não mais presa a estratégias e ações adultocêntricas”* (Pérez, 2008: 190) mas numa cidadania das crianças que se fundamente na participação social.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jorge (Coord.) (2008). *Diagnóstico Social do Concelho de Águeda*. Conselho Local de Ação Social de Águeda – Câmara Municipal de Águeda. Disponível em <http://www.cmagueda.pt/files/2/documentos/20081003135001390471.pdf>

ARAÚJO, Maria J. (2009). Trabalhos de casa, uma questão na ordem do dia. *A Página da Educação*, n.º 195, 91-91.

ARAÚJO, Maria J. (2012). Deixem Brincar as Crianças, *Tempo Livre*, n.º235, 16-21.

CRISTENSEN, Pia & JAMES, Alison (2005). *Investigação com crianças - Perspectivas e práticas*. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.

D'ESPINEY, Rui (Coord.) (2008). *Movimento de Águeda: Uma investigação, uma história, um caminho*. Águeda: Bela Vista.

FERNANDES, Arménio (2006). *Projecto Ser Mais – Educação para a Sexualidade Online*. Porto: Fac. Ciências da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES, Natália & Tomás, Catarina (2011, setembro). Questões conceptuais, metodológicas e éticas na investigação com crianças em Portugal. Trabalho apresentado no 10th Conference Of The European Sociological Association, Genebra, Suíça. Resumo Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/15425/1/Quest%C3%B5es%20conceptuais%2c%20metodol%C3%B3gicas%20e%20%C3%A9ticas%20na%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20com%20crian%C3%A7as%20em%20Portugal.pdf>

GAITÁN, Lourdes (2011). *Ciudadanía y Derechos de Participación de los Niños*. Madrid: Editorial Sínteses, S.A..

GALEGO, Carla & GOMES, Alberto (2005). Emancipação, rutura e inovação: o focus group como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, n.º 5, 173-184.

HART, Roger. (1992). *Children's participation: from tokenism to citizenship*. Florence: UNICEF.

HEIKE, Freire (2010, abril). La autonomía infantil y la mirada adulta: reflexiones y experiencias. In Actas do Congresso VI *Encuentro La ciudad de los niños – Derechos de la infancia autonomía en las ciudades actuales* (pp. 151-164). Madrid: Espanha. Acción Educativa.

LIMA, Rosa (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... ...com os pés assentes na terra*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento.

LYNCH, Kevin (1981). *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

LYNCH, Kevin (2009). *A imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

MADEIRA, Rosa (2009). *O lugar reclamado às crianças como participantes na reconstrução de contextos e processos de intervenção na família e na comunidade* (no prelo).

MADEIRA, Rosa (2009). As Crianças como Participantes na Reconstrução de Contextos e Processos de Intervenção na Família e na Comunidade. In Sarmento, T. (Org.). *Infância, Família e Comunidade*. As crianças como atores sociais. Porto: Porto Editora.

MAIA, Teresinha (2004). *Conhecer e Compreender o “Grupo dos Grandes Amigos”*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

MOREIRA, Sara (2010). *O Tempo das Crianças...silêncios vivido e ruídos sentidos*. Aveiro: Universidade de Aveiro: Dissertação de Mestrado.

NETO, Carlos (1995). *Motricidade e jogo na infância*. Rio de Janeiro: Editora Sprint.

FORMOSINHO, Júlia (2008). *A Escola Vista pelas Crianças*. Porto: Porto Editora.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2000). *Os Ofícios da Criança*. In Actas do Congresso Internacional “Os mundos sociais e culturais da infância”. vol. II. Braga: IEC/Uminho.

SARMENTO, João (2005). Variações sobre o Urbanismo Pósmoderno. In Revista da Faculdade de Letras – *Geografia*, Universidade do Porto; I Série; Volume XIX; 2003; Porto; pp.255-265.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2004). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade, in Sarmento, Manuel e Cerisara, Ana Beatriz (Eds.). *Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação* (pp 91-113). Porto: Asa Editores.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2005). Crianças: educação, culturas e cidadania activa. Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. *Perspectiva*, v. 23, n.º 1, 17- 40.

SARMENTO, Manuel Jacinto, FERNANDES, Natália e TOMÁS, Catarina (2006). Participação social e cidadania das crianças. David Rodrigues (org.), *Inclusão e Educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva* (141-159). São Paulo: Summus Editorial.

SARMENTO, Manuel Jacinto, Fernandes, Natália e TOMÁS, Catarina (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 183-206;

SILVA, Alberto Nídio Barbosa de Araújo (2007). *Recre(i)ar o Espaço Escolar Contributos das Crianças*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Alberto Nídio Barbosa de Araújo (2010). *Jogos, brinquedos e brincadeiras - Trajetos intergeracionais*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de Doutoramento.

SILVA, Artur (2010). Desafio cidadão. M. Chaves (Ed.) *Cidades flexiexistencialistas* (99-104). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

SIMÕES, Rita (2010). *A Cidadania Infantil: uma conquista das crianças no espaço escolar*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado.

SOARES, Natália. (2005). *Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes*. Departamento de Ciências da Educação da Criança. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento.

SOARES, Natália Fernandes (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem fronteiras*, V.6, nº1, 25-40.

SOARES, Natália Fernandes & TOMÁS, Catarina (2004). Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância... Os intrincados trilhos da Ação, da participação e protagonismo social e político das crianças. M. Sarmiento e A., Cerisara. *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação* (pp. 135-161). Porto: Edições Asa.

SIMÕES, Rita (2010). *A Cidadania Infantil: uma conquista das crianças no espaço escolar*. Aveiro: Universidade de Aveiro: Dissertação de Mestrado.

PÉREZ, Beatriz, PÓVOA, Juliana, MONTEIRO, Renata & CASTRO, Lúcia (2008). Cidadania e participação social: um estudo com crianças no Rio de Janeiro. *Psicologia & Sociedade*, 20 (2), 181-191.

TOMÁS, Catarina (2007). Participação não tem idade - Participação das crianças e cidadania da infância. *Contextos & Educação*. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho Portugal, 45-68.

TONUCCI, Francesco (2009). Ciudades a escala humana: la ciudad de los niños. *Revista de Educación*, número extraordinario 2009, pp. 147-168.

SITES CONSULTADOS

PORDATA – base de dados sobre Portugal contemporâneo <http://www.pordata.pt>

UNICEF:

<http://www.unicef.pt>

<http://pt.scribd.com/doc/80281176/Situacao-mundial-da-infancia-UNICEF-2009>

http://www.unicef.pt/18/sowc_20anoscdc.pdf

Casa do Povo de Valongo do Vouga – <http://www.cpvv.net>



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

Relatório Preliminar



ÁGUEDA
CÂMARA MUNICIPAL



ÁGUEDA



CÂMARA MUNICIPAL



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

1. Enquadramento

As crianças sempre foram vistas como o futuro da humanidade. A forma como são tratadas as crianças é um dos mais importantes indicadores do grau evolucionar de uma determinada sociedade. Basta olhar um pouco para o mundo que temos hoje para verificar a dicotomia que existe no tratamento destas entre o hemisfério norte e o hemisfério sul, entre o oriente e o ocidente.

Se, por um lado, as sociedades europeias tratam já as crianças com o respeito que estas merecem, não é raro encontrar noutros continentes situações de escravatura, fome, trabalho forçado (muitas vezes associado, de forma vergonhosa, a grandes marcas multinacionais), assim como à exploração sexual, muito comum em África ou no continente Asiático.

Nesta perspetiva, temos que ter a real noção de que as crianças do mundo não são tratadas da forma como o deveriam ser, sendo que, em muitos casos, o passar dos séculos poucas diferenças trouxe para as mesmas.

Face a esta situação, é fundamental que os países e as organizações internacionais se unam na prossecução de um objetivo comum: o de tratar as crianças com o respeito que estas merecem. Foi neste sentido que em 1996, na II Conferência das Nações Unidas, foi lançada a pedra angular para o que viria a ser a iniciativa **Cidades Amigas das Crianças**, criada pela UNICEF.

Assim, entende-se hoje que uma cidade amiga das crianças é “Uma cidade, ou um sistema de administração local, empenhado em respeitar e implementar a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CDC).

Uma cidade em que a voz, as necessidades, prioridades e direitos das crianças são parte integrante das decisões, políticas e programas públicos.”

Neste sentido, Portugal não poderia ficar fora desta iniciativa, e em 2007 aderiu à mesma, contando no seu arranque com 13 municípios, que fazem parte das atuais 867 cidades amigas das crianças no mundo.

Assim, seria lógico que um município como o de Águeda, reconhecido a nível nacional pelo seu carácter inovador e até por ser a primeira cidade inteligente portuguesa, não poderia deixar de ter a “inteligência”, passe a redundância, de participar numa iniciativa como esta e pensar o seu concelho e a sua estratégia municipal, ouvindo e pensando nas crianças. Nesta ótica, o Plano que agora se apresenta é o ponto de partida para tornar Águeda numa cidade realmente amiga das crianças!

2. Objetivos e Fases de Intervenção

O Plano de Implementação da CAC terá, como é claro, que definir como objetivo principal algo muito semelhante ao objetivo principal da



ÁGUEDA



CÂMARA MUNICIPAL



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

iniciativa Cidade Amiga das Crianças. Assim, o que se pretende é que:

Águeda seja uma cidade amiga das crianças em 2016, e um exemplo nacional e internacional de construção de uma política de cidade ligada à infância e juventude.

Contudo, entendemos que, para alcançar este objetivo, será necessário desenvolver um Plano de Ação que deverá ser construído ao longo do processo por aqueles a quem se destina, isto é, pelas crianças, e não um documento formal elaborado por uma equipa técnica definida para o efeito, tal como sucede em muitos casos.

Na realidade, o que se pretende é que o Plano seja participativo, desde logo algo que é fundamental para o sucesso do mesmo e para a sua implementação.

Por outro lado, propõe-se que, em termos metodológicos, este se desenvolva ao longo de 4 anos, dividido em quatro fases, cada uma destas com um período de um ano. Assim, as fases que se propõe são as seguintes:

- **1ª Fase I Construção do Plano (2013)** – fase onde irá existir um modelo participativo mais ativo com a definição das ações do Plano através de eventos de participação pública;
- **2ª Fase I Implementação do Plano (2014)** – fase onde se começarão a implementar as

primeiras ações constantes do Plano elaborado na 1.ª fase, e onde se assistirá ao início do funcionamento dos órgãos institucionais que venham a ser criados na fase anterior;

- **3ª Fase I Consolidação do Plano (2015)** – fase a que corresponde a conclusão da implementação das ações previstas na 1.ª fase e de pleno funcionamento do Plano;
- **4ª Fase I Monitorização (2016)** – uma das mais importantes, a de monitorização e avaliação dos resultados do Plano elaborado e de redefinição estratégica, dando origem a um novo Plano para os quatro anos seguintes.

Assim, e desenvolvido o Plano da forma descrita anteriormente, consideramos que este apresenta condições para envolver de forma significativa toda a comunidade local, nomeadamente os mais jovens e as escolas, elementos fundamentais em todo o processo. Não podemos igualmente esquecer o envolvimento político, de todos os quadrantes, de forma a que o Plano seja assumido por todos.

3. Plano de Ação

3.1. Público-Alvo e Stakeholders

Após terem sido apresentados os objetivos e fases para a execução plena do Plano, importa agora explicitar a forma como se pretende



ÁGUEDA



CÂMARA MUNICIPAL



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

desenvolver a primeira fase, já que será esta que irá dar origem às fases seguintes (as quais não poderão, como tal, ser detalhadas neste documento).

Contudo, e antes desta descrição, importa especificar quem deverão ser os públicos-alvo a estar envolvidos neste processo, assim como os **stakeholders**.

Assim, e como públicos alvo, teremos todas as crianças e jovens entre **os 3 e os 16 anos** do concelho. Desde logo é possível observar que são idades muito díspares e, como tal, terão que, nalguns casos, ser realizados eventos com o mesmo objetivo, mas com diferentes metodologias consoante os públicos em questão. Tal está visível no cronograma síntese da 1ª fase constante no anexo I, assim como nas explicações de cada uma das ações que irão ser apresentadas de seguida.

De referir ainda que, para além destes, importa ainda definir quem serão os **stakeholders** que irão participar. Neste sentido, propomos que sejam os seguintes:

- Agrupamentos de escolas
- Escola Secundária Adolfo Portela e IDL
- IPSS de Águeda
- Associações juvenis de Águeda
- Associações de pais de Águeda

- Associações culturais e recreativas (a convite) de Águeda
- Clubes Desportivos com área de formação de Águeda
- Hospital e centro de saúde de Águeda
- CPCJ de Águeda
- Associações empresariais de Águeda
- Universidade de Aveiro / ESTGA

Estes stakeholders poderão acompanhar todas as fases do processo, ou ter maior intervenção em ações específicas no âmbito do mesmo, criando quando necessário grupos de trabalho que irão ajudar a implementar as ações.

3.2. Fase 1 | Construção do Plano

No que se refere à construção do Plano, e tal como é possível observar no cronograma constante do anexo I, o processo deverá iniciar-se em março com uma Conferência de Lançamento da CAC. Esta conferência deverá, desde logo, apresentar os objetivos da CAC de Águeda, assim como o diagnóstico social das crianças e jovens do concelho, de forma a definir o ponto de partida, a partir do qual o Plano irá ser construído, e definir as bases para o seu desenvolvimento.

Para a elaboração deste documento será necessário recolher toda a informação estatística existente, assim como outros estudos sobre esta problemática existentes para Águeda, sendo que o ideal é que esta ação seja efetuada em conjunto



ÁGUEDA



CÂMARA MUNICIPAL



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

entre a autarquia e a UA/ESTGA, embora podendo contar com a colaboração de outras entidades (ex:IPSS).

Quanto à conferência, propomos que a mesma tenha representantes da UNICEF, assim como da Procuradoria-Geral da República, já que a atual procuradora geral é Aguedense, e sempre trabalhou na área da proteção de menores, para além de figuras locais associadas à infância que poderão dar o seu contributo.

Para esta conferência, e para além da apresentação do estudo sobre o “estado da arte” no que toca às crianças e jovens em Águeda, seria interessante a criação de painéis sobre a família como base de desenvolvimento da criança; a criança e a escola; combate a riscos e perigos e os direitos das crianças.

Após a conferência, propõe-se que sejam efetuadas outras duas ações por forma a promover o Plano, nomeadamente o lançamento de um concurso de ideias para o logótipo da CAC de Águeda, assim como a apresentação de uma plataforma digital onde os eventos irão ser promovidos e onde o público em geral poderá deixar as suas sugestões.

Assim, e no que toca à criação do logo, propõe-se que o concurso seja lançado em abril de 2013, a todos os jovens até aos 16 anos, com o prémio monetário de 250,00 €, sendo o mesmo depois escolhido por um júri designado pelo Executivo

Municipal para o efeito. Este logótipo será depois colocado nas instituições que aderiram à iniciativa e nas escolas do concelho, assim como na autarquia.

Cumulativamente, deverá ser lançada a plataforma da CAC de Águeda, a qual terá que ser desenvolvida através de recursos externos ao município, ou, eventualmente, com a ajuda da UA/ESTGA, através do curso de Novas Tecnologias da Comunicação da UA. Ainda assim, e atendendo ao tempo que estes processos podem demorar, poder-se-á igualmente alojar na plataforma de educação da CMA, que irá ser lançada em fevereiro, uma página dedicada ao Plano e à sua construção, sendo que, para aceder, o público em geral só teria que se inscrever nos *webservices* da autarquia.

Cumulativamente e ainda em abril, será fundamental, de forma a não atrasar o processo, começar a executar o trabalho de campo, com a realização de uma iniciativa que designamos de (RE)Mapear Águeda, e que na prática pretende levar a cabo um levantamento exaustivo de tudo aquilo que as crianças de Águeda consideram que é o melhor e o pior que o seu concelho tem.

Designamos por (re)mapear, uma vez que já existiu uma atividade deste género no âmbito da Agenda 21 Local de Águeda, mas apenas para os aspetos positivos. Estes workshops poderão ser realizados por escola, com recurso a diversos



ÁGUEDA



CÂMARA MUNICIPAL



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

suportes, e dinamizados pelos stakeholders que se venham a associar ao processo ou pelos próprios professores.

Desta atividade, conjuntamente com os resultados do (Re)Mapear Águeda, surgirá o relatório base da CAC, o qual dará origem à segunda parte da construção do Plano, a que designamos fase estratégica.

Esta fase irá consistir na elaboração de estratégias de intervenção e propostas de ação por parte das crianças para os problemas e potencialidades encontradas. Para tal, propõe-se a elaboração de Laboratórios de Ideias, onde os jovens divididos entre o pré-escolar e 1º ciclo e o 2º / 3º ciclo, irão, através de sessões de *benchmarking*, ou de workshops de estimulação de ideias, gerar soluções para problemas e definir intervenções necessárias para Águeda.

De seguida, propõe-se que seja efetuada uma votação global das ideias, dando origem a um conjunto de 50 ideias selecionadas (+ votadas) que deverão ser implementadas (com aprovação do Executivo Municipal) durante os quatro anos de vigência do Plano. Esta votação poderá ser feita *online*, no site da autarquia ou na plataforma entretanto criada, podendo ainda, e caso se justifique ser efetuada em suporte analógico, através de votação no GAM da autarquia e nas escolas do concelho.

Cumulativamente, em junho, e após a votação, propõe-se a realização de um Seminário intitulado “Cidades Amigas das Crianças – Que futuro?”, onde se deverá efetuar uma reflexão do processo que foi efetuado até ao momento, e apresentar os resultados do mesmo, comparando com os resultados apresentados na conferência de lançamento.

Este seminário será igualmente o espaço ideal para que sejam trazidas outras cidades a nível nacional e internacional com experiência nesta matéria, para nos falar do que fizeram, já que os problemas poderão ser comuns e, como tal, existirem soluções testadas que funcionem e que complementem as propostas constantes da votação das ideias.

As cidades a convidar serão escolhidas durante o processo, à medida que formos dando conta de quais aquelas que poderão ter uma maior afinidade com os problemas ou potencialidades.

Da soma de todas as ações anteriores, resultará um relatório preliminar da CAC de Águeda, o qual será o documento sujeito a orçamentação.

Assim, e tendo em conta o caráter participativo do Plano, propõe-se que a orçamentação das ideias seja feita através do modelo de orçamento participativo, onde as ideias irão ser ordenadas pelo público em função da sua prioridade de execução e dos montantes a despende com cada uma delas. Dentro desta ação, será necessário



ÁGUEDA



CÂMARA MUNICIPAL



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

que antes a autarquia disponibilize uma dotação orçamental para a execução do Plano, a qual depois poderá ser distribuída pelas diversas propostas.

Efetuada esta última etapa, julga-se que em setembro de 2013 existirão condições para a apresentação do Plano final à comunidade, sendo que, nessa mesma data, se deverão lançar duas estruturas que serão fundamentais para a implementação do Plano. Falamos do Observatório para as Crianças e Jovens e do Parlamento Jovem.

Quanto ao Observatório, este será um órgão de controlo que deverá ser constituído por *stakeholders* eleitos (e que é obrigatório, de acordo com a UNICEF para as CAC), e que fará o controlo e monitorização do processo, efetuando relatórios semestrais sobre os avanços do mesmo.

Já o Parlamento Jovem será, à semelhança do que a palavra induz, um órgão de execução e debate na implementação das ideias do Plano. Este deverá ser constituído por jovens eleitos por escola e por ciclo escolar.

O Parlamento poderá inclusivamente, numa lógica de complementariedade com a Assembleia Municipal de Águeda, realizar assembleias conjuntas com este órgão, numa lógica de reforço da cidadania e da participação pública.

3.3. Fase 2, 3 e 4

Tal como já mencionado anteriormente, as fases 2, 3 e 4 apenas poderão ser descritas após a conclusão da fase 1, já que as mesmas dependem dos resultados dessa fase.

4. Cronograma Temporal e Financiamento

No que toca ao cronograma temporal da iniciativa, o mesmo pode ser observado no esquema constante do Anexo I. Desta forma, o Plano dará início oficial em março de 2013, prolongando-se até setembro, desenvolvendo-se as atividades ao longo destes 7 meses (não existirão atividades em agosto, já que este mês é tradicionalmente de férias e com pouca participação nas iniciativas realizadas na cidade).

Em termos financeiros, o investimento necessário para a execução da 1ª fase encontra-se previsto em Plano e Orçamento de 2013.

5. Síntese

Em síntese, e após tudo o que foi referido anteriormente, julgamos que existem condições plenas para a realização de um bom Plano de



ÁGUEDA



Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano

Ação, que seja participado e que acabe por traduzir a visão que as crianças e jovens de Águeda querem para o seu concelho.

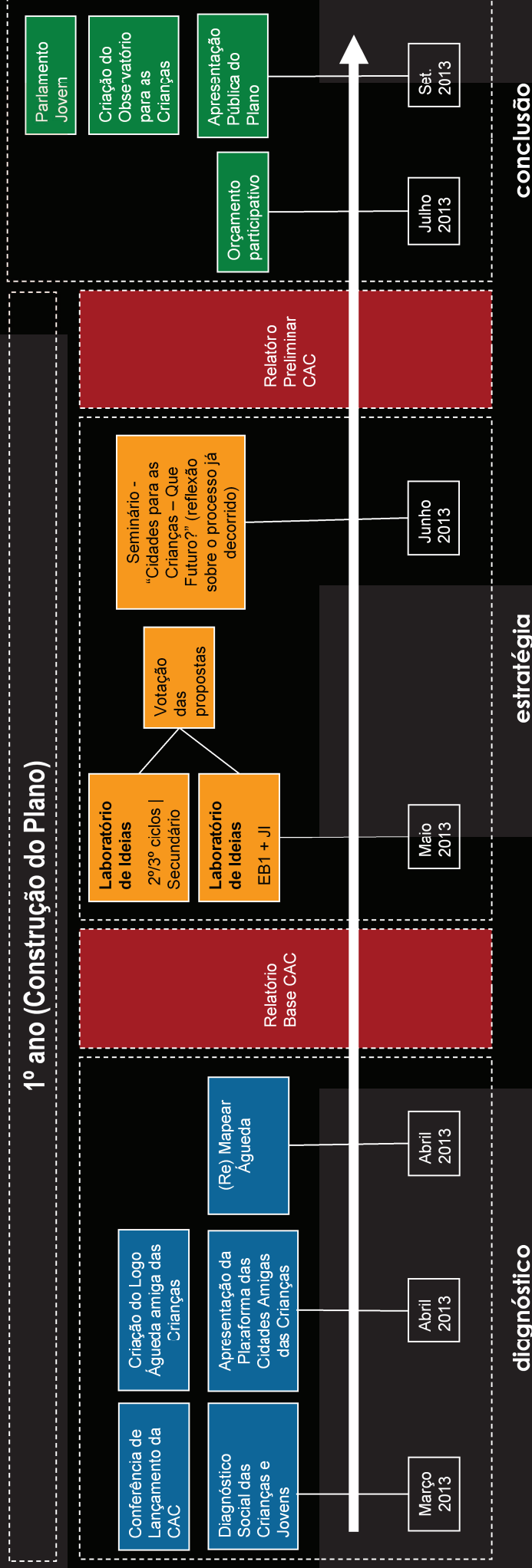
Se assim for, e com o envolvimento de todos, teremos sem dúvida uma cidade melhor e crianças mais felizes!

Cidade Amiga das Crianças

Águeda | Proposta de Implementação de Plano



1º ano (Construção do Plano)



Valongo do Vouga: dos grupos comunitários à criação do ATL da CPVV

Relato de uma das suas principais impulsionadoras, a Educadora de Infância Isabel Santiago

Inicialmente o meu papel em Valongo do Vouga prendia-se como acompanhamento individual de crianças com necessidades educativas especiais e com a animação na sala de espera na unidade de saúde ao lado da CPVV, no dia de saúde infantil. Muitas das crianças que eu conhecia iam lá às consultas e quando não iam, procurava que fossem: facilitava o acesso das pessoas ao serviço e, ao verem-me lá, ficavam mais à vontade para ir às consultas, fazer a vacinação...

Naquela altura comecei a conhecer algumas pessoas, nomeadamente o presidente CPVV, José Falcão, pessoa do meio que conhecia muita gente. Fazia o acompanhamento de um menino, o Paulinho, e foi precisamente a mãe dele que sugeriu a criação de um espaço próprio pois, eu dava apoio ao Paulinho na escola e em casa onde, a dada altura, começaram a aparecer outras crianças. Estou a lembrar-me da Elisa, da Márcia, do Miguel, da Leonor... tantos meninos que sabiam que eu estava ali e iam ali ter. Começou a formar-se já um grupinho em casa deste menino, perto da igreja de Valongo.

A D. Adélia [mãe do Paulinho] deve lembrar-se muito bem... Surgiu o grupo de Valongo porque o Paulinho era um dos meninos que beneficiava do meu apoio e que depois, o processo do meu apoio passou pela socialização e por abrir os horizontes daqueles meninos.

Na altura a deficiência ainda era uma coisa muito estigmatizante, de alguma discriminação, ou então eram os palhacinhos, como no caso do Paulinho que até fazia umas gracinhas. Foi a partir daí que falámos com a direcção da CPVV e que disponibilizou uma sala. Combinámos que, uma vez por semana, em vez de eu fazer apoio individual, formávamos um grupo. Só que, entretanto, para além daqueles meninos vêm todos os outros: porque o amigo do meu amigo, meu amigo é, cria-se a rede e de facto, foi assim que se formaram os primeiros grupos comunitários.

Sei que a dada altura eram tantos meninos que começámos a trabalhar com a segurança social no sentido de se transformar aquele espaço num ATL, para que aquele espaço pudesse funcionar todos os dias, depois das 15h30 e para poder ter técnicos a tempo inteiro.

Éramos muito pressionadas pelo Ministério da Educação porque eramos pagas para acompanhar crianças individualmente e não para apoiar um grupo de 50 crianças que vinham ao grupo por diversas carências. Apesar da pressão, sempre lutámos pelo desenvolvimento dos espaços em que as crianças pudessem ter a oportunidade de se

encontrar, interagir e mostrar o que sabiam. No fundo, se fossemos a fazer o trabalho que a escola nos pedia, íamos sentar-nos com os meninos e ensinar o a-e-i-o-u e a contar.

Mas estas crianças tinham que passar primeiro pela fase sensório-motora e do que já sabiam, alargar os conhecimentos, as experiências, métodos, criar oportunidades...

Depois ainda funcionou nestes moldes durante uns 3 ou 4 anos e depois, quando a segurança social finalmente reconheceu que era necessário criar um ATL, veio a Luísa como técnica de serviço social e que ficou responsável pelo ATL. Eu continuei a ir lá dar apoio, em determinados dias da semana, mas o grupo autonomizou-se.

Quando o projecto dos grupos comunitários se formalizou com os subsídios do Aga Kan e da Gulbenkian, o ATL de Valongo já estava autónomo, participava no movimento informal dos grupos mas já não dependia do projecto para sobreviver. O que se fez com o grupo de Valongo foi o que se fez, mais tarde, com outros grupos comunitários que foram transformados em ATL's, resposta que o centro regional considerou mais adequada a estes grupos. No entanto, estes grupos demoraram mais tempo para se autonomizarem.

Em Valongo, eu confiava nas crianças e a minha atitude era a de que não ia ali ensinar nada. Ia escutá-los e ajudá-los a desenvolver as ideias que eles já traziam. Cada grupo tinha uma especificidade muito própria... Em Valongo, como tinha as empresas de lanifícios, facilmente tínhamos acesso as lãs e fazíamos muitos trabalhos com este material.

Mesmo a dinâmica do grupo de Valongo, foi surgindo de acordo com as situações que foram acontecendo. Então havia que escutar e chegar a um consenso e à tal regra (conversar - jogar a bola é no parque não é dentro da sala) e toda esta dinâmica partia deles. Eu era mais a mediadora de relações, de interacções... Não era fácil mas os perigos naquela altura também não eram os que temos agora: era tudo muito mais ecológico e natural...

Lembro-me que em frente à CPVV havia um parque de jogos e trabalhamos muito cá fora, fazíamos passeios a pé e, quando era preciso ir buscar lãs, íamos a pé. Íamos também a um sítio que se chamava Garganta, que eles conheciam bem e onde passávamos muitas tardes. Era um espaço verde, muito agradável... Acho q eram aprendizagens com sentido para eles, com sentido para a vida e que ficaram... As crianças que passaram pelos grupos, hoje são adultos, já com filhos e continuo a estar com eles em diferentes contextos. Alguns já não os reconheço mas eles vêm ter comigo. Ficam boas recordações...

Macinhata do Vouga, 25 de Junho de 2013

Criança Investigadora	Idade	Turma	Localidade	Profissão	Habilitações	Irmãos em idade escolar			Observações
						Sim	Não	Sem irmãos	
Carolina	12	7º A	Préstimo	Mãe: Analista Clínica	Licenciatura	X			Asma
				Pai: Comerciante	12º ano				
Messi	11	5º B	Valongo do Vouga	Mãe: Secretária	12º ano	X			
				Pai: Comercial	11º ano				
Cresc Fabregas	11	5ºB	Aguieira	Mãe: Vidradora	9º ano			X	
				Pai: Fiel de Armazém	9º ano				
Jack	11	6º B	Valongo do Vouga	Mãe: Inspectora Tributária	Licenciatura	X			
				Pai: Gerente	6º ano				
Ângela	11	6º D	Valongo do Vouga	Mãe: Controladora de Qualidade	12º ano	X			
				Pai: Motorista	9º ano				
Piqué	10	5ºA	Valongo do Vouga	Mãe: Repórter de Imagem	12º ano	X			
				Pai: Jornalista	12ºano				
Rihanna	11	5º A	Valongo do Vouga	Mãe: Aux. Acção Educativa	9ºano	X			Mãe é funcionária da CPVV
				Pai: Empresário	9º ano				

RESUMO SESSÕES

Sessões	Data	Hora	O que fizemos?
1ª Sessão: Convite e Apresentação	22-02-13	Das 14h00 às 15h00	Explicação ao grupo da temática e propósito do meu projecto de investigação; Convite ao grupo;
2ª Sessão: O que é um Investigador?/ Águeda e as CAC	01-03-13	Das 14h00 às 15h00	Construção do Cartão de Investigador; Conversa sobre o que é um investigador e como e parece?; Conversa: Águeda, uma Cidade Amiga das Crianças?;
3ª Sessão: Mapa de Valongo do Vouga	08-03-13	Das 14h00 às 15h00	Início da construção do mapa de Valongo;
4ª Sessão: Desejos e necessidades/ Mapa de Valongo	15-03-13	Das 14h00 às 15h00	Jogo: Desejos e Necessidades; Continuação da construção do mapa;
5ª Sessão: História “Uma Aventura na Terra dos Direitos”	18-03-13	Das 13h30 às 14h30	Dramatização da história: Uma Aventura na Terra dos Direitos; Conversa sobre os direitos das crianças;
6ª Sessão: Mapa de Valongo	22-03-13	Das 09h00 às 10h00	Mapa: categorização dos diversos locais e sugestões de melhoria;
7ª Sessão: Mapa de Valongo	27-03-13	Das 09h30 às 11h00	Mapa: categorização dos diversos locais e sugestões de melhoria (conclusão);
8ª Sessão: Reflectindo sobre o nosso projecto/ Jogar às apanhadas com os direitos...	06-04-13	Das 14h00 às 15h00	Conversa: o que já fizemos, o que ainda gostaríamos de fazer e como partilhar o nosso projecto?; Jogo: Jogar às apanhadas com os direitos;
9ª Sessão: Visita ao parque de Valongo	19-04-13	Das 14h00 às 15h30	Conversa sobre o parque no local; Registo fotográfico do parque;
10ª Sessão: Participação na Semana Global pela Educação	03-05-13	Das 14h00 às 15h00	Conversa participação de alguns elementos do grupo na iniciativa Semana Global pela Educação, realizada na Universidade de Aveiro.
11ª Sessão: Preparação da apresentação do projecto	17-05-13	Das 14h00 às 15h00	Realização de um power point para apresentação do projecto à comunidade;
12ª Sessão: Preparação da apresentação do projecto (conclusão)	24-05-13	Das 14h00 às 15h00	Realização de um power point para apresentação do projecto à comunidade (conclusão).

Nota de Campo I

22 de Fevereiro, das 14h00 às 15h00

1ª Sessão: Convite e apresentação	
Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, o Cresc Fabregas, a Ângela, a Carolina e Piqué.	
<p>Chego ao ATL no momento em que algumas das crianças estão a regressar da escola, na carrinha da CPVV. As crianças dirigem-se para a porta de entrada em grande azáfama (riem, correm e conversam entre si), quase que ignorando a minha presença.</p> <p>Quando chegamos, já se encontra a Rihanna à nossa espera (apesar de normalmente não frequentar o ATL nas sextas feiras à tarde, hoje veio por ter sido convidada a assistir a esta sessão (sem que lhe tivéssemos adiantado o propósito).</p> <p>A animadora do ATL abre-nos a porta (da sala principal) e pede às crianças que, em vez de irem para o computador (como costumam fazer), se sentem pois eu gostaria de falar com elas, retirando-se em seguida. As crianças sentam-se numa das mesas mais pequenas da sala, uma mesa redonda...</p> <p>Sentamo-nos e noto que o grupo está agora mais tímido ao mesmo tempo que eu vou ficando também mais ansiosa. Apresento-me e entretanto chegam o Piqué e o Jack, que se sentam num lugar à sua escolha. Retomo a conversa e questiono o grupo se sabem qual o motivo de eu lá estar. Todos respondem negativamente (<i>não</i>, abanam o cabeça...).</p> <p>Falo-lhes do mestrado que estou a realizar, explicando que com esta investigação pretendo contribuir para a inclusão das crianças da freguesia no processo de implementação da iniciativa “Cidade Amiga das Crianças”, plano que está ser implementado pela Câmara Municipal de Águeda. Refiro também quais as minhas funções na creche pois percebi que algumas crianças me conheciam “de vista” apesar de não saberem o que fazia na instituição.</p> <p>Questiono-os sobre o que será uma CAC.</p> <p><i>Jack: É uma cidade que dá às crianças aquilo que elas precisam!</i></p> <p><i>Maria: E o que é que as crianças precisam?</i></p>	<p>Chegada ao ATL; 1º contacto</p> <p>Propósito da investigação</p> <p>Águeda e as CAC</p>

<p><i>João: De ter saúde.</i></p> <p><i>Rihanna: De Educação.</i></p> <p><i>Maria: Só?</i></p> <p><i>Cresc Fabregas: De brincar.</i></p> <p><i>Piqué: De aprender.</i></p> <p>Acrescento alguma informação sobre o conceito das CAC e refiro sucintamente quais os seus pilares.</p> <p><i>Maria: Então digam-me lá, tendo em conta o que falámos anteriormente acham que Águeda é uma CAC?</i></p> <p><i>Vozes: Não!</i></p> <p>Mostro-lhes o esquema que a CMA nos forneceu e que sintetiza a proposta de implementação do plano das CAC e desconstruímos o seu conteúdo.</p> <p>Explico-lhes como a sua participação é fundamental, qual o nosso papel enquanto investigadores e o meu desejo em envolver outras crianças do ATL, à <i>posteriori</i>. Refiro aspectos como a participação voluntária, a confidencialidade, a liberdade de desistir do grupo de investigação...</p> <p>Faço-lhes o convite e fica um silêncio... Espero e questiono-os se precisam de mais tempo para pensar.</p> <p><i>Rihanna: Eu não. Estou interessada.</i></p> <p><i>Cresc Fabregas: Eu também.</i></p> <p>(E assim sucessivamente.) Todos disseram estar interessados, mas pareceu ser importante o facto de alguém ter tomado a iniciativa.</p> <p>Entreguei-lhes o pedido de consentimento informado e esclarecido para que entregassem aos pais e salientei (lendo em voz alta) que as condições apresentadas naquele papel eram exactamente as que lhes havia apresentado a eles, poucos minutos antes.</p> <p>Perguntei-lhes se, para efeitos de referência durante o estudo, se queriam manter os seus nomes ou que estes fossem ocultados. Ficaram confusos...</p> <p>Referi que poderiam escolher um nome que gostassem ou de quem fossem fãs. Aí surge uma série de sugestões; o grupo anima-se com esta questão e todos escolhem as suas “novas identidades”: o Piqué, a Rihanna, o Messi, o Cresc Fabregas, o Jack, a Carolina e a Ângela (nomes utilizados desde o 1º momento de registo referente a este grupo).</p>	<p>O que é uma CAC?</p> <p>Convite às crianças investigadoras</p> <p>“Novas</p>
--	---

<p><i>Jack: Então e você?! Também devia ter um!</i></p> <p><i>Maria: Você?! Podes tratar-me por tu.</i></p> <p><i>O Jack vira-se para o Fabregas e diz: Ui, aqui não é preciso aquelas coisas do respeito!</i></p> <p><i>Maria: Eu não te tenho tratado por tu?</i></p> <p><i>Jack: Sim.</i></p> <p><i>Maria: E não tenho sido educada contigo?</i></p> <p><i>Jack: Sim...</i></p> <p><i>Maria: Então, podemos tratar-nos todos por tu sem faltarmos ao respeito a ninguém... Mas sim, podem escolher um nome para mim também...</i></p> <p>Agradeço-lhes por terem estado presentes e por aceitarem o convite, mostrando-me disponível para responder a dúvidas que surjam.</p> <p>Maria: Por falar na próxima sessão, qual o sítio que consideram mais apropriado para trabalharmos na nossa investigação?</p> <p>O grupo fica em silêncio...</p> <p><i>Maria: Podemos ver outro sítio que não o ATL ou preferem aqui?</i></p> <p><i>Vozes: Aqui! Aqui é bom!</i></p> <p><i>Maria: Então fazemos assim, para a semana encontramos-nos aqui novamente e depois logo pensamos se este será o melhor local de acordo com o que formos pensando fazer...</i></p>	identidades”
--	--------------

Algumas considerações...

Apesar da minha apreensão inicial, saí bastante motivada desta sessão. Sentí que o grupo está expectante sobre qual o papel que poderá desenvolver nesta investigação, apesar da timidez das suas primeiras reacções e impressões.

Mesmo tendo referido a minha posição enquanto parceira deste grupo de investigação, penso ser importante continuar a desconstruir simultaneamente a visão adultocêntrica e escolarizada, presente nas nossas formas de estar e agir ainda que, muitas vezes, de forma, inconsciente.

Também me parece importante criar dinâmicas que me permitam conhecer melhor o grupo

Escolha do local para nos reunirmos durante as sessões

(sendo que entre si eles já se conhecem) e para que o “ambiente” seja mais propício à espontaneidade de todos, apesar do rigor (metodológico, ético...) que a investigação exige.

Relativamente ao local onde por norma as sessões de irão desenvolver estou a ponderar manter a sala principal do ATL como ponto de referência. Por um lado, vejo que as crianças se sentem bem neste lugar que dominam, sendo o grupo quem me orienta neste espaço, situação que poderia inverter-se caso reuníssemos na sala de reuniões da creche (onde trabalho), tal como tinha pensado até então.

Aparentemente, o facto de este ser um dos únicos momentos da semana em que estas crianças se encontram neste espaço sozinhas (sem os mais novos) e sem actividades dirigidas, faz com que estes apreciem o local de uma outra forma.

Nota: Durante esta sessão não foi feito qualquer registo de vídeo ou fotográfico, visando a salvaguarda dos direitos do grupo a quem, até à data, não tinha solicitado autorização para o fazer. Durante o desenrolar da mesma também não me pareceu oportuno fazê-lo por considerar que seria mais um elemento inibidor da comunicação, contrariando o meu propósito.

Esta autorização foi requerida por mim no final da sessão e apesar do consentimento do grupo, ficou certo que a forma como estes recursos seriam utilizados seria discutida futuramente.

Nota de Campo II

1 de Março de 2013, das 14h00 às 15h00

2ª Sessão: O que é um investigador?; Águeda e as CAC	
Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, o Fabregas, a Ângela, a Carolina e Piqué.	
Quando o grupo de investigadores chega ao ATL, explico-lhes que a partir de então as sessões terão lugar na valência da creche, mais propriamente no gabinete do director, pois após alguma reflexão, este pareceu ser o local mais indicado para este grupo trabalhar. Ninguém pede mais esclarecimentos e seguimos para o referido local, sendo que os investigadores me entregam as autorizações assinadas pelos pais, mesmo antes de sairmos do ATL. A sessão inicia-se e relembro o grupo que a partir de então, serão feitos	Mudança de local para a realização das sessões;

registos de vídeo e fotográficos, como forma de aprofundar a nossa investigação.

Distribuo os kits de investigadores compostos por: uma capa, um pequeno caderno, um calendário, um cartão de investigador e um “porta-cartões”.

As crianças apressam-se a explorar os materiais e pedem-me para preencherem os cartões.

Surge então a dúvida: como faremos com a fotografia para o cartão? Acordámos que as fotografias seriam tiradas pelos mesmos no final da sessão. Durante esta actividade reparo que algumas crianças estão descontentes com a cor da fita que lhes calhou e sugiro-lhes que estes troquem com os colegas que assim o desejarem. No final, estas trocas permitiram que quase todo o grupo tivesse a fita da “cor que queria”.

A partir destes cartões de investigadores, pergunto-lhes então ***o que é um investigador?*** E entrego-lhes uma folha para registo...

Piqué: Eu não sei...

Jack: Não sei...

(Silêncio)

Maria: Vamos pensar...

Messi: O investigador é uma pessoa que investiga aquilo que tem de ser investigado.

Jack: Ui, brilhante!

Fabregas: Não sei...

O discurso das crianças começa a dispersar. Percebo que discutem os seus pseudónimos...

Maria: Dois minutos para acabarem de escrever...

Alguém diz que o investigador *é uma pessoa que investiga* e o grupo repete essa resposta...

Maria: Então e o que é investigar?

Carolina: A sério?!

Kit de Investigador;

O que é um investigador?

O que é investigar?

Maria: Têm de se esforçar mais um bocadinho...

Rihanna: Investigar problemas...

Piqué: Tem aí um dicionário?!

Jack: É investigar pistas...

Rihanna e Carolina falam baixinho e preenchem a folha em conjunto...

Rihanna e Carolina: é uma pessoa que investiga. Pode investigar problemas, assaltos, procurar pessoas...

Fabregas: é uma pessoa que investiga algo. Pode investigar factos de um assalto, uma verdade ou justiça...

Rihanna: U-a-uhhh!

Messi: É uma pessoa que investiga e tenta melhorar a sua região.

Piqué: É uma pessoa que investiga casos e procura factos.

Maria: Em que é que se basearam para dizer o que é um investigador? Em filmes, desenhos animados...?

Rihanna: nos filmes (007), histórias e livros...

Ângela: Filmes e séries....

Piqué: nos filmes e no Fabregas.

Messi: Foi no pior presidente do mundo: Cavaco Silva!

(Risadas)

Messi: Ele está sempre a dizer que é para melhorar as coisas mas só piora...

Maria: O que é que isso tem a ver com investigar?

Messi: Porque não há ideias daquilo que se pode fazer.

Maria: Então e diz me lá o que nós podemos fazer?

(Silêncio)

Grupo: CSI Miami,, Inspector Max, Clube das Chaves, Inspector Gadget, Uma Aventura...

Em que é que se basearam?

Maria: Quando pensam num investigador, qual é a primeira imagem que vos vem à cabeça?

Rihanna: [Homem] Todo de preto, com uma lupa.

Fabregas: Com um chapéu...

Jack: Com uma pistola.

Messi: Um gangster vestido de polícia.

Rihanna: Um cão...

Piqué: Veste-se como o Sherlock Holmes.

Maria: E não conhecem mais nenhuns investigadores mais próximos?

Messi: Nós!

Piqué: Você!

Maria: E como é que nós parecemos?

Fabregas: Pessoas normais!

Retomando ao que foi abordado na última sessão....

*Maria: Vocês disseram que **Águeda não era uma cidade amiga das crianças**, lembram-se?*

Rihanna: é uma cidade mais ou menos amiga das crianças!

*Maria: Então **porquê?***

Rihanna: Porque...é complicado....

*Maria: O que é que falta para **Águeda ser uma cidade amiga das crianças?***

Messi: Mais parques de diversões.

Rihanna: Piscinas...

Jack: tem...

*Messi: Só tem em **Águeda e uma aqui, já?!***

Fabregas: Parques aquáticos, escolas e centros médicos.

Como é/parece um investigador?

Para **Águeda** ser uma cidade amiga das crianças tinha de ter...

Messi: [Escolas] Não!!!

Piqué: Menos escolas!

Fabregas: Menos escolas? Só pensas em diversão...

Messi: Mais campos de futebol.

Piqué: Tudo a 0 euros e 0 centimos.

Carolina: Shoppings, fórums...

Rihanna: Mais doces.

Jack: Guloseimas.

Rihanna: Muito dinheiro

Fabregas: Hospitais.

Carolina: Ser tudo barato.

Piqué: Jogos e troneios para playstation...

(...)

Messi: uma loja de dois andares só de gomas.

Carolina: Oh meninos...

Fabregas: Não há dinheiro que resista a isso tudo.

Então, para vocês, essa cidade seria amiga?

Jack: Para nós. Para os adultos não...

Maria: O que iam os adultos dizer?

Jack: Mais passadeiras.

Fabregas: Para os idosos...

Fabregas: Piscinas municipais.

Messi: Mais escolas.

Fabregas: Mais industrias para haver emprego

Pique: Tudo a 100% de descontos

Messi: Gasolina mais baixa.

A sessão termina em torno de duas tarefas:

Calendarização das próximas sessões (alguns ajustes foram feitos devido às férias da Páscoa)

3ª sessão: 8 Março (6ª, das 14h00 às 15h00)

4ª sessão: 15 Março (6ª, das 14h00 às 15h00)

Calendarização das próximas sessões.

<p>5ª sessão: 18 de Março (2ª, das 13h30 às 14h30) 6ª sessão: 22 de Março (6ª, das 9h00 às 10h00) 7ª sessão: 27 de Março (4ª, das 10h00 às 11h00) 8ª sessão: 5 de Abril (6ª, das 14h00 às 15h00) 9ª sessão: 12 de Abril (6ª, das 14h00 às 15h00) 10ª sessão: 19 de Abril (6ª, das 14h00 às 15h00)</p> <p>Sessão fotográfica entre os elementos do grupo:</p> <p>Rihanna - Jack Piqué - Fabregas Messi - Maria Carolina – Ângela~</p>	<p>Férias escolares</p>	
--	-------------------------	--

Algumas considerações...

A mudança de local para a realização destas sessões foi uma questão discutida com a professora Rosa Madeira, que me aconselhou a pensar num local onde as crianças não estivessem habituadas a desempenhar apenas o papel de alunos. A *sala do director* pareceu-me ser uma boa opção por ser um espaço físico distinto da valência do ATL, por estar associada a funções “importantes” e por ser um local onde o grupo não é interrompido.

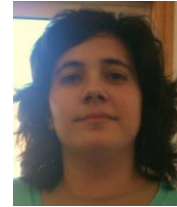
Relativamente à perspectiva que o grupo tem sobre o que é um investigador ou o que é investigar, predomina a visão do investigador-detective ou do investigador criminal. Durante este diálogo o Messi refere que o investigador *é alguém que tenta melhorar a região*, afirmação que espelha um exemplo dado por mim na sessão anterior, por forma a explicar como é que um grupo de investigadores pode ajudar a sua cidade numa cidade amiga das crianças. Esta questão deverá ser um alerta para perceber até que ponto as crianças estão a dar a sua verdadeira opinião e não a tentar corresponder às minhas expectativas enquanto investigadora.

Ainda no que se refere a esta questão, a tarefa de perceber o significado atribuído à palavra investigador revelou-se bastante difícil: o diálogo não fluía, as crianças encontravam-se ainda muito tímidas e expectantes. Situação que era atenuada quando as questões se iam especificando como aconteceu, por exemplo, quando perguntei qual a imagem que tinham de um investigador.

Na tentativa de retomar a conversa sobre o motivo pelo qual consideravam que Águeda não

era uma cidade amiga das crianças, pude perceber que as crianças rapidamente se posicionaram na esfera do “fantástico” e que a conversa se desenvolveu de tal forma que não consegui focalizar a atenção das crianças nos aspectos que caracterizam uma CAC. Pelo que me foi possível registrar, o grupo contrapõe à sua cidade “ideal” (como muita diversão e guloseimas) a questão monetária, questão evocada também quando se fala numa CAC vista pelos adultos (foram feitas referências ao preço da gasolina, à questão o emprego...).

Reflectindo sobre as conversas, e a esta distância, noto que a Ângela e a Carolina participaram muito pouco nestes diálogos, e que este facto (para além da timidez) parece também associar-se ao facto destas estarem “incomodadas” pelas respostas dos colegas. Importa retomar esta questão futuramente, explorando os contornos que envolvem os desejos, as necessidades e o que os distingue...



Nota de Campo III

8 de Março de 2013, das 14h00 às 15h00

3ª Sessão: Mapa de Valongo	
Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, a Ângela, a Carolina e Piqué.	
<p>As crianças chegam ao ATL. A Carolina, a Ângela e o Jack dirigem-se a mim.</p> <p><i>Carolina: Queremos falar contigo.</i></p> <p><i>Diana: Ok, pode ser no final da sessão?</i></p> <p><i>Carolina: Não.</i></p> <p><i>Diana: Então vamos falar naquela sala num instante...</i></p> <p>É Carolina que inicia a conversa. Diz-me que quer desistir do grupo de investigação, não por ela mas porque a mãe não quer que ela o faça. Explica que o pai assinou a autorização contra a vontade da mãe.</p> <p>Questiono o Jack e a Ângela sobre o que querem falar comigo. Ambos realçam que se a Carolina desistir do grupo, também o fazem.</p> <p>Relembro que as crianças só podem participar no grupo de forma voluntária mas que devem ponderar se estão mesmo interessadas em participar (no caso da Carolina, pretendia perceber se o motivo da desistência era exclusivamente por ordem da mãe). Referi também que o facto dos três serem amigos não significa que estejam de estar juntos em todas as actividades ao mesmo tempo.</p> <p>Sugiro que a Ângela e o Jack, participem na sessão que se segue e que se depois, tomem uma decisão. A Carolina não mostrou vontade em fazê-lo, contudo, ao ver que ficava sozinha no ATL, ficou muito séria a olhar para</p>	Carolina, Ângela e Jack: desistir?

mim. Digo-lhe que pode assistir à sessão, sem compromisso...

Já na sala mostro as fotografias que haviam tirado na última sessão. Sugiro que as colem no cartão enquanto vou buscar um material que falta para o que tenho para lhes propor hoje (precisei de sair da sala para me “recompôr”)...

Recomeço a sessão, propondo a realização de um mapa de Valongo, onde deverão estar representados os locais que caracterizam esta localidade, quer de forma positiva como negativa.

As crianças começam a desenhar e como surgem algumas dúvidas de “localização” pedem-me para irem à internet ver as distancias e alguns edifícios.

Acedo ao pedido e sugiro que o grupo se divida entre a pesquisa e o desenho.

Diana: Vocês desenharam as vossas casas e o campo [de futebol], então e Valongo não tem mais nada?

Jack: Tem um parque mas está todo partido!

Maria: Um parque?

Ângela: É mesmo à frente da igreja mas está todo partido.

Jack: O “sobe e desce” já não lá está, o escorrega já não tem a parte de segurar...

Maria: Então se as crianças quiserem ir para lá, está tudo partido?!

Ângela: Pois, os baloiços estão assim...já os tiraram...estavam assim! Eu e o Messi íamos para lá andar...

Jack: Ya...

Ângela: [Vira-se para mim]Temos que dizer isso!

Maria: Podemos fazer alguma coisa em relação a isso?

Ângela: Sim, vamos lá e construímos.

Maria: Um dia gostavam de me mostrar esse parque?

Ângela: Ui... Ya!

Messi: Até podíamos lá ir e construir um novo.

Maria: Nas vossas férias [da páscoa] podemos combinar e vocês vão

Mapa de Valongo do Vouga: Parque destruído...

mostrar-me esse parque...

(...)

Maria: E em Águeda, os parques estão arranjadinhos?

Ângela: Estão! Lá é tudo bom...

Maria: É tudo bom?!

Jack: É verdade, é rico!

O tempo “voou”: as crianças dividiram-se entre as tarefas e conversavam animadamente sobre o mapa (as suas casas, as estradas...), que ainda não ficou concluído...

No final da sessão a Carolina, a Ângela e o Jack dizem-me que vão pensar se vão continuar a fazer parte do grupo de investigação e que depois me dizem algo.

Algumas considerações...

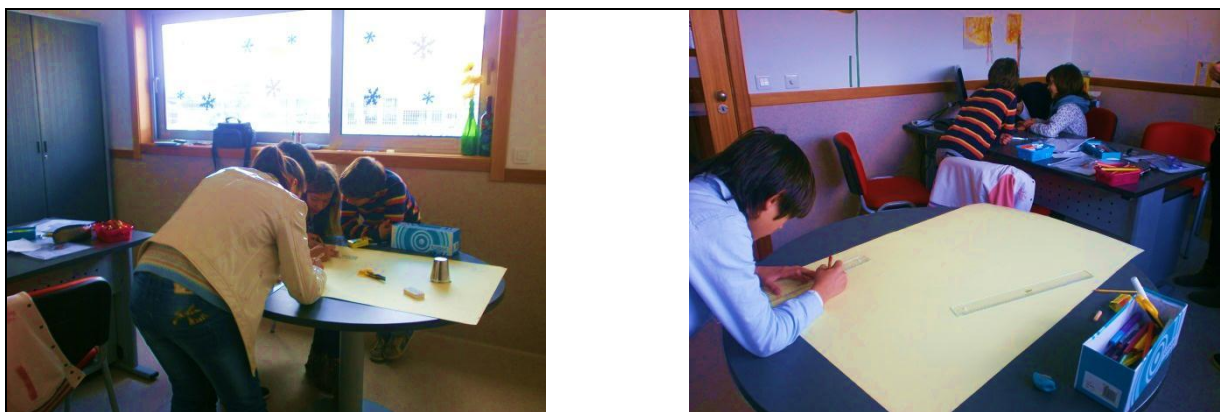
Devo confessar que a conversa que tive com a Carolina, o Jack e a Ângela me deixou muito preocupada...

A animadora do ATL, no dia anterior, veio falar comigo para me contar que a Carolina lhe pediu para esta me comunicar que a Carolina não queria participar mais nas sessões. Contudo, a animadora advertiu-a que se ela tinha assumido um compromisso comigo, deveria ser ela a comunicar-me também a decisão de sair...

Assim, estava de algum modo, preparada para abordar este assunto com a Carolina. Nas duas primeiras sessões esta quase nunca participou activamente... Contudo, não contava com a desistência “em bloco” dos amigos da mesma. Por momentos, temo que o grupo de sete elementos fique rapidamente reduzido a quatro crianças...

Curiosamente, hoje foi a sessão em que vi a Carolina, a Ângela e o Jack verdadeiramente implicados, especialmente na construção do mapa. No final da mesma, consegui perceber que estas crianças estavam confusas e que a certeza que tinham em querer desistir já não era tão evidente.

Fiquei também curiosa por ir conhecer o referido parque com o grupo. É notório o desapontamento destas crianças face ao estado deste local. Será esta a questão sobre a qual nos devemos debruçar neste projecto de investigação?! Precisaréi de reflectir sobre este assunto...



Nota:

Tenho tido algumas dificuldades com a gravação das sessões (alguns problemas técnicos e dificuldade em perceber o que é dito, quando o grupo se entusiasma e falam em grupo) contudo vou registando também por escrito as falas das crianças que, de alguma forma, merecem especial destaque e que como tal, não podem “perder-se”...

O Fabregas faltou à sessão.

Nota de Campo IV

15 de Março de 2013, das 14h00 às 15h00

4ª Sessão: Desejos e Necessidades; Mapa de Valongo (cont.)

Participantes: Eu, a Rihanna, o Fabregas, o Jack, a Ângela, a Carolina e Piqué.

Começo a sessão fazendo uma síntese do que foi dito pelo grupo na última sessão, quando questionado sobre o que seria preciso haver em Valongo para este ser um local amigo das crianças.
 Proponho que façamos um jogo e peço que o grupo se divida em dois. Rapidamente os meninos se juntam num grupo e as meninas noutra.
 Apresento a cada grupo um conjunto de 20 cartões que são compostos por uma imagem e uma frase.

Jogo “desejos e necessidades (Unicef, 2009 - adaptação).

Vivem num país onde não podem proporcionar-vos todas essas coisas.

Discutam em grupo e prescindam de seis...

O grupo das meninas prescindiu dos cartões:

4. Possibilidade de expressar a tua própria opinião

10. Liberdade religiosa

14. Escolas dignas

16. Ter o teu próprio quarto

17. Espaços de recreio e lazer

19. Livros

O grupo dos meninos prescindiu dos cartões:

6. Viagens de férias

9. Bicicleta

14. Escolas dignas

16. Ter o teu próprio quarto

18. Calçado desportivo

19. Livros

Justificações:

Estes cartões são menos importantes porque...

Ângela: Os livros não são muito importantes porque não gostamos de ler.

Jack: Eu estou de acordo, porque mais de 50% da população portuguesa não gosta da escola

Fabregas: Fala por ti.

Maria: Retiraram a bicicleta porque...?

Fabregas: *Temos carros*

Piqué: As férias porque custam muito dinheiro

Jack: E não é para sempre. É só durante as férias.

Piqué: Ter o teu próprio quarto...podemos partilhar o quarto.

Jack: Calçado desportivo...também há outro calçado

É uma época difícil e têm de fazer mais restrições. Não há outro remédio senão renunciar a outros seis cartões.

O grupo das meninas prescindiu dos cartões:

- 2. Televisão
- 6. Viagens de férias
- 9. Bicicleta
- 13. Liberdade religiosa
- 15. Roupa da moda
- 18. Calçado desportivo

O grupo dos meninos prescindiu dos cartões:

- 2. Televisão
- 5. Dinheiro para gastares como quiseres
- 10. Liberdade religiosa
- 15. Roupa da moda
- 17. Espaços de recreio e lazer
- 20. Telemóvel

Acham que algumas necessidades podem ser consideradas direitos?

Grupo: Simm.

Como por exemplo? Podem usar os vossos cartões...

Alguns direitos presentes nos cartões:

Ângela: 10 (Liberdade religiosa)

Carolina: 3 (Protecção contra maus-tratos)

Rihanna: 12 (Cuidados médicos)

Necessidades
como direitos;

Outros direitos
importantes para o
grupo

Jack: 11 (Água potável)

Piqué: 1 (Comida nutritiva)

Fabregas: 14 (Escolas dignas)

Outros direitos que podiam estar nos cartões e que são importantes para vocês:

Piqué: Sermos livres...

Piqué: Brincar. É um direito e uma necessidade!

Rihanna: Pintar.

Jack: Direito a fazer o que queremos.

Piqué: Roupa.

Fabregas: Ter nome e nacionalidade.

Piqué: Namorar.

Fabregas: Ter casa.

Angela: Nome.

Rihanna: Ter dinheiro.

Angela: Ter uma família.

Jack: Ter filhos.

Piqué: Direito a ter direitos.

Fabregas: Direito a não termos trabalho de casa.

Algumas considerações...

Na primeira etapa da actividade, tanto o grupo das meninas como o dos meninos, concordou os cartões “Escolas dignas”, “Ter o teu próprio quarto” e “Livros” não eram importantes.

Argumentos:

[Livros] Não é importante porque temos computadores.

[Escola] Não precisamos, desde que se aprenda.

[Quarto próprio] Podemos partilhar!

Numa fase mais avançada ambos os grupos retiraram os cartões “ Televisão” e “Roupa da

Moda”.

As escolhas do grupo e suas prioridades surpreenderam-me. Confesso que esperava que o grupo excluísse logo ao início cartões como “guloseimas”, calçado desportivo”, telemóvel... Mas esta minha expectativa “adulta” em nada se assemelhou as escolhas do grupo, cuja realidade é perspectivada de outra forma.

Relativamente à forma como a escolhas e negociações foram feitas, pude perceber que a opinião do Piqué e da Carolina (nos respectivos grupos), serviam como factor decisivo quando a opinião não parecia ser consensual.

A familiarização do grupo com os seus próprios direitos parece-me, agora, um processo menos distante. Noto que as crianças se expressam mais neste tipo de situações, mais concretas, do que quando discutimos ideias. Através da actividade proposta consegui perceber também que as crianças já revelam uma maior motivação para participar activamente nas sessões.

Por último mas não menos importante, destaco os direitos que as crianças evocaram como importantes (e que não faziam parte dos cartões das actividades) tal como o direito a pintar, a não ter trabalhos de casa, a ter família, etc.

A esta distância, penso que talvez devesse aproveitar este jogo, para lançar uma proposta ao grupo: a reformulação do mesmo para mais tarde, serem eles a motivar outras crianças, de uma forma tão cativante como séria, para reflectirem e explorarem melhor os direitos de todos e de cada um.



Nota de Campo V

18 de Março de 2013, das 13h30 às 14h30

<i>5ª Sessão: Uma Aventura na Terra dos Direitos</i>	
Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, o Fabregas, a Ângela, a Carolina e Piqué.	
<p>Percebendo que o grupo nunca teria ouvido falar da Convenção dos Direitos da Criança, apresentei-lhes a história “Uma Aventura na Terra dos Direitos” da autoria de Paula Guimarães (2001). Pedi a colaboração do grupo para que fizesse uma leitura “dramatizada”, pedido a que as crianças acederam com muito entusiasmo (todas queriam ser a personagem com mais falas).</p> <p>Direitos que a história abordava:</p> <p>Jack: Direito a brincar</p> <p>Fabregas: Direito à privacidade</p> <p>Jack: [Direito à privacidade] é o artigo 16º!</p> <p>Fabregas: Direito de nos defender.</p> <p>Fabregas: Direito à brincadeira, de estudar...</p> <p>Direitos que o grupo considera serem importantes mas que actualmente não são muito respeitados:</p> <p>Piqué: Direito de nos defender.</p> <p>Piqué: Direito dos pais não deixarem os filhos.</p> <p>Jack: Nós temos o direito de fazermos o que queremos.</p> <p>Piqué: Direito a ter pais.</p> <p>Fabregas: Direito a ter um nome.</p> <p>Messi: O direito mais importante é brincar.</p> <p>Carolina: Direito à educação</p> <p>Fabregas: Porque sem isso as pessoas não tem informação.</p> <p>Jack: Não têm conhecimento...</p> <p>Carolina: Direito à segurança.</p> <p>Piqué: Os “strokes” na escola não nos respeitam....</p>	<p>História: Uma Aventura na Terra dos Direitos</p> <p>Direitos que normalmente não são respeitados</p>

Messi: Direito à privacidade.

Inês: [Não sabia que tinha] direito à identidade.

Messi: O direito a brincar.

Maria: achas que é respeitado?

Messi: Não, nas aulas...também temos o direito de brincar, às vezes, nas aulas...

Fabregas: Ai, nas aulas?!

Maria: E noutras ocasiões, é respeitado?

Messi: Às vezes, quase nunca.

Maria: E os adultos levam esse direito a serio?

Grupo: Não!

Fabregas: Claramente!

Fabregas: Já não são eles que brincam, são os outros!

Messi: Não sabem a importância.

Mais direitos?

Piqué: Seguranças. [Nos telejornais] só vimos roubos, só mortos, assaltos...

Algumas considerações...

Foi notória a satisfação do grupo durante esta sessão. A projecção da história, posteriormente dramatizada por eles foi um dispositivo importante para a conversa que se seguiu sobre os direitos e onde as crianças revelam a importância do direito ao brincar apesar de, segundo os próprios, muitas vezes não ser respeitado pelos adultos.

Começo agora a perceber melhor o grupo de investigadores o que me vai permitindo gerir de uma forma mais cativante as diferentes sessões. Contudo, quando incentivo o grupo a reflectir sobre alguns assuntos, nomeadamente, os direitos das crianças, estas retraem-se e só após diversas tentativas e “provocações” se consegue que participem mais activamente.



Nota de Campo VI

22 de Março de 2013, das 09h00 às 10h00

6ª Sessão: Mapa de Valongo (continuação)

Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, o Fabregas, a Ângela, a Carolina e Piqué.

O grupo mostra-me o mapa de Valongo que entretanto ficaram de terminar.

Discutem sobre o posicionamento de alguns locais.

Maria: Façam de conta que não vos conheço e que preciso que me expliquem o vosso mapa para ficar a conhecer Valongo...

Jack: Olha, tem as nossas casas, as ruas e aqui onde nós estamos [a creche].

Fabregas: Tem as coisas mais importante como a Junta de Freguesia é importante.

Peço ao grupo que assinale quais os locais que gostam mais ou menos, colocando um sinal verde, amarelo ou vermelho consoante gostam/gostam mais ou menos ou não gostam de um determinado local, justificando as suas opções, por escrito, no verso da cartolina. (A actividade não ficou concluída durante esta sessão, como tal, as opiniões das crianças serão apresentadas posteriormente.)

Agendámos a nossa visita ao parque infantil de Valongo para dias 27 de Março às 09h30, onde pretendemos recolher dados fotográficos.

Algumas considerações...

O grupo participou nesta sessão com empenho, sendo de lamentar o facto de não podermos ter “estendido” um pouco mais a duração da mesma. Será feita uma abordagem mais pormenorizada do mapa quando este estiver concluído ou pelo menos, mais completo.



Nota de Campo VII

27 de Março de 2013, das 09h30 às 11h00

7ª Sessão: Conclusão do mapa de Valongo

Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, o Fabregas, a Ângela, a Carolina e Piqué.

Descrição do mapa:

Casas dos elementos do grupo; Ruas de Valongo; Rotunda de A-dos-Ferreiros Campo de Futebol (Valonguense); Creche Maria Sintz Baptista; Casa do Povo de Valongo do Vouga; Lanidor; Junta de Freguesia de Valongo do Vouga; *Presidente da Junta de Freguesia; Quiosque “da Dona Júlia; Igreja; Escola ; Multibanco; Parque Infantil

As crianças optaram por não “classificar” as suas casas mas fizeram-no em relação aos outros locais.

Mapa de Valongo do Vouga

Local	Apreciação			Motivos	Sugestões
	+	0	-		
Campo de Futebol	X			É o local onde se pratica futebol; sentimo-nos bem a jogar;	As bancadas deveriam ser arranjadas;
		X		As bancadas estão estragadas;	
Creche M ^ã Sintz Baptista	X			Arranja postos de trabalho; está em bom estado; é mais fixe que o A.T.L;	
CPVV	X			Tem um auditório onde podemos fazer teatro;	Deveriam pintar a CPVV, melhorar o parque infantil e construir um campo de futebol;
		X		Não podemos jogar futebol; tem um parque muito infantil;	
Lanidor	X			Emprega as mães (Ângela e Piquê); é um centro de exportação; dá fama a Valongo;	A loja devia ser do tamanho da fábrica.
		X		Tem uma fábrica muito grande e uma loja muito pequena;	
Junta de Freguesia	X			Arranja transportes para pessoas que não têm automóveis;	A Junta devia ser mais competente e as pessoas [de Valongo] deviam ajudar mais)
		X		Nem sempre arranja transportes e clubes; não limpa as valetas;	
		X		Dá cachaços aos meninos que estão a falar na cantina, mesmo antes da comida ser servida;	
Quiosque da Dona Júlia	X			Tem guloseimas que nós gostamos.	
Igreja	X			É boa para os idosos rezarem;	Não devíamos ser obrigados a ir [à missa e à catequese]
		X		É muito monótono – a missa, a catequese...;	
Escola C+S	X			É o lugar onde se aprende.	Deviam fazer uma escola nova, poder jogar na biblioteca e reduzir o tempo de aulas – 45 minutos cada aula e 90 minutos para educação física e educação visual)
			X	Não temos espaço para brincar; está velha; as obras nunca mais acabam;	
Caixas multibanco	X			Serve para levantar dinheiro;	Deviam aumentar a segurança para não assaltarem o multibanco)
		X		Nem sempre tem dinheiro (porque são assaltadas);	
Parque infantil		X		A areia está suja; [o parque] é muito infantil;	
			X	Está tudo estragado;	

Algumas considerações...

A realização deste mapa foi, sem dúvida, a melhor forma que consegui para perceber o que realmente pensam as crianças relativamente a Valongo e aquilo que entendem ser os seus direitos enquanto cidadãos.

O grupo refere claramente, o que lhe agrada e o que lhe desagrade e perspectiva formas de tornar Valongo uma freguesia mais amiga de todos.

Contudo e, confesso, apesar da minha relutância, fez questão de referir a sua opinião relativamente ao Presidente da Junta de Valongo, segundo os mesmos, uma figura emblemática da zona. Esta questão gera alguma incerteza relativamente à forma como devo gerir estas informações, até porque durante este trabalho apercebi-me que as crianças conversam (entre si) num tom jocoso sobre algumas características físicas do mesmo.

Foi alertando o grupo para a necessidade de sermos éticos e rigorosos na nossa investigação, procurando soluções, principalmente. Relembro-os também que, apesar das opiniões negativas, devemos sempre respeitar as pessoas para que possamos ser também tratados com respeito.

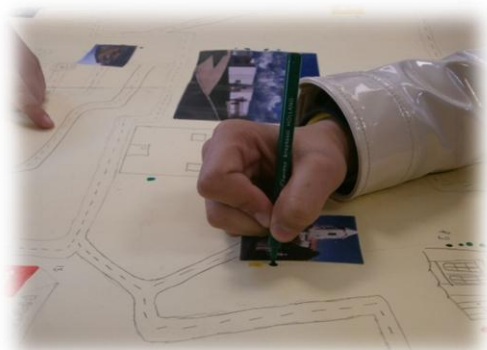
Ângela: se o presidente visse isto... [o mapa]

Messi: Então, ele vê nas fotografias

Maria: Relembro que neste projecto a vossa confidencialidade está garantida e ninguém vos pode identificar, se assim o quiserem, e muito menos, castigar ou algo parecido por expressarem a vossa opinião.

Ângela: Ele tem o poder, não há nada a fazer...

Este diálogo ilustra bem o que as crianças pensam, ou seja, têm uma opinião negativa referente ao presidente da Junta, mas sentem-se como que “ameaçados” pelo facto de partilharem as suas opiniões, como se a todos os seus direitos, se sobrepusesse o “poder” do adulto em causa.



Nota de Campo VIII

6 de Abril de 2013, das 14h00 às 15h00

8ª Sessão: Reflectindo sobre o nosso projecto/Jogar às apanhadas com os direitos...	
Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, a Ângela, a Carolina, Fabregas e Piqué.	
<p>Começámos este encontro recapitulando o que se foi fazendo ao longo das sessões; questiono o grupo sobre quais as que mais gostaram e as opiniões dividem-se entre as sessões em que o mapa foi elaborado e a sessão na qual dramatizámos a história: Uma Aventura na Terra dos direitos.</p> <p>Mostro algumas das fotografias que os vários elementos do grupo foram tirando ao longo da investigação. As crianças tentam lembrar-se de quem fotografou em cada encontro. Riem umas das outras sem, no entanto, se ofenderem.</p> <p><i>Maria: Gostaria que depois partilhássemos o nosso projecto, vocês concordam?</i></p> <p><i>Grupo: Siim!</i></p> <p><i>Maria: Acham que devíamos partilhar com quem? Quem as crianças, com os adultos?</i></p> <p><i>Fabregas e Messi: Com todos!</i></p> <p><i>Messi: Há crianças que nem sabem que têm direitos e há adultos que não sabem respeitá-los.</i></p> <p><i>Maria: Então e digam-me lá diferentes formas de o fazermos...</i></p> <p>Ideias:</p> <ul style="list-style-type: none">- Power point- Teatro- Cartazes e panfletos- Jogos (Convidamos outras pessoas para virem cá...)	<p>O que mais gostámos até então;</p> <p>Como partilhar o nosso projecto?</p>

- Exposição de fotografias

- Blog

Maria: Destas sugestões será que podemos escolher alguma em particular?

Piqué: Todas!

Fabregas: Pois, fazemos todas...

Maria: Numa primeira fase teremos que optar, mas isso não quer dizer que outras ideias não venham a ser postas em prática, por vocês, posteriormente (o grupo fica em silêncio; parecem confusos...).

Maria: Estes projectos podem e devem continuar, vocês poderão conduzir este ou outros projectos e usar a vossa experiência para investigar com outras crianças...

Fabregas: Quantas sessões já fizemos?

Maria: Com esta, oito... A propósito, inicialmente tínhamos previsto dez sessões, mas como puderam ver ainda temos coisas a fazer e se quisermos partilhar o nosso projecto teremos de nos juntar mais algumas vezes, posso contar convosco?

O Piqué, o Fabregas e o Messi dizem que sim, o resto do grupo mantem-se em silêncio.

Relembro que a participação no projecto é voluntária.

Piqué: E podemos desistir quando quisermos!

Jack: E o que acontece se desistirem todos? Já não há projectos?

Recordo o grupo que estes projectos têm a participação de várias pessoas e em vários locais, inclusive em Valongo.

O grupo procura saber o que têm feito as crianças mais novas do ATL, que de momento estão a realizar investigação com a colega Fabiana. Conto-lhes, de um modo muito generalista sobre a temática mas que, de momento, não sei especificar o que está a ser feito, pois tal como no nosso projecto, são as crianças que vão escolhendo a forma como querem fazer a investigação.

O grupo começa a dispersar, começam por falar na idade dos colegas que

Prolongamento das sessões: negociação;

<p>estão a participar no referido projecto mas rapidamente começam a falar de um colega, criticando-o... Tento retomar a conversa mas em vão. Mantenho-me em silêncio e fico apenas a observar.</p> <p>Em pouco tempo o grupo apercebe-se e entre si, pedem aos colegas para se calarem...</p> <p>O Fabregas pergunta-me se não podemos ir lá para fora e sugere que podemos ir para fora jogar às apanhadas sobre os direitos... O grupo fica ainda mais agitado.</p> <p><i>Maria: Como assim?</i></p> <p><i>Fabregas: Então, quando formos apanhados temos de dizer um direito em voz alta...</i></p> <p>Acedi ao pedido, e os últimos 15 minutos da sessão foram passados no exterior da creche, onde as crianças brincaram.</p> <p>Direitos enunciados durante o jogo (seguindo a ordem pela qual foram ditos)</p> <p><i>Messi: Direito a brincar</i></p> <p><i>Ângela: Direito a ter nome.</i></p> <p><i>Messi: Direito a comer.</i></p> <p><i>Fabregas: Direito a ter uma nacionalidade.</i></p> <p><i>Piqué: Direito a alimentação.</i></p> <p><i>Rihanna: Direito a estudar.</i></p> <p><i>Fabregas: Direito a ir à escola.</i></p> <p><i>Piqué: Direito à saúde.</i></p> <p><i>Messi: Direito a respirar.</i></p> <p><i>Jack: Direito a ter um filho.</i></p> <p><i>Fabregas: Direito a ver.</i></p> <p><i>Carolina: Direito a ter uma família</i></p> <p><i>Inês: Direito a beber água.</i></p> <p><i>Jack: Direito a divertir-se.</i></p> <p><i>Carolina: Direito a correr...</i></p>	<p>“Jogar às apanhadas sobre os direitos”</p>
--	---

Depois do jogo ter terminado o Messi pediu que acrescentasse à lista um direito que queria ter dito: <i>Direito a ter direitos</i> .	
--	--

Algumas considerações...

A meu ver, este pequeno “balanço” e o traçar de alguns objectivos eram tarefas fundamentais para poder prosseguir com a investigação. Penso que revisitar o que foi sendo feito durante os encontros permitiu que as crianças reorganizassem as suas ideias sobre o seu percurso nesta investigação.

De acordo com o previsto, faltavam apenas dois encontros entre este grupo de investigadores, como tal foi necessário negociar mais alguns (acordámos mais três) e delinear algumas formas de concretizar o nosso projecto...

Pareceu-me também importante dar um “reforço” ao grupo (acedendo ao seu pedido para virem brincar para o exterior) pelo empenho demonstrado, pois apesar de estar consciente que o grupo usou a questão dos direitos como estratégia para conseguir ir brincar, é com satisfação que vejo que esta já não é uma palavra “vazia”. As crianças sabem do que falam, revelam os direitos que consideram mais importantes e por isso utilizam esta frase muitas vezes: “temos o direito a ter direitos” como se só agora estivessem conscientes disso e quisessem anunciar a sua conquista.



Nota de Campo IX

19 de Abril de 2013, das 14h00 às 15h30

9ª Sessão: Visita ao parque de Valongo do Vouga	
Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, a Ângela, a Carolina, Fabregas e Piqué.	
<p>Já no parque...</p> <p><i>Maria: Vocês costumam vir brincar para este parque?</i></p> <p><i>Grupo: Não...</i></p> <p><i>Piqué: Antes costumávamos, antes de ir para a missa...</i></p> <p><i>Jack: Eu também.</i></p> <p><i>Ângela: E eu e o Messi...</i></p> <p><i>Maria: E agora onde é que vocês brincam?</i></p> <p><i>Jack: Eu há dias vim cá.</i></p> <p><i>Ângela: No cemitério</i></p> <p><i>Maria: É aqui perto?</i></p> <p><i>Jack e Fabregas: É ali.</i></p> <p><i>Messi: Dentro da igreja...</i></p> <p><i>Maria: Onde é que brincam mais aqui em Valongo?</i></p> <p><i>Jack e Fabregas: Em casa.</i></p> <p><i>Maria: Dentro de casa.</i></p> <p><i>Jack: Não.</i></p> <p><i>Fabregas: Cá fora.</i></p> <p><i>Piqué: E na Casa do Povo.</i></p> <p><i>Fabregas: Eu antes brincava aqui.</i></p> <p><i>Messi: Se a piscina estivesse todo o ano aberta...Está aberta só no verão.</i></p> <p><i>Maria: E vocês costumam ver outras crianças a brincar neste parque?</i></p> <p><i>Messi: Não. Mas antes havia muitas. Antes de ir para a missa vinham</i></p>	Onde brincam?

para cá todas.

Maria: E agora não vêm?

Messi: Está tudo partido. Antes havia baloiços

Ângela: Está tudo estragado.

Maria: Só há este parque aqui perto?

Messi: Aqui perto, só.

Maria: E em Águeda, que parques é que conhecem?

Messi: Ao pé do rio.

Ângela: Pois, ao pé da festa do AGIT'ÁGUEDA

Carolina: Ou da Casa do Povo.

Messi: E também quem vai para o Modelo...Não há lá um parque?!

Ângela: Isso é bué longe!

Maria: E como é que são os parques que vocês conhecem em Águeda?

Piqué: Estão em bom estado.

Fabregas: Todos?

Ângela: Diz um que não esteja...

Maria: Nos tempos livres o que mais gostam de fazer?

Fabregas: Jogar futebol.

Piqué: Jogar ténis.

Fabregas: Jogar consola.

Carolina: Andar de patins.

Ângela: Ir à piscina.

Messi: Ver televisão. De soltar o meu cão...

Jack: Eu antes fazia caminhadas à noite.

Maria: Agora não fazes?

Jack: Não é Verão.

Maria: O que é que vocês acham que se podia fazer por este parque?

Piqué: Melhorá-lo.

Messi: Obrigiar o Presidente a reconstruí-lo.

Os parques de
Águeda;

O que gostam de
fazer nos tempos
livres?

Sugestões para
melhoramento do
parque.

<p><i>Piqué: Por mais baloiços.</i></p> <p><i>Messi: Tirar aquela areia toda. Por daquele chão da Casa do Povo.</i></p> <p><i>Fabregas: Fazer uma piscineta</i></p> <p><i>Messi: Pois, tirar aquilo dali [fonte/lago] e por lá uma piscina.</i></p> <p><i>Maria: Não haverá mais pessoas, para além do Presidente da Junta que possam ajudar a melhorar o parque?</i></p> <p><i>Grupo: Não!</i></p> <p><i>Fabregas: Não, não têm guita.</i></p> <p><i>Messi: Eh, não têm guita. Pagam tudo do AGIT'ÁGUEDA e não têm dinheiro para reconstruir isto!</i></p> <p><i>Maria: Então e o que é que nós podemos fazer?</i></p> <p><i>Ângela: Obrigamos o Passos.</i></p> <p><i>Messi: Ya, boa! Obrigamos o Passos Coelho.</i></p>	
--	--

Algumas considerações...

É notório o descontentamento do grupo face ao estado de degradação em que se encontra o parque. Pelos relatos das próprias crianças, o espaço que circunda o mesmo é um lugar que lhes é, sendo que, semanalmente, estas se reúnem nas imediações para ter catequese e ir à missa.

Também é possível perceber que o estado em que se encontra o parque não é uma realidade muito antiga. As crianças ainda têm memória do parque ter baloiços e de estar conservado.

Quando questionadas sobre os parques do centro da cidade de Águeda as crianças dizem que esses estão em bom estado.

Ao falarmos na procura de soluções para esta questão, o grupo remete sempre essa questão para as entidades públicas fazendo comentários sobre outros eventos da cidade onde é investido dinheiro.

Das sessões que temos vindo a fazer, a primeira “opção” do grupo passa sempre por responsabilizar as instâncias públicas. Só quando a pergunta é mais directa, o grupo se revê como parte integrante, sendo que nesta sessão em concreto, a solução para esta questão

passaria sempre por “obrigar” um adulto a fazer algo e não tanto por o grupo agir autonomamente ou em colaboração com alguns adultos/entidades.

Esta questão ficou por aprofundar, uma vez que o tempo da sessão estaria a terminar e que as crianças ainda queriam fotografar o parque e brincar um bocadinho antes de regressar ao ATL, tal como havíamos combinado.



Nota de Campo X

3 de Maio de 2013, das 14h00 às 15h00

10ª Sessão: Conversa sobre a participação do grupo na Semana Global pela Educação na Universidade de Aveiro

Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, o Jack, a Ângela, a Carolina, Fabregas e Piqué.

A sessão é iniciada com a partilha das fotografias tiradas durante a visita de alguns membros do grupo à Universidade de Aveiro no âmbito da Semana Global pela Educação...

As crianças tentam identificar-se nas fotografias e o Messi e a Carolina apresentam aos colegas algumas das pessoas que estão nas fotografias.

Maria: Porque é que acham que nós fomos convidados a participar nesta iniciativa?

Messi: Porque somos investigadores.

O que gostaram mais nesta visita:

Messi: Andar de autocarro.

Carolina: Gostei menos de quando estivemos naquele auditório. Gostei mais daquele parte dos dilemas e isso...

Maria: Tenho aqui a apresentação para mostrarem aos vossos colegas. Se quiserem também podem tirar ideias de como podem fazer a vossa apresentação.

Messi: Oh não. Mais secante, não....

Maria: Vocês podem fazer uma apresentação à vossa maneira...mais fácil, mais apelativa... Não tem que ser igual.

Maria: Mas não valeu a pena ir à universidade?

Messi: Valeu!

Vocês gostavam de apresentar o vosso projecto a quem?

Messi: Todos!

Carolina: As crianças.

Messi: Principalmente os garotos!

Maria: E os vossos pais? Era importante que eles assistissem?

Messi: Sim.

Ângela: Pois, eles só assinam coisas, não vêem o que nos fazemos.

Messi: Vêem nos testes! Vêem os nossos erros...

Carolina: Os pais não...

Por iniciativa própria, o Messi e o Fabregas apresentam o power point ao grupo.

Algumas considerações...

Apenas três das crianças do grupo – Carolina, Ângela e Messi - foram à Universidade de Aveiro. Contudo, durante a sessão, estes acabaram por envolver os colegas enquanto víamos as fotografias e eram feitos comentários em relação ao que se passou naquela tarde.

Segundo os relatos das crianças, estas sentiram-se mais motivadas nas situações em que foram outras crianças a envolve-las em actividades.

Outro aspecto a salientar é o facto das crianças indicarem logo à partida que gostariam de apresentar o seu trabalho a outras crianças. Por outro lado, não é consensual que o trabalho deva ser apresentado também aos pais.



Nota de Campo XI

17 de Maio de 2013, das 16h30 às 17h15

11ª Sessão: Preparação da apresentação do nosso projecto

Participantes: Eu, a Rihanna, o Jack, o Messi, o Fabregas, a Ângela e a Carolina.

Iniciamos a apresentação do nosso trabalho. Por sugestão do grupo, debruçamo-nos sobre a estruturação de um power point.

A Carolina assume o “controlo” do computador mas o restante grupo parece não se importar com isso:

Ângela: Podemos pôr imagens nossas a trabalhar.

Piqué: E podemos pôr aquela imagem da Cidade Amiga das Crianças que estava na outra apresentação de quando vocês foram à universidade.

O grupo divide-se. Enquanto uns procuram imagens e fotografias num computador, noutra eu e os restantes membros preparamos a parte escrita.

Apoiamo-nos na apresentação feita pela professora Rosinha na Semana pela Educação Global e acrescentamos alguma informação sobre o nosso percurso enquanto grupo - quem somos, o que fazemos, onde e para quê.

A sessão termina quando o grupo se encontrava mais motivado. Chegam alguns encarregados de educação ao ATL (recebo um telefonema com essas indicações) e tivemos de dar por encerrada a nossa sessão.

Algumas considerações...

Hoje o grupo divertiu-se enquanto revia as fotografias das sessões. Nos diálogos havia uma preocupação comum: nas fotografias a utilizar na apresentação deveriam estar todos os elementos do mesmo, situação que parecia ser um problema visto que, por norma, estas eram tiradas pelos próprios.

Relativamente ao conteúdo escrito, o grupo mostrou-se preocupado em dar a conhecer, em especial, a actividade que mais gostou de realizar: o mapa de Valongo.

Para a semana, em princípio, será a nossa última sessão antes da apresentação do nosso projecto à comunidade. No entanto tenho alguma apreensão face aos elementos do grupo que poderão estar presentes na próxima sessão, visto que tenho recebido a indicação de que alguns têm música, explicação, etc. Ficou no entanto, o compromisso de fazermos os possíveis para nos encontrarmos pelo menos na próxima semana e no dia da divulgação do projecto (que ainda se encontra por agendar).

Nota:

O Piqué faltou à sessão.

Nota de Campo XII

24 de Maio de 2013, das 16h30 às 17h30

12ª Sessão: Preparação da apresentação do nosso projecto (conclusão)

Participantes: Eu, a Rihanna, o Messi, a Ângela, a Carolina, Fabregas e Piqué.

Preparados para acabarmos a nossa apresentação?

Piqué: Já?! Mas eu não fiz nada!

Maria: Ainda não viste o power point porque não estiveste na última sessão, mas hoje vais ver e ainda podemos acrescentar ou tirar coisas,

se achares importante.

Rihanna: Já é a última [sessão] mesmo?!

O Fabregas e o Piqué assumem o lugar à frente do computador. Lêem o power point.

Algumas imagens são acrescentadas ao power point assim como um diapositivo a fazer referência à participação do grupo na semana global da educação.

Messi: Temos que por imagens do parque com tudo estragado. Pode ser que alguém veja e mande arranjar. Ou então depois podemos fazer uma angariação de fundos...

A apresentação ficou praticamente pronta. Dois elementos do grupo ficam encarregues de me enviar uma música para integrar a apresentação.

Carolina: Temos mesmo que apresentar isto aos nossos pais?

Ângela: Pois...Podemos apresentou só aos miúdos.

Messi: Se os pais vierem, vamos ter vergonha...

Esclareço o grupo de que ainda não sei o dia ao certo em que dia poderemos fazer a apresentação e que isso influenciará, em conjunto com o horário, a quem deveremos dirigir os nossos convites.

Questiono o grupo sobre a sua disponibilidade para fazer uma avaliação individual e anónima das sessões, ao que este responde positivamente.

Algumas considerações...

No início da sessão o Messi e o Piqué pareciam mesmo preocupados com a questão de não terem participado na sessão anterior, na qual iniciámos a construção no nosso power point.

No decorrer da sessão, o grupo participou muito activamente na apresentação e criou uma dinâmica bastante participativa, em que todos davam um contributo a este trabalho.

Contudo, no final da mesma, e uma vez mais, foi óbvia a apreensão do grupo face ao dia e ao momento em que irão fazer a apresentação pública do seu projecto. Nota-se que é um grupo que não está habituado a protagonismos, muito menos, perante a figura dos pais. Curioso é o facto das crianças não se importarem de que os funcionários da CPVV estejam presentes assim como todas as crianças da instituição, apesar da sua convivência com muitos deles, ser também muito restrita.



Nota: O Jack faltou à sessão.



Pedido de Consentimento Informado e Esclarecido

Caro(a) Encarregado(a) de Educação

Presentemente, para além de desempenhar funções como Educadora de Infância na Casa do Povo de Valongo do Vouga, encontro-me a desenvolver um projeto de investigação sobre *Cidadania e Participação Infantil*. Este decorre no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, mais propriamente na área de especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, orientado pela Professora Doutora Rosa Madeira.

Através deste trabalho pretendo contribuir para a inclusão das crianças desta freguesia no processo de implementação da iniciativa “Cidade Amiga das Crianças”, plano que está ser implementado pela Câmara Municipal de Águeda.

O desenvolvimento do referido projecto implica a participação direta, regular e voluntária de um grupo de crianças investigadoras, que reunirá semanalmente, às sextas-feiras, das 14h00 às 15h00, por um período de aproximadamente 10 sessões, entre os meses de Março e Maio, nas instalações da CPVV.

Desta forma, venho convidar o seu educando para integrar este grupo de investigação, advertindo desde já, para o facto de o vosso consentimento não dispensar a celebração de um acordo com o mesmo, no qual este manifeste a sua participação voluntária e tome conhecimento de que será livre de desistir deste estudo a qualquer momento.

De referir, é também o facto deste trabalho ter sido autorizado pela CPVV, instituição com a qual me comprometi, tal como o faço agora, a assegurar o anonimato e a confidencialidade das crianças envolvidas, salvaguardando seus superiores interesses.

A qualquer momento da investigação poderão pedir esclarecimentos sobre a mesma, contactando-me através do n.º ou do email:

Grata pela vossa atenção,

Diana Ramos

Valongo do Vouga, 22 de Fevereiro de 2013



Pedido de Consentimento Informado e Esclarecido

Investigadora: Diana Ramos

Declaro ter sido informado sobre os procedimentos da investigação para a qual o meu educando foi convidado, enquanto elemento do grupo de crianças investigadoras, tendo sido salientado o meu direito a pedir esclarecimentos adicionais em qualquer fase da investigação.

A garantia da confidencialidade e anonimato em relação ao meu educando foram-me concedidas, certificando-me também que as informações recolhidas serão utilizadas apenas no referido projecto, podendo o meu educando desistir da referida investigação, no momento que o desejar.

Pelo presente documento, eu aceito que o meu educando
_____ participe nesta investigação.

Assinatura do Encarregado de Educação _____

Data: __/__/____



Pedido de Consentimento

Vídeo, Fotografia e Gravação Áudio

Investigadora: Diana Ramos

Pelo presente consinto que o meu educando _____
seja gravado e/ou fotografado durante a sua participação neste Projeto de Investigação.

Assinatura do Encarregado de Educação _____

Data: __/__/____

Cartão de Investigador



Investigador(a) _____

Nome: _____ Idade: ____

Morada: _____

Nome da Mãe: _____

Profissão: _____ Idade: ____

Nome do Pai: _____

Profissão: _____ Idade: ____

Nº de Irmãos: _____ Idades: _____

uma Pequena História

UMA AVENTURA NA TERRA DOS DIREITOS



PAULA GUIMARÃES

UMA AVENTURA NA TERRA DOS DIREITOS



UMA AVENTURA NA TERRA DOS DIREITOS



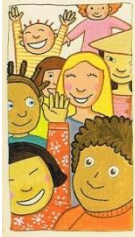
Título: Uma Aventura na Terra dos Direitos
 Autora: Paula Guimarães
 Grafismo: Marcad'água designers Lda.
 Ilustrações: Mimi
 3ª Edição: Instituto da Segurança Social, I.P.
 Rua Rosa Araújo, 43 - 1250-194 Lisboa
 Tel. 21 310 20 22 - Fax. 21 310 20 95
 E-mail: ISSS@seg-social.pt
 Direitos reservados
 Tiragem: 20.000 Exemplares
 Impressão e Acabamento: Ferrandes & Terceiro, Lda.
 Depósito Legal: 172791/01







MEUS AMIGOS, É HORA DE FESTEJAR O MEU ANIVERSÁRIO



É EXERCER O DIREITO QUE TENHO AQUI ESCONDIDO... O DIREITO A BRINCAR!



QUILIA, EU ESTOU A GOSTAR MUITO MAS AMO QUE AGORA SÃO HORAS. TENHO SAUDADES MUITO DE CASA.

VOU FAZER A TUA VONTADE. BASTA ENTRAR NA ARCA DOS DESEJOS

MAS VOU TER QUE ESCALAR?



NÃO DESTA VEZ PORPO-TE PODES IR PELAS TRAVEZINHAS ONDE HÁ UM REFUGIO

ENTÃO, CONTA-NOS TUDO. FOI UM DIA EM CHEIO, HÁ?



16

FOI BOM FOI, MAS NÃO VOU DIZER NADA DESCUPEM MAS É UM SEGREDO SÓ MEU QUE VOU GUARDAR. AFINAL TENHO DIREITO A MINHA PRIVACIDADE ARTIGO...

TENHO A IMPRESSÃO QUE OS MEUS PAIS TAMBÉM ESTIVERAM HOJE NA TERRA DOS DIREITOS







Sessões	Apreciação		
	Gostei	Gostei +/-	Não Gostei
1ª Sessão: Convite e Apresentação			
2ª Sessão: O que é um Investigador?/ Águeda e as CAC			
3ª Sessão: Mapa de Valongo do Vouga			
4ª Sessão: Desejos e necessidades/ Mapa de Valongo			
5ª Sessão: História “Uma Aventura na Terra dos Direitos”			
6ª Sessão: Mapa de Valongo			
7ª Sessão: Mapa de Valongo			
8ª Sessão: Reflectindo sobre o nosso projecto/ Jogar às apanhadas com os direitos...			
9ª Sessão: Visita ao parque de Valongo			
10ª Sessão: Participação na Semana Global pela Educação			
11ª Sessão: Preparação da apresentação do projecto			
12ª Sessão: Preparação da apresentação do projecto (conclusão)			
<p>O que mais gostei:</p> <p>O que menos gostei:</p> <p>Outras coisas que gostaria de ter feito:</p> <p>Fazendo parte deste grupo de investigadores descobri:</p> <p>Observações:</p>			

Obrigada!

As crianças da CPVV à descoberta das Cidades Amigas das Crianças



Grupo de Investigadores

- Messi
- Rihanna
- Fabregas
- Jack
- Maria
- Carolina
- Ângela
- Piqué



- C+S de Valongo do Vouga;
- Casa do Povo de Valongo do Vouga.

Sessões semanais

Espaço e tempo para:

- Partilhar opiniões sobre o que nos interessa;
- Pensar em conjunto;
- Procurar soluções para os problemas que nos preocupam;

Espaço e tempo para nos divertirmos!

Queremos uma Cidade Amiga das Crianças

- Que respeite os direitos de todas as crianças;
- Que não se esqueça das crianças que vivem nos locais mais afastados da cidade;
- Que tenha a nossa opinião em consideração.

Resumo das sessões

Local: Creche Maria Sintz Baptista			
Sessões	Data	Hora	O que fizemos?
1ª Sessão: Convite e Apresentação	22-02-13	Das 14h00 às 15h00	Explicação ao grupo da temática e propósito do meu projecto de investigação; Convite ao grupo;
2ª Sessão: O que é um Investigador?/ Águeda e as CAC	01-03-13	Das 14h00 às 15h00	Construção do Cartão de Investigador; Conversa sobre o que é um investigador e como e parece?; Conversa: Águeda, uma Cidade Amiga das Crianças?;
3ª Sessão: Mapa de Valongo do Vouga	08-03-13	Das 14h00 às 15h00	Início da construção do mapa de Valongo;
4ª Sessão: Desejos e necessidades/ Mapa de Valongo	15-03-13	Das 14h00 às 15h00	Jogo: Desejos e Necessidades; Continuação da construção do mapa;
5ª Sessão: História "Uma Aventura na Terra dos Direitos"	18-03-13	Das 13h30 às 14h30	Dramatização da história: Uma Aventura na Terra dos Direitos; Conversa sobre os direitos das crianças;
6ª Sessão: Mapa de Valongo	22-03-13	Das 09h00 às 10h00	Mapa: categorização dos diversos locais e sugestões de melhoria;
7ª Sessão: Mapa de Valongo	27-03-13	Das 09h30 às 11h00	Mapa: categorização dos diversos locais e sugestões de melhoria (conclusão);
8ª Sessão: Reflectindo sobre o nosso projecto/ Jogar às apanhadas com os direitos...	06-04-13	Das 14h00 às 15h00	Conversa: o que já fizemos, o que ainda gostaríamos de fazer e como partilhar o nosso projecto?; Jogo: Jogar às apanhadas com os direitos;
9ª Sessão: Visita ao parque de Valongo	19-04-13	Das 14h00 às 15h30	Conversa sobre o parque no local; Registo fotográfico do parque;
10ª Sessão: Participação na Semana Global pela Educação	03-05-13	Das 14h00 às 15h00	Conversa participação de alguns elementos do grupo na iniciativa Semana Global pela Educação, realizada na Universidade de Aveiro.
11ª Sessão: Preparação da apresentação do projecto	17-05-13	Das 14h00 às 15h00	Realização de um power point para apresentação do projecto à comunidade;
12ª Sessão: Preparação da apresentação do projecto (conclusão)	24-05-13	Das 14h00 às 15h00	Realização de um power point para apresentação do projecto à comunidade (conclusão).

Mapa de Valongo do Vouga



Visita ao parque (registo fotográfico)



Semana Global pela Educação



Agora sabemos que...

- Existe um documento – a Convenção dos Direitos das Crianças – onde estão escritos todos os direitos das crianças;
- As crianças também podem ser investigadoras e ajudar a melhorar as coisas que afectam não só a sua vida mas a de todos nós;
- Conseguimos ensinar outras crianças a perceber o que é uma CAC e o que podem fazer para melhorar a sua cidade .

Mas...

- Precisamos da colaboração dos adultos para, juntos, conseguirmos arranjar soluções para os nossos problemas, como por exemplo...

Melhorar o nosso parque de Valongo para voltarmos a gostar de lá brincar.

Obrigado.



Todos juntos vamos tornar Águeda
numa Cidade Amiga das Crianças!

Olá a todos.

Somos um grupo de sete **crianças investigadoras** que frequentam o ATL da Casa do Povo de Valongo do Vouga e iniciámos uma investigação sobre as Cidades Amigas das Crianças a partir da cidade de Águeda.

Desde o início deste ano realizámos alguns encontros semanais, onde, pela primeira vez, pudemos **partilhar opiniões e procurar soluções para os problemas que nos preocupam**, especialmente no que diz respeito à nossa freguesia.

Algumas **actividades** em que participámos:



Construção de um mapa de Valongo do Vouga: desenho dos lugares que são mais importantes para nós e reflexão sobre os seus aspectos positivos e negativos;



Visita ao parque perto da Igreja: registo fotográfico do parque;



Participação na Semana global pela Educação na Universidade de Aveiro;

O objectivo do nosso projecto é ajudar Águeda a tornar-se numa Cidade Amiga das Crianças: que respeite os nossos direitos, que não se esqueça das crianças que vivem nos locais mais afastados da cidade e que tenha a nossa opinião em consideração.

Com esta experiência descobrimos que existe um documento – a Convenção dos Direitos das Crianças – (onde estão escritos todos os nossos direitos) e que Portugal faz parte dos países que se comprometem a respeitá-los. Agora sabemos que as crianças também podem ser investigadoras e que somos capazes de ajudar a melhorar as coisas que afectam não só a nossa vida mas a de todos.

Contudo, ainda não acabámos este projecto. Depois de pensar sobre o que já fizemos, achamos que, com a ajuda de outras crianças e adultos, podemos pensar em mais ideias para a nossa cidade. Achamos que para isso é importante continuar a fazer grupos como o nosso, pois assim conhecemos outras crianças e divertimo-nos, ao mesmo tempo que falamos sobre assuntos tão importantes.



O grupo de investigadores: João, Francisco, Maria Inês, David, Carolina, Ângela e Adriano.

Horário do Grupo de Crianças – ATL

Dia	Criança	Horário	Actividades	
2ª	Ângela	15h30 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Carolina	15h30 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Fabregas	15h30 - 17h30	TPC	Actividade livre/planeada
	Jack	15h30 - 17h30	Explicações	
	Messi			
	Piqué	15h30 - 17h 00	Explicações	
	Rihanna			
3ª	Ângela	15h30 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Carolina	15h30 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Fabregas	15h30 - 17h30	TPC	Actividade livre/planeada
	Jack	15h30 - 17h30		Actividade livre/planeada
	Messi			
	Piqué	Não vem ao ATL		
	Rihanna			
4ª	Ângela	17h00 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Carolina	17h00 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Fabregas	17h00 - 17h30	TPC	Actividade livre/planeada
	Jack	17h00 - 17h30	Explicações	Actividade livre/planeada
	Messi			
	Piqué	17h00 – 18h00	Explicações	Actividade livre/planeada
	Rihanna			
5ª	Ângela	16h15 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Carolina	16h15 - 18h00	TPC	Actividade livre/planeada
	Fabregas	16h15 - 17h30	TPC	Actividade livre/planeada
	Jack	16h15 - 17h30	Música	Actividade livre/planeada
	Messi			
	Piqué	Não vem ao ATL		
	Rihanna			
6ª	Ângela	14h00 - 18h00	Exp.Dramática	Actividade livre/planeada
	Carolina	14h00 - 18h00	Exp.Dramática	Actividade livre/planeada
	Fabregas	14h00 - 17h30	Exp.Dramática	Actividade livre/planeada
	Jack	14h00 - 17h30	Exp.Dramática	Actividade livre/planeada
	Messi	14h30 - 16h00	Exp.Dramática	Actividade livre/planeada
	Piqué	14h00 - 17h00	Exp.Dramática	Actividade livre/planeada
	Rihanna			

Notas:

- As actividades planeadas dizem respeito às actividades que integram o plano anual de actividades;
- A Rihanna, apesar de inscrita, não se encontra a frequentar o ATL;
- O Messi apenas frequenta o ATL às sextas-feiras à tarde.

Local	Av.	Motivos	Sugestões
Campo de Futebol		É o local onde se pratica futebol; sentimo-nos bem a jogar;	As bancadas deveriam ser arrançadas;
		As bancadas estão estragadas;	
Creche M ^a Sintz Baptista		Arranja postos de trabalho; está em bom estado; é mais fixe que o A.T.L;	
CPVV		Tem um auditório onde podemos fazer teatro;	Deveriam pintar a CPVV, melhorar o parque infantil e construir um campo de futebol;
		Não podemos jogar futebol; tem um parque muito infantil;	
Lanidor		Emprega as mães (Ângela e Piquê); é um centro de exportação; dá fama a Valongo;	A loja devia ser do tamanho da fábrica.
		Tem uma fábrica muito grande e uma loja muito pequena;	
Junta de Freguesia		Arranja transportes para pessoas que não têm automóveis;	A Junta devia ser mais competente e as pessoas [de Valongo] deviam ajudar mais
		Nem sempre arranja transportes e clubes; não limpa as valetas;	
Quiosque da D. Júlia		Tem guloseimas que nós gostamos.	
Igreja		É boa para os idosos rezarem;	Não devíamos ser obrigados a ir [à missa e à catequese]
		É muito monótono – a missa, a catequese...;	
Escola C+S		É o lugar onde se aprende.	Deviam fazer uma escola nova, poder jogar na biblioteca e reduzir o tempo de aulas – 45 minutos cada aula e 90 minutos para educação física e educação visual)
		Não temos espaço para brincar; está velha; as obras nunca mais acabam;	
Caixas multibanco		Serve para levantar dinheiro;	Deviam aumentar a segurança para não assaltarem o multibanco)
		Nem sempre tem dinheiro (porque são assaltadas);	
Parque infantil		A areia está suja; [o parque] é muito infantil;	
		Está tudo estragado;	